

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23164

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA

TERÇA-FEIRA 23 JANEIRO 90 60\$00

A Leste e a Oeste

Nova situação política procura doutrina militar

EUA e URSS, Nato e Pacto de Varsóvia, enfrentam novos desafios, decorrentes das mudanças a Leste. Passado o tempo do equilíbrio do terror, em plena era dos discursos pós-nucleares, que relações estabelecerão os dois blocos? As reformas a Leste não destruíram o Pacto de Varsóvia, mas é visível que os interesses nacionais de cada um dos Estados são hoje mais fortes do que o sentido de bloco. A Leste e a Oeste, as presenças militares estrangeiras são repudiadas e cresce o sentimento favorável à objecção de consciência. Perante esta situação, compreende-se que os chefes militares europeus se apressem na definição de uma doutrina que responda à nova lógica política. **Págs. 2, 3, 4, 9, 10 e 11**

Os objectores de consciência portugueses continuam mal vistos pelas altas chefias militares

Os tribunais quase exigem declarações de santidade antes de concederem o estatuto

Depois de regulamentada, a lei é aceite pela Comissão de Defesa da Assembleia, que pôs de parte anteriores críticas



Yeltsin acusa o Kremlin

O deputado reformista soviético, Boris Yeltsin (na foto durante uma visita ao museu dedicado às vítimas de Hiroshima) acusou hoje o Kremlin de querer estender o estado de emergência, declarado no Azerbaijão, a toda a URSS e retomar a ditadura.

"A liderança e os conservadores estão a encaminhar-se para alargar o estado de emergência a todo o país, reintroduzir a ditadura e governar com pulso de ferro", disse Yeltsin durante uma conferência de imprensa em Tóquio. O político soviético, em visita ao Japão, acrescentou que Moscovo deveria tentar esfriar os ânimos e não enviar tropas para o Azerbaijão.

Págs. 10 e 11



Na estreia de Casino Royal

Herman divide opiniões

Na estreia de "Casino Royal", ontem à noite na RTP, Herman José dividiu opiniões. Pelos menos, os críticos por nós ouvidos, da imprensa diária e semanal, ficaram-se, por assim dizer, por um empate: se uns acharam «bom» o programa, outros ficaram-se por um «sim, mas...» Quanto aos telespectadores, cada

um já emitiu a sua própria opinião. Hoje, por exemplo, num transporte público: «Aquilo não tem nada a ver com "O Tal Canal", nem com o "Humor de Perdição"...» Um programa diferente, certo. Mas que Herman já prometeu melhorar a partir de certa altura. Veremos...

Pág. 18

Assaltos à mão armada aumentaram em Lisboa

A criminalidade no distrito de Lisboa verificou um acentuado aumento em relação aos dois anos que o antecederam, informaram esta manhã os responsáveis daquela polícia numa reunião com representantes dos órgãos da Comunicação Social.

O comandante distrital, superintendente Sousa Paz, salientou que é na área de Lisboa que se concentra mais de cinquenta por

cento da criminalidade do País.

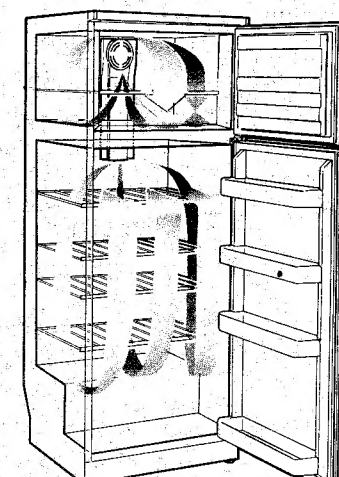
Sousa Paz estava acompanhado pelo comissário Daniel Lanzinha e pelo Intendente António Chumbinho que fizeram uma análise detalhada das evoluções de cada tipo de delinquência, bem como da actividade geral da corporação.

Assim, a criminalidade em 1989 atingiu os 45.299 contra 35.636 e 32.002 re-

spectivamente em 1988 e 1987. Foi nos assaltos à mão armada contra pessoas que os números se apresentaram mais elucidativos dessa situação: - 579 no ano findo para 381 e 172 em 88 e 87.



- Frigoríficos
- Combinados
- Congeladores



Nova fórmula «FREONLESS» salvaguarda a Ecologia

Representante em Portugal:
SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 9515003 • Lisboa ☎ 77 78 24



Novo Renault
vai ser
montado
em Setúbal

Suplemento
de Economia

Morreu
o gigante
de Manjacaze
Pág. 14

S. Tomé:
laboratório
político
dos «Cinco»?
Pág. 12

Lotaria Popular
1.º 466504
2.º 182346
3.º 498555
4.º 331778
Pág. 14

Eles começaram a contestar o serviço militar em 1975. Hoje são mais de 25 mil, mas apenas 748 têm o estatuto legal de objectores de consciência, depois de uma decisão do tribunal em que a lei é interpretada mais de acordo com as convicções do juiz do que com as razões alegadas por quem recusa ir à tropa. O estatuto de objector continua a ser matéria incómoda (por isso optámos por não identificar as pessoas com quem falámos), mal vista pelas altas chefias militares, que só consegue unanimidade onde maior controvérsia gerou: na Comissão de Defesa da Assembleia

GRANDE ANGULAR

Objectores: o direito a ter consciência

Nos tribunais prevalece uma lei que «suga» a consciência de cada um

Esta é uma história que acaba bem. Em 1975 Paulo C. «dá o nome para a tropa». Dois anos depois entra para Agronomia. Consegue concluir o curso sem interrupções. Em 1983, com o estágio feito e já a trabalhar, ainda que sem vínculo, na Função Pública convocam-no para ser incorporado no Exército.

Paulo C. avança com o pedido de estatuto objector de consciência. Primeiro no Distrito de Recrutamento e Mobilização (DRM) da sua zona e, em 1985, na Comissão Regional dos Objectores de Consciência. Na petição que entrega expõe as suas razões para não querer ir. Não se baseia em motivos religiosos. Invoca a não violência. Não questiona a existência da instituição militar mas antes uma atitude bélica em tempo de paz, que considera conflagradora.

«Desde sempre achei que ser militar em tempo de paz deve provocar nas pessoas um sentimento de inutilidade», confessa acrescentando, «na altura perguntei-me: como agrônomo onde é que sou mais prestável? No campo a trabalhar ou na tropa, em tempo de paz, com uma arma na mão?».

Paulo C. manteve-se firme nas suas convicções e obteve mais tarde o estatuto provisório de objector de consciência. Ao longo do tempo a vida tem corrido sem sobres-

saltos. «Nunca tive problemas por ser objector de consciência. Nem no trabalho, ou noutras áreas. Também nunca me olharam como herói ou maldito. Tudo tem corrido normalmente», afirma.

Actualmente, Paulo C. é um dos 25 mil indivíduos que apresentaram pedidos antes da publicação da Lei 6/85 do Objector de Consciência e que esperam ver a sua situação definitivamente regularizada. Cabe às Comissões Regionais dos Objectores tal tarefa. O desfecho deverá ser positivo. De facto, após a alteração à Lei 6/85 eles não cumprirão o serviço militar, nem o serviço cívico, porque já todos têm mais de 25 anos.

Objeção e objecções

A objecção de consciência, ao abrigo da legislação vigente, traduz-se num direito «que comporta a isenção do serviço militar, quer em tempo de paz quer em tempo de guerra, e implica para os respectivos titulares o dever de prestar um serviço cívico adequado à sua situação».

O Estado considera objectores «os cidadãos convictos de que, por motivos de ordem religiosa, moral ou filosófica, lhes não é legítimo usar meios violentos de qualquer natureza contra o seu semelhante ainda que para fins de defesa nacional colectiva ou pessoal». A atribuição do estatuto faz-se sempre por



Francisco Paraíso

Jorge Leandro da ALOOC: «O Serviço Cívico não deveria ser obrigatório»

via judicial.

É precisamente com a sua definição e atribuição que os visados não concordam.

Jorge Leandro, da Associação Livre de Objectores e Objectoras de Consciência (ALOOC) afirma: «A lei é restritiva porque determina à partida as razões que levam alguém a ser objector e no que respeita à atribuição do estatuto, trata-se pura e simplesmente de sugar a consciência de uma pessoa».

Na opinião daquele objector, o problema está nos julgamentos, tanto nos tribunais, como nas comissões regionais.

Facto curioso é o de ser o próprio objector a mover um processo contra o Estado. «Ele é tratado como réu, mas não há motivo nenhum para que

assim seja, pois não existem motivos para o julgar», considera Jorge Leandro.

Prova de santidade

Contam-se histórias de perguntas aviltantes feitas aos objectores no decorrer das audiências. Algumas são verdadeiras. Segundo Jorge Leandro, certos juizes «pedem aos objectores que tenham um estatuto de santidade, fazendo-os responder a situações limite só para provar a não-violência».

Um exemplo de tais questões que nos foi relatado prima pelo requinte: «Se visse a sua mãe a ser violada por um espanhol, o que faria?». Perguntas como esta serão forma de por à prova o patriotismo e sentimento pacifista de qualquer um?...

Todavia, há excepções. O juiz Mário Sousa Cruz, que já apreciou alguns casos desta natureza, considera que «os tribunais não se devem pronunciar sobre questões do foro íntimo, nem devem julgar consciências, mas sim factos».

No seu entender, «o estatuto de objector de consciência, num país que vive sem conflitos bélicos deve ser concedido automaticamente (por via administrativa) mediante a disponibilidade do objector para a prestação do serviço cívico».

Este seria o cenário ideal. Porém a passagem do actual sistema (judicial), para o administrativo, depende da iniciativa governamental. Do gabinete do ministro da Justiça, asseguram-nos que «estão a ser elaborados estudos comparativos com o

modelo adoptado pela República Federal Alemã, no sentido de se encontrar uma alternativa».

De facto, na RFA tudo é mais fácil. O estatuto do objector de consciência é obtido por via administrativa e o Serviço Cívico, que existe há 27 anos, coloca cerca de 80 mil jovens anualmente.

Neste âmbito, inserem-se as posições da ALOOC. «Defendemos a dissolução das comissões regionais e o fim das dos julgamentos. Em alternativa propomos que seja o Gabinete do Serviço Cívico a receber as declarações dos objectores e a conferir-lhes automaticamente o estatuto», preconiza Jorge Leandro.

As causas perdidas

Até que esse dia chegue a Portugal serão mais as causas perdidas do que as ganhas. A maior parte dos pedidos de estatuto é indeferida, salvo as excepções que são as Testemunhas de Jeová. Na opinião do membro da ALOOC, os juizes que tratam destes casos fazem-no imbuídos das suas convicções. «Os julgamentos não são independentes. Quanto às Testemunhas, são encaradas como indivíduos com os quais não há nada a fazer», acrescenta.

Restam assim aqueles que alegam outros motivos religiosos, além das testemunhas de Jeová, e os que invocam razões filosóficas ou morais. São os que levam a negativa.

O caso de A. é paradigmático. Perdeu o processo porque a juiz nem sequer manifestou curiosidade pelo

seu comportamento. Apesar de ter apresentado inúmeras provas de que participara em marchas pela paz e iniciativas pacifistas, não conseguiu convencer a magistrada que o julgou de que era contra qualquer forma de violência.

Quem acompanhou o caso assegura que se A. tivesse entrado «no jogo» e respondido de forma absurda às perguntas absurdas talvez conseguisse passar. Não foi o que aconteceu. Agora é muito provável que seja incorporado na próxima chamada.

Todavia, João A. conseguiu o impossível. Obteve, no ano passado o estatuto de objector de consciência, após julgamento no tribunal de comarca. Afirmou perante o juiz que era «membro de um grupo de acção pela paz e defende os processos de pacifismo activo». As suas razões humanitárias foram, desta feita, suficientes, embora o processo não tenha sido fácil.

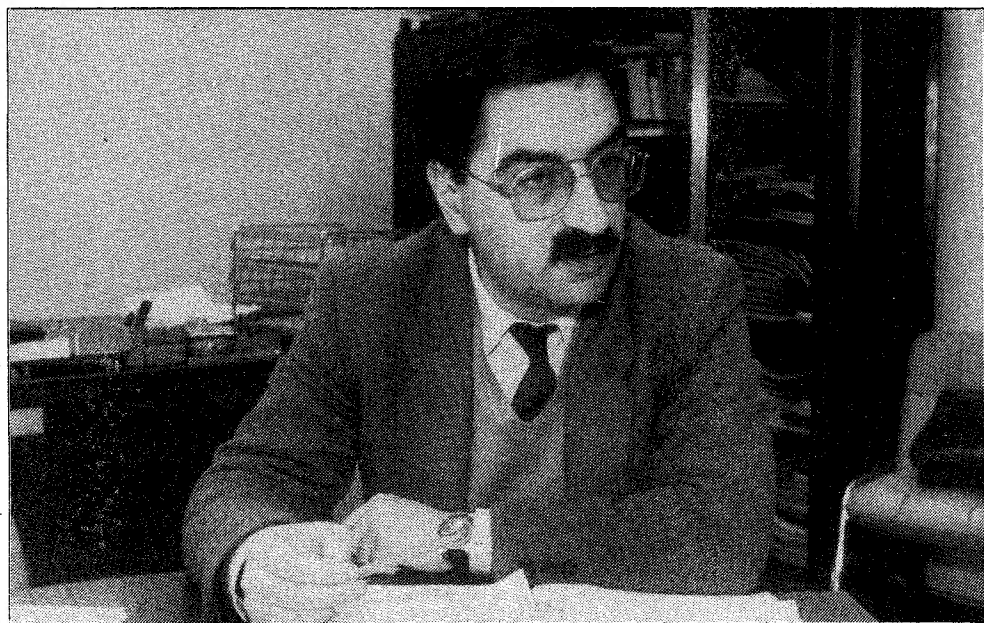
Serviço Cívico ou Serviço Cível

De acordo com os dados fornecidos por António Calejo Pinto, director do Gabinete do Serviço Cívico dos Objectores de Consciência (GSOC) «são cerca de 748 os jovens a quem foi atribuído o estatuto, após a publicação da lei, em 1985. Desse total estão colocados 70 a cumprirem o Serviço Cívico em diferentes ocupações». Durante 15 meses (o equivalente ao período que os soldados passam na tropa), os objectores trabalham em áreas como a saúde, o apoio social e comunitário, conservação do meio ambiente e animação cultural.

Porém, a ALOOC contesta a obrigatoriedade do cumprimento do serviço militar e, nomeadamente, algumas áreas onde os jovens trabalham como as corporações de bombeiros e os serviços de protecção civil. Em contrapartida, defende o cumprimento de um Serviço Cível em associações independentes, apontando a Amnistia Internacional como exemplo.

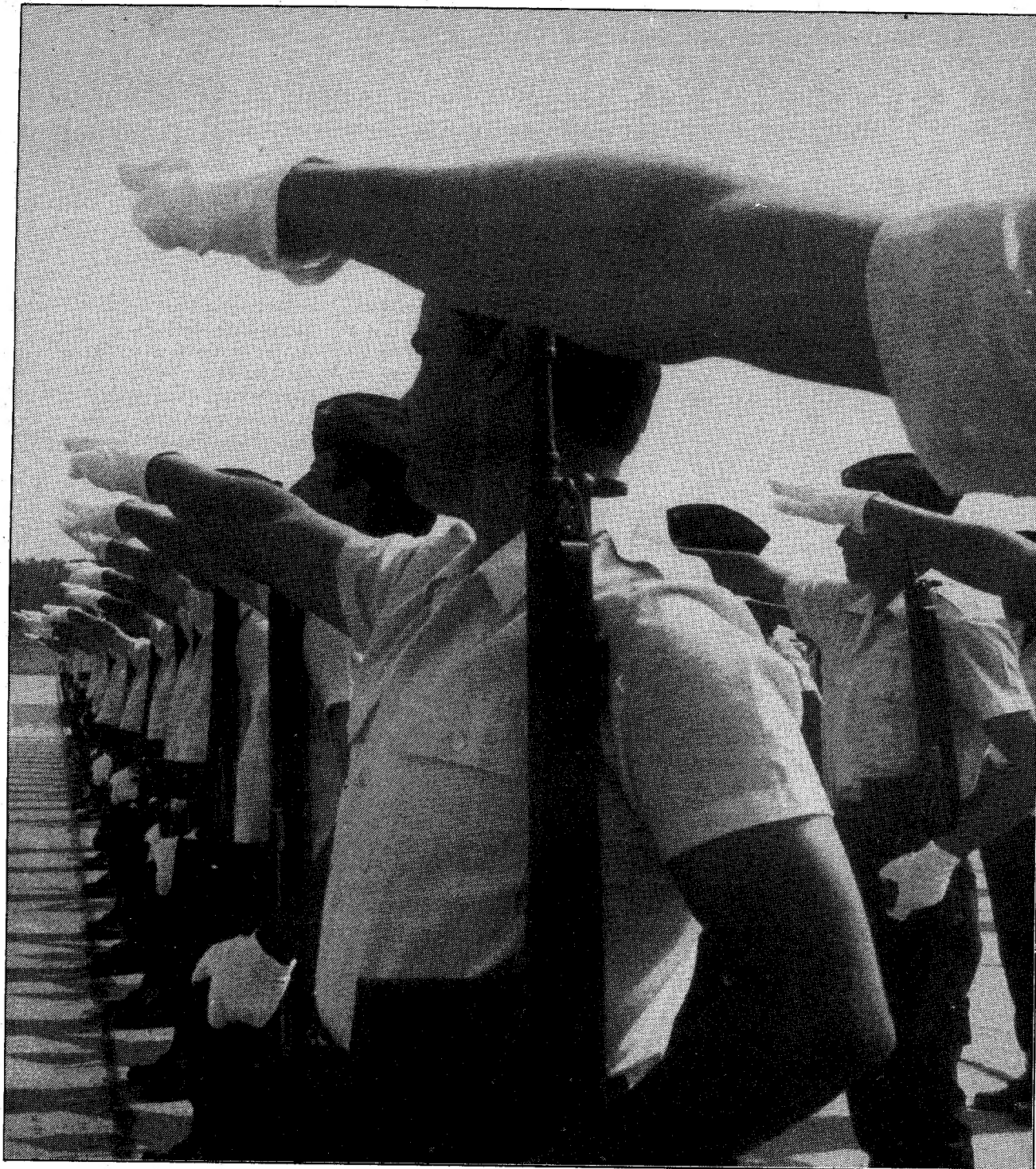
«Cumprir o serviço em associações de educação para a paz» é uma das propostas avançadas por aquela associação.

Luisa Alexandra Botinas



José Tavares

António Calejo Pinto do GSOC: «Durante 15 meses os objectores trabalham em áreas como a saúde ou a conservação do meio ambiente»



Ser militar em tempo de paz «provoca um sentimento de inutilidade»

Divergências esbatidas na Comissão de Defesa

Os diplomas regulamentares criaram a unanimidade inexistente na altura de aprovação da lei

A questão da objecção de consciência não constitui hoje factor de divisão na Comissão Parlamentar de Defesa: há unanimidade quanto à justeza da sua consagração legal e as divergências quanto ao modo foram ultrapassadas com a aprovação dos diplomas que a regulamentam.

Estas informações, colhidas de fontes politicamente diversificadas da Comissão, contrariam um tanto a vivacidade dos debates travados durante a sessão legislativa passada e em que o entusiasmo e a pressa revelados pelas organizações juvenis partidárias, nomeadamente à Esquerda, foi de certo modo travada pelas reservas de Estado dos membros mais influentes da Comissão. Desse desencontro quanto ao modo resultou a legislação em vigor, não tão avançada como desejava, nomeadamente, o Grupo Parlamentar de «Os Verdes», mas consensual o suficiente para não ter deixado sequelas a nível da Comissão.

O mesmo se poderá dizer quanto a outra questão subjacente à objecção de consciência, a natureza do serviço militar que sectores exteriores ao Parlamento defendem dever ser apenas entregue a profissionais, enquanto a tese dominante na Assembleia da República aponta para a regra do serviço militar obrigatório, sendo a objecção de consciência a única

excepção admitida à regra.

O entendimento no interior da Comissão de Defesa é unívoco a este respeito, segundo as informações recolhidas pelo DL: está consagrado e adoptado o princípio da manutenção da tradição histórica portuguesa do serviço militar obrigatório.

Um dissuasor eficaz das tentações golpistas

As teses da profissionalização têm o seu campo de incubação nalguns Estados-Maiores, nomeadamente dos ramos militares que usam tecnologia de ponta nas suas armas; mas ainda não conseguiram convencer a larga maioria dos elementos da Comissão de Defesa.

Deputados há com assento na Comissão que são relativamente sensíveis à tese da especialização tecnológica exigida em certos serviços militares. Por isso tem sido aceite a prática de contratos de trabalho de média e longa duração nessas Armas, sem quebra do princípio básico do serviço militar obrigatório, eventualmente através do recrutamento voluntário de técnicos e jovens especialistas.

O principal argumento contra a profissionalização é de natureza política: o serviço militar obrigatório é entendido como o mais eficaz factor dissuasivo das tentações golpistas e bonapartistas.

Mas há também argumentos de natureza técnica — defendidos até por alguns militares, nomeadamente pelos mais comprometidos com o 25 de Abril — que se inserem na estratégia nacional de defesa assumida pela Comissão Parlamentar.

Segundo esta estratégia, às Forças Armadas portuguesas está hoje cometida a tarefa de defender o território nacional, tendo desaparecido, com o fim das guerras de África, o objectivo da intervenção fora do teatro europeu. E a inserção dos militares no activo nesta estratégia e numa guerra convencional, passa pela contenção do primeiro choque, até à mobilização dos efectivos na disponibilidade e, se necessário, à chamada dos reservistas.

Esta estratégia é, aliás, comum aos países de recursos limitados, como é o caso português, que envolvem na sua defesa global todos os cidadãos e não apenas os profissionais.

Para que a defesa fosse assegurada, apenas, por um exército profissional, seria necessário manter um corpo muito numeroso e dispendioso, para o qual não bastam os recursos nacionais. Reservas de cidadãos com treino militar não haveria, ao contrário do que se passa hoje com todos aqueles que cumpriram o serviço militar obrigatório.

Daniel Reis

COMENTÁRIO

Defesa nacional no campo

O reconhecimento legal do estatuto de objector de consciência constituiu uma das mais significativas aquisições do regime democrático instituído em 25 de Abril de 1974, sendo embora uma decorrência a bem dizer automática dos princípios informadores da Constituição nova, designadamente daqueles que consagram as liberdades dos cidadãos.

A polémica que então envolveu os debates parlamentares e o caloroso relevo que lhe coube na vida nacional deveriam-se à circunstância de o País ter acabado de se libertar de uma guerra colonial que a juventude nunca fez sua — ora a travou conformadamente, como preço fatal de ter vinte anos no tempo de extorção dos impérios, ora a combateu expressamente, ignorando a chamada às fileiras ou desertando. Em 1975, esses treze anos de mortes, de estropiamentos físicos e mentais, de opções dilacerantes e gloriosas, de tragédias familiares, de hipotecas irremediáveis sobre o futuro que todas as guerras significam, perfilavam-se ainda não como fantasma a despedir lentamente, mas como dolorosa experiência de país, irmãos e amigos que era urgente tornar irrepetível. Era a luta contra a guerra que milhares de jovens assumiam, em nome de princípios filosóficos, exercitando o direito, finalmente consagrado, de nada fazer contra a vontade — em particular o de não combaterem de armas na mão sem por isso serem considerados refractários ou desertores. O Parlamento acolheu essa aspiração e os objectores de consciência viram aprovado o seu estatuto. Porém, a aplicação deste na prática suscitou sempre reservas e protestos; de espírito largo e consequências tacanhas, não satisfaz os que o invocam, sobretudo por considerar o objector um réu, dependente de uma decisão judicial, em vez de adoptar a via administrativa, a exemplo do que vigora na RFA, para decretar a condição pretendida.

Está a ver-se a dificuldade de alterar a lei: a questão bole, no fundo, com a concepção de serviço militar, se há-de continuar a ser obrigatório ou tornar-se voluntário.

No limite, a concessão automática do estatuto de objector a quem o solicitar estabelece na prática o regime de voluntariado, opção controversa, delicada para pequenos países cuja população se deverá confundir, em caso de conflito, com os efectivos em armas.

Todavia, os efectivos em armas não equivalem à tradução integral do conceito de defesa, e supô-lo destrói a filosofia do que vigora em Portugal e nos Estados modernos. Reduzir a defesa à capacidade adequada de intervenção militar viola o conceito estratégico que faz depender aquela da intervenção concertada do todo nacional e não apenas das Forças Armadas. (Preservar a língua e a identidade cultural, por exemplo, é tarefa decisiva neste entendimento do problema).

Eis, afinal, o que Paulo C. quis dizer, ao considerar mais importante o seu trabalho como agrónomo do que na parada de um quartel — onde o asfalto só deixa crescer ervinhas rasteiras.



João Paulo de Oliveira

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho
de Administração: António Ruella
Ramos.

Administradores: Maria
do Carmo Ruella Ramos, João
Manuel Ruella Ramos, António
Brás Monteiro e António Gomes
da Costa.
Secretário-geral: Jorge Galamba.

Director Mário Mesquita
Directora-adjunta Diana Andringa

Exerceram anteriormente
a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella
Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David,
Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira
Coordenadores de Secção:
Adelino Cardoso, Eurico
Vasconcelos, João Galamba
de Oliveira, José Luís Feronha,
Mário Gulomar Lima, Neves
de Sousa e Vítor Leitão

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Ana Mafalda
Inácio, Ana Paula Sá, António José
Teixeira, Augusto Vilela, Carlos
Campones, Céu Neves, Daniel Reis,
Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa
Andrade, Emília Trindade, Ernesto
Sampaio, Fernando Brederode
Santos, F. Dias de Brito, Gisela
Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira,
José Rui Cunha (Bruxelas), José
Tavares, Júlio Rodrigues, Luísa
Alexandra Botinas, Lurdes Féria,
Marta Antónia Martinho, Maria João
Martins, Maria João Rocha, Maria
José Belo Marques, Marina Tadeu,
Marina Tavares Dias, Paulo Martins,
Pedro Alvim, Pereira de Almeida,
Rodrigues Borges, Rui Eduardo
Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui
Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes
da Redacção: Alves Henriques,
Daniel Oliveira, Francisco Paraíso,
Isabel Joyce e Roby Amorim.

Cartoonistas: António Alfredo
e José Bandeira

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador),
Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo
e Luís Tenreiro

Paginadores:
José António Carvalho, Jorge
Santos, Nuno Teixeira e Óscar
Figueiredo

Secretária de Direcção
Marta Eduarda Soutello
Secretária de Redacção:
José Agostinho (coordenador),
António Lima e Maria
Helena Matos

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Cantelero

Redacção, Administração, Publicidade
e Serviços Técnicos: Rua Luz
Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef.
3474870/9 - Telegramas DIBOA -
Telex 12363 DIAROP
- Telefax 3467134. Impresso
na Renascença Gráfica, SA
- Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa.
Distribuído por Interpress - Rua do
Norte, 115-1ª - 1200 Lisboa
- Telef. 322100/322204/320784.
Depósito legal nº 1426/82. Preço
do jornal: no Continente, 60\$00;
na Madeira, 75\$00; nos Açores,
85\$00.



PORTE
PAGO

Muro de silêncio nas chefias militares

A escolha entre serviço militar profissional ou obrigatório «é uma decisão política»



A defesa «deve assentar em todos os cidadãos»,
dizem responsáveis militares

As chefias das Forças Armadas não tomam posição pública sobre a predominância do serviço militar profissional, em detrimento do serviço obrigatório. Os altos responsáveis que contactámos furtaram-se a divulgar uma opinião de fundo sobre o assunto assim equacionado. Perante tal pergunta a resposta, invariavelmente evasiva, é só uma: «Trata-se de uma opção política e, como tal, pertence ao poder político».

Um dessas fontes lembrou o facto de um chefe militar espanhol ter sido punido pela hierarquia, depois de tomar posição sobre tal matéria. Esbarra-se num muro de silêncio em Portugal quando se tenta aprofundar o problema e, sobretudo, ao colocar a questão nestes termos: qual a situação que melhor serve as Forças Armadas?

«A defesa nacional deve assentar em todos os cidadãos, podendo haver, contudo, soluções intermédias», disse ao DL um responsável das Forças Armadas. No entanto, sublinhou o facto de não lhe caber decidir, visto tratar-se de uma solução que tem a ver com opções políticas.

De qualquer modo, para a fonte que contactámos o problema não deve ser posto em termos de investimento, uma vez que «um Exército profissionalizado não é mais barato» que a organização das Forças Armadas assente no cumprimento do serviço militar obrigatório.

Para além disso, também não é líquido nem está provado que uma força profissionalizada seja «mais segura» do que a que vive à base de um exército que se apoia nos cidadãos que cumprem o serviço militar obrigatório.

Apelando a toda a gente, o serviço

militar obrigatório defronta-se com a questão dos objectores de consciência, de que os comandos militares quase não querem ouvir falar. Também nesse aspecto endossam o problema - e tudo o que o envolve - para o poder político-legislativo. Com efeito, se a defesa nacional assenta neste momento em todos os cidadãos, de acordo com a vontade do próprio povo que a Assembleia da República protagoniza e interpreta, também o estatuto de objector de consciência tem como órgão de decisão o Parlamento. «É uma questão política e não cabe aos militares discutir ou sobre ela opinar», afirmou o mesmo responsável.

Sendo uma opção, o estatuto de objector de consciência prevê alternativas.

Estatuto prevê alternativas

Aliás, os chefes militares que ouvimos, puseram o acento tónico nesse aspecto: no facto de haver escolhas em qualquer dos casos, quer para a organização das Forças Armadas quer para o serviço militar obrigatório.

«Há legislação sobre isso, pelo que aos militares compete fazê-la respeitar. É o que fazemos, mas quem decide, neste caso, são os tribunais. Devia haver mais hipóteses, que aliás estão previstas na própria lei, mas ainda não foram accionadas», dizem os chefes militares com quem contactámos.

Em suma: dispor, como Portugal dispõe, de uma força permanente assente no serviço militar obrigatório, «é uma opção de fundo de carácter político que os militares não discutem, mas acatam».

JR

SALDOS

FIM DE ESTAÇÃO DE 22 A 27 DE JANEIRO.

St Michael from
MARKS & SPENCER

Av. Guerra Junqueiro, 14-A - 1000 LISBOA

FORUM

SANDRA MILO E A TV-VERDADE

Sandra Milo conduzia uma transmissão televisiva animada por telefonemas em directo, quando uma voz alarmada a informou de que o seu filho dera entrada no hospital em estado grave. A actriz, perturbadíssima, interrompe a emissão. Veio, depois, a saber-se que se tratava de brincadeira de mau gosto de um energúmeno. Sandra Milo tem toda a nossa simpatia; o que não exclui o facto de este incidente assinalar um momento crítico da história da TV-verdade («televisione-verità»).

A televisão, limitada nas suas possibilidades de realizar transmissões directas permanentes (revoluções romenas só existe uma em cada meio século), inventou uma TV-verdade na qual a sensação do real é dada pelas intervenções telefónicas dos próprios telespectadores.

A televisão, como qualquer outro meio de comunicação de massas, fala de longe a um público sem rosto e não pode garantir a autenticidade daquilo de que fala, visto que até a chegada à Lua poderia não ter passado de uma invenção espectacular. Mas pode garan-

tir-se o facto de que a televisão fala realmente a alguém e naquele preciso momento. A transmissão só existe na sua relação com o público, e este manifesta-se como «público que participa na transmissão»; daí a ilusão de realidade identificar-se com a ilusão de «audiência».

Muitas vezes, a transmissão consegue, apesar de tudo, modificar a realidade extra-televisiva. O programa «Quem viu este indivíduo?» resolveu alguns problemas familiares, e muita gente (que não sabia como remediar o impulso histérico da sua fuga) foi de facto reencontrada. No entanto, o incidente de Sandra Milo vem recordar-nos aquilo que a filosofia da linguagem e a semiótica sabem muito bem: que a linguagem (toda e qualquer linguagem) pode ser também usada para mentir.

Em princípio, o telefonema directo diz a verdade, porquanto o que se diz é em directo (se o emissor se comporta correctamente); mas não assegura de modo algum que tudo quanto a voz diga em directo seja verdade. E então? Será que não poderemos mais acreditar em quem («Chamo-me Giovanni, sou de Trapani») viu ontem, em Milão,

um jovem de olhos azuis fugido ao afecto pegajoso dos seus familiares? Será que não poderemos mais ficar certos de que o sargento – que telefona para acrescentar um dramático pormenor à reconstituição de um episódio policial – exista de facto e seja, de facto, um sargento?

Uma coisa parece certa: a partir deste momento, o público tornar-se-á mais desconfiado e muitas transmissões irão sofrer uma crise de credibilidade. Até ao ponto de nem sequer nos apercebermos de que elas dizem realmente qualquer coisa de verdadeiro, ainda que não se trate da verdade dos factos referidos.

Dizem-nos a verdade porque até nos mostram uma imagem do local de onde é feita a chamada. Nesse lugar existem, de certo, além de energúmenos, também cidadãos desejosos de praticar a virtude da solidariedade. Para não falar já (e não é um aspecto menor do fenómeno) de «personagens» que apenas conseguem realizar-se nessa relação, protegida e efémera,

que a televisão lhes proporciona na solidão do anonimato telefónico.

Talvez a voz que diz: «Vi durante trinta segundos aquele jovem de cabelos louros e fiquei particularmente impressionado» não seja factualmente digna de crédito, mas diz-nos muito, porventura, acerca de um patético e solitário esteta que procura, em cada rosto que vê, inclusive nos que aparecem no ecrã, os traços fugidios do seu sonho culpado e reprimido... Então, subjugado pelo seu desejo, confunde o indivíduo com a categoria: prisioneiro do seu próprio isolamento, vê aquele que procura em todos os representantes de uma «família» (os louros, os de olhos verdes, os de cabelo encaracolado), ignorando que o mundo está

cheio de milhares de louros, de milhares de pessoas com olhos verdes, de milhares de pessoas de cabelo encaracolado que ele (ou ela) nunca chegará a encontrar e cuja existência até ignora.

(trad. de Manuela

Ferreira de Almeida)

Exclusivo DL/

L'Espresso



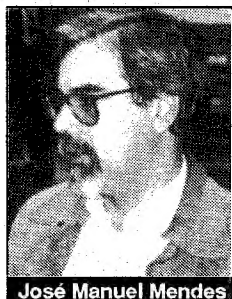
Umberto Eco

A REVISÃO CONSTITUCIONAL EM DICIONÁRIO

Ainda não se extinguíram os ecos da última revisão constitucional. Do vasto contraditório a que deu lugar, das contingências do labor em que se forjou às soluções adoptadas remanescem importantes indicadores de análise, uma documentação a ter em conta, conflitos por dirimir.

Reconhecem-se, naturalmente, as limitações de pertinência e validade de toda a hermenêutica jurídica fundada na mera historicidade das normas; ninguém, contudo, prescindirá (sobretudo em domínios de índole compósita) de quanto, precedendo as disposições concretas, ajuda a iluminar a vontade do legislador e a essência precisa de opções que a luta política tende a polisssemizar. Importa, no entanto, ir enunciando o alcance do compromisso a que se chegou, designadamente nos núcleos polémicos, após perícias extremas e equilíbrios não raro surpreendentes, matéria em que avulta o interesse dos trabalhos parlamentares que culminaram, em Junho de 89, com uma votação a que se associaram os primeiros saldos judicativos globais.

Por aqui começa, talvez, o empreendimento singular de José Magalhães, actor essencial – e não mero actante com secos punhos doutrinários ou uma flácida verve de circunstância – do processo que gerou o texto vigente da Lei Fundamental do País. Mas



José Manuel Mendes

seria redutor e tívio um estudo muralhado, à partida, pelo perímetro da sinalização das fontes, com fartos incidentes de itinerário e pendor indagatório nas zonas controversas. Daí que, centralmente, o projecto se detenha num périplo informativo e analítico pelos lugares onde se desenhou, com o lápis vinculante do direito, o articulado que é hoje plasma matricial da nossa vida colectiva.

Assim, no «Dicionário da Revisão Constitucional», não se detectará o raso e gratuito prolongar de afrontamentos de opinião, nem, numa vertente conexa, a tentativa de desforço sobre quem impôs a miúda tecidura dos preceitos, tantas vezes em nome de uma lógica de conjuntura turva, contra as evidências do real e do racional. O Autor procede antes ao rastreio de temas e problemas que são o cerne da reforma recente, assinalando inovações e linhas de continuidade, inteligindo as implicações óbvias ou remotas e fixando contributos interpretativos de monta. Realiza, pois, uma operação de raiz técnica esmerada, em harmonia com instâncias que se afiguram indeclináveis tributários de leitura: a filosofia e a política, a história e a economia, os diversíssimos subsídios sectoriais e os registos fugazes – mas necessários – da actualidade. Vital Moreira, no prefácio, identifica justamente as questões elementares que dão a cor à parede que ficou após as obras. Com efeito,

não obstante mudanças (positivas ou nocivas) em numerosos espaços do corpo constitucional e sem prejuízo de selecções diferenciadas, as alterações mais sensíveis prendem-se com a organização económica e a Reforma Agrária (desde logo com desrespeito pelos limites materiais que constavam do art.º 290 originário da CRP), a organização do poder político (nomeadamente a diminuição do número de deputados à Assembleia da República e o efeito de caducidade, por simples decurso temporal, sobre os pedidos de ratificação dos decretos-leis), a criação de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social cuja clara submissão ao Governo contamina de incredibilidade o estatuto que se lhe cometeu. Nestes e noutros patamares se deteve, numa moldura de síntese que nunca excluiu os aspectos periféricos determinantes, a reflexão de José Magalhães. Ao longo de cento e sessenta entradas, numa escrita viva, de qualidade (sublinhe-se o facto, tão frouxa é, em geral, a expressão de politólogos e comentadores das leis), elaborou um guia indispensável ao especialista e ao cidadão comum, a um tempo rigoroso e acessível, não negando dados de formação básica ao eleger progressões ousadas que fogem, seguramente, à maioria dos estudiosos. Iludindo os paradigmas programáticos que substanciaram a sua intervenção pessoal? De modo algum; assumindo-os com lucidez e franqueza, revelando concepções que, para contrabandear uma visão conservantística do mundo, se reclamam ideologi-

camente assépticas. As posições por que se bate não promanam, porém, de um quadro indútil de referências nem se comprazem no brado dolorido em favor de diques já submersos; pelo contrário, numa argúcia propositiva nuclear, delineiam as luzes de uma pugna coerente e viável pelo renovo social segundo as aspirações menos conformadas. Esteiando-se na convicção de que a Constituição de 76 não feneceu, em múltiplos dos seus traços eidéticos, às mãos dos alvissareiros da ruptura, pesem embora as macerações a que foi sujeita, José Magalhães potencia-lhe as virtualidades, quer enquanto garantia de adquiridos políticos, sociais, económicos e culturais, quer como plataforma de sábios ajustes institucionais ou de propulsões dinâmicas que desconstranjam o devir de todos.

A aposta na urdidura de um Dicionário com anexos adjuvantes (súmula histórica e cronologia; textos e documentos; bibliografia; índices; a versão integral da Constituição revista) resultou em volume funcional e prático, sem o escalracho da vulgarização teoricamente desmuniada nem o expeditismo que, com frequência, desvalia os produtos de pura oportunidade. Ensaísmo e crónica, acta autêntica e apreciação estruturada, incursão epistemológica, exposição didactizante e um fino tratamento específico convivem interdependentemente numa obra notável. Uma obra cujo mérito será relevado por quantos a compulsem e que, pioneira, estimulará diligências afins, decerto bem-vindas.

UMA VELHA HISTÓRIA

Hegel proclamou o fim da História nos princípios do século XIX. Com a universalização da sociedade «democrática» e do Estado que reconhece e incorpora os

direitos individuais, acaba-se o essencial da História: o afrontamento entre duas ideias irremediavelmente antagónicas que propõem, ambas, reorganizar o Mundo.

Marx proclamou, décadas mais tarde e sem lhe chamar assim, o fim da História como previsão realista. Só que inverteu os termos hegelianos. A ideia democrática representava o penúltimo estágio de desenvolvimento. Ou, noutras palavras, o último, antes do fim da história, antes do comunismo vencedor. A frase bombástica ficou a ecoar nos tempos: «A História das sociedades até hoje não foi mais do que a história das lutas de classes». Com o fim destas e da respectiva luta, acaba-se a História. QED.

Estaline proclamou o fim da História, pelo menos para consumo interno, a União Soviética e vizinhos forçados. Sem contradições fundamentais, sem afrontamentos irredutíveis de ideias e sem classes sociais, estavam colocados os alicerces do novo mundo. Kruschév e Brejnev foram pelo mesmo caminho, chegando a falar na ultrapassagem ou no acabamento dos estádios prévios de desenvolvimento da sociedade terminal: da «ditadura do proletariado» ao «Estado-de-todo-o-povo» e desde ao socialismo, antecâmara imediata do comunismo.

Hitler proclamou o fim da História. Um Reich de mil anos, um homem novo, uma raça dotada e um Estado total eliminaram interesses e circunstâncias, conflitos e classes.

Mao Tsé Tung tentou... Ceausescu deu uns passos... Enver Hodja e Pol Pot foram ainda mais longe. Todos proclamaram, à sua maneira, o fim da História.

Também houve quem desse fim fizesse ficção, mas convincente. Os Elóis e os Molochs de Wells já eram espécies humanas diferentes e viviam para além do fim da História. Os famosos bebés de Huxley nasciam numa maternidade sem parteira nem história.

Estes e muitos outros proclamaram o fim da História. A cada um, a História pagou de modo inesperado: ressuscitou, mudou de sentido, surpreendeu, criou o imprevisto e reapareceu sempre mais vigorosa. Pregou partidas, e que partidas, a todos quantos quiseram insensatamente retirá-la de cena.

Fukuyama é só, nesta longa lista, a mais recente tentativa de assassinio da História. A sua proposta, interessante e complexa, tem o sucesso das provocações de qualidade, ainda por cima com evidente oportunidade histórica. Mas não é novidade. Nem é verdadeira. Tem também um aspecto desagradável: o da auto-suficiência dos que se julgam vencedores. Vejamos: filósofos ou políticos elaboram uma teoria do fim da História quando imaginam que a sua ideia, os

seus Exércitos, o seu ídolo político ou o seu partido não só venceram as batalhas que se lhes deparavam, como também se constituíram em últimos e definitivos vencedores. Noutras palavras, depois deles, Reich ou democracia, comunismo ou indivíduo soberano, ficarão para sempre a marcar o futuro e a perfeição! Apesar da elegância e da erudição, Fukuyama não nos propôs um pensamento diferente deste.

É verdade que em escritos ulteriores ao seu primeiro ensaio, Fukuyama deitou água na fervura: em síntese, disse já que não era bem o fim e que não era bem da História. E protegeu-se com os conceitos. Não teria dito que era o fim da História, de toda a História, mas tão só o fim da História no sentido hegeliano. E acusou os seus críticos de não o terem percebido, a ele, nem terem entendido a noção hegeliana de História.

Eis-nos chegados ao pecado original: a construção de uma definição e de um conceito adaptados às conclusões que se seguirão no desenvolvimento. O que é a História? Fukuyama responderá: é o processo de criação e consolidação dos Estados modernos e das sociedades liberais. Ou o processo que conduz às revoluções liberais e à afirmação do indivíduo. Ou ainda, o que virá a dar ao mesmo, a luta dos rivais e adversários da sociedade liberal universal, admitindo que esta é o caminho natural e o destino (inevitável? predominante?) da História.

Sendo assim, aceitando esta definição inicial, a observação do Mundo actual poderá eventualmente, com algum esforço, levar à conclusão polémica: a História acabou ou está a acabar. Noutras palavras: chegámos ao fim, à meta que os homens se deram ao longo de centenas, talvez milhares de anos. A vitória do indivíduo, dos seus direitos, da sua integridade, está em curso, pelo menos numa parte do Mundo. E essa vitória é terminal.

O problema é que a História não é isso. Ou não é essa. Os últimos séculos ou milénios não foram uma caminhada com sentido marcado, a não ser o do infinito calendário. A sociedade liberal foi apenas um momento da História e poderá, como outros momentos do passado, deixar adquiridos, património e legado. Tudo leva a crer, como sempre no passado, que a História futura seja uma História de incerteza e de experiência, sem fado nem destino. Do que digo, quanto ao futuro, tenho tantas rovas quantas Fukuyama, isto é, nenhuma. Mas tenho um argumento que lhe falta: o passado. Ou melhor: a História.

História e Poder

Fukuyama é ainda um curioso exemplo, outro entre tantos, das estranhas relações existentes entre Poder e História. A ambição pelo Poder, o seu exercício ou a sua teorização conduzem com frequência à re-interpretação da História. Acrescento que não digo isto por Fukuyama ser funcionário do departamento de Estado americano: tal facto é, em princípio,

indiferente. Fukuyama, como vencedor, não fala do alto do Departamento de Estado. Fukuyama fala do alto da sociedade liberal e ocidental, posição que aliás muitos de nós, quase todos, podemos partilhar... nestes anos de glória democrática.

O que é certo é que o poder sobre os homens ou sobre as coisas nunca se satisfaz. Aspira também, para se legitimar ou perpetuar, a transformar-se em poder sobre a História. Mais: necessita apropriar-se da histórica. O poder absoluto, sobretudo, é diligente a re-escrever a História. Factos inventados ou ocultados; fotografias «maquilhadas»; manuais escritos por encomenda; esquecimentos forçados, memórias proibidas, de tudo se conhece nesta luta perversa do poder contra a História. A rainha Vitória tirou a Bolívia do mapa, Estaline saneou Trotsky da Praça Vermelha. Quantos dirigentes políticos se poderão gabar de nunca se ter deixado tentar, ou nunca ter tentado mandar escrever a história dos seus feitos e dos seus antecedentes, não apenas como autobiografia ou memória (o que é legítimo e recomendável), mas sim como manual de História?

Mais sofisticadas foram outras propostas. Durante muito tempo se falou de «povos sem História»; povos sem escrita. As sociedades cultas identificaram-se com a História. Pouco a pouco, o conceito foi-se alargando. Ainda há tempos não muito remotos, «povos sem História» eram as tribos, os povos sem Estado, as colónias e até os povos sem revolução industrial. Era mesmo possível especializar e orientar as disciplinas académicas: História e sociologia para as sociedades cultas; antropologia e etnologia para as sociedades sem História.

A ambição de Fukuyama vai mais longe: não se apropria da História por via da deformação factual grosseira, mas põe-lhe um termo, assegurando-se assim que não haverá novos «vencedores», nem novos usurpadores. Nós, que derrotámos fascismos e comunismos, nós que criámos o «Estado universal homogéneo» e liberal, nós encerrámos a História. Quem somos nós? Os contemporâneos que organizaram o «triunfo do Ocidente, da concepção ocidental do homem e da sociedade». Nós, que escrevemos a História, escrevemo-la até ao fim, até pôr o «ponto final na evolução ideológica da Humanidade» e garantir «a universalização da democracia liberal ocidental como única forma de governo».

Como apropriação da História, não se faria melhor. Enquanto uns a tentaram re-escrever e outros a negaram a terceiros, Fukuyama põe-lhe um ponto final. Com uma vantagem suplementar: a sua sociedade liberal apropriou-se também do seu próprio inimigo. Com efeito, Fukuyama trouxe para o centro da sociedade ocidental o milénio redentor e utópico: o comunismo. Ele próprio afirma: «O igualitarismo n

América contemporânea representa, no essencial, a base da sociedade sem classes preconizada por Marx». Foi sem ironia que um dos principais defeitos intelectuais do marxismo foi transformado em virtude da sociedade liberal! Não se pode deixar de pensar nos bárbaros que assimilaram os vícios decadentes dos romanos...

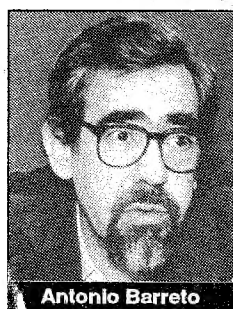
Em termos simples, o que Fukuyama tenta dizer-nos é que a utopia marxista já chegou, já cá está, não graças ao comunismo, mas graças ao liberalismo. É de facto uma inversão do pensamento liberal, de uma corrente do pensamento liberal. Onde se dizia: haverá sempre contradições, haverá sempre classes, haverá sempre História, o consumismo é uma utopia e não se realizará... Agora diz-se, ou antes, Fukuyama diz, com a mesma profética ausência de demonstração: o liberalismo criou a sociedade sem classes, já não há contradições irresolúveis, já não há História. É como quem mata o objecto amado, depois de o possuir: os vencedores da História decretam que a História terminou.

Post-Scriptum

Não sou adepto dos absolutos relativismos culturais e políticos. Em particular, não penso que todos os sistemas se valiam, que todos os valores merecem o mesmo respeito e igual consideração, dado que têm de ser analisados e compreendidos no seu contexto. Apesar da contingência histórica, da fragilidade doutrinária, da precariedade das ideologias e da eventual carga de arbitrário, tenho para mim que há ideias e valores melhores do que outros.

A integridade e a dignidade do indivíduo, como particular e universal, são valores superiores aos dos racismos e aos dos colectivismos. Por isso admito que a sociedade liberal é melhor do que outras organizadas com princípios opostos. Admito-o, pelo menos a julgar pelo conhecido e pelo imaginável. Mas não esqueço que a sociedade liberal é frágil, externa e internamente. É incompleta e inacabada e nunca deixará de o ser. É um momento da História, depois do que conhecemos e antes do que nem sequer imaginamos. E seria um extraordinário contributo para o futuro da Humanidade se dela ficassem as suas mais importantes conquistas de civilização, os direitos do Homem.

Apesar de partilhar a alegria de todos os que jubilam com as vitórias das liberdades ao longo dos últimos meses, ou dos últimos anos, não esquecerei também que a sociedade liberal não tem garantias nem seguro contra todos os riscos; e que os seus inimigos não são só «externos», mas são também «internos», como o são as circunstâncias e os acidentes. A sociedade liberal é, quase por definição, a sociedade da incerteza. Tão incerta quanto a História. Por isso mesmo, na essência da História.



Antonio Barreto

POLÍTICA

Futuro da Comunicação Social está em debate no Parlamento

Em causa a possível extinção do Conselho de Imprensa

A Assembleia da República debate hoje as atribuições e funcionamento da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Na discussão está em causa, também, a possível extinção do Conselho de Imprensa.

Durante os trabalhos do plenário serão apresentadas quatro iniciativas legislativas sobre a regulamentação das atribuições, competências e funcionamento da Alta Autoridade, órgão independente, criado no âmbito da última revisão constitucional e com funcionamento junto do Parlamento.

Dos quatro projectos apresentados, só a proposta de lei do Governo prevê que a Alta Autoridade abranja as competências quer do Conselho de Comunicação Social, quer do Conselho de Imprensa. É a possível extinção deste segundo órgão que tem causado alguma polémica. «Mas dificilmente o Governo transigirá nesta matéria», afirmam fontes parlamentares.

Os restantes projectos lei,

apresentados respectivamente pelo PS, PCP e pelos deputados independentes, Corregedor da Fonseca e Raúl de Castro (Intervenção Democrática), não prevêem a extinção do Conselho de Imprensa e referem que a Constituição não implica que a Alta Autoridade substitua as suas atribuições.

Entretanto, aquele órgão reuniu na passada semana com a Comissão Parlamentar para os Assuntos Constitucionais, Liberdade e Garantias a quem manifestou as suas apreensões face à sua possível extinção, após quase 15 anos de existência.

Alta Autoridade não substitui CI

Gonçalves Pereira, presidente do CI, que a partir de ontem conta com três novos membros, considerou que as atribuições da Alta Autoridade são essencialmente político-administrativas enquanto que ao Conselho cabem funções éticas e deontológicas.

Outras opiniões têm sur-

tido contra o desaparecimento do Conselho de Imprensa: Stig Nordlund, presidente de igual organismo sueco, o mais antigo da Europa, disse que «um órgão como este existe, tanto no interesse da liberdade de Imprensa, como no da protecção dos indivíduos contra o mau uso dessa liberdade».

O Sindicato dos Jornalistas manifestou-se contra a eventual extinção do CI e além disso, reivindicou a representatividade de jornalistas na Alta Autoridade.

Competências da Alta Autoridade

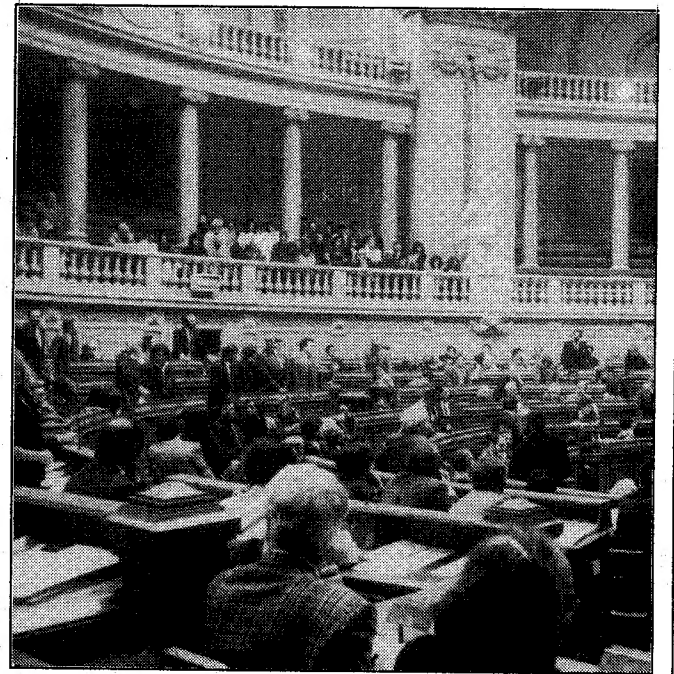
Nos termos da Constituição, cabe à Alta Autoridade assegurar o direito à informação, à liberdade de Imprensa e à independência da Comunicação Social face ao poder político e económico. A expressão e confronto de várias correntes de opinião, o exercício de direitos de antena, de resposta e réplica política, são também funções a cargo deste órgão.

A proposta de lei do

Governo estipula ainda que a Alta Autoridade emita pareceres sobre a nomeação e exoneração de directores de órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado ou a outras entidades públicas, bem como pareceres prévios à decisão de licenciamento, pelo Governo de canais privados de televisão.

Por seu turno, os projectos da oposição prevêem, além da participação no processo de licenciamento de canais privados de televisão, que a Alta Autoridade no processo de licenciamento de rádios «como consequente extinção da Comissão Consultiva prevista na lei de Radiodifusão», sublinha a proposta socialista.

Um magistrado designado pelo Conselho Superior de Magistratura, a presidir; cinco membros eleitos pelo Parlamento, segundo o método de Hondt; três membros apontados pelo Governo e quatro elementos cooptados pelos demais em representação da opinião pública, comunicação social, e cul-



Os socialistas, comunistas e dois deputados independentes discordam da extinção do Conselho de Imprensa

tura é a proposta de formação da Alta Autoridade apresentada pelo Executivo e contestada pela oposição, que não concorda com a escolha por cooptação.

Em contrapartida, defende a sua designação por or-

ganizações como o Sindicato dos Jornalistas, Associações de Defesa do Consumidor, Associações de Imprensa Diária e Não Diária, Sociedade Portuguesa de Autores e pelo Conselho de Reitores das Universidades.

Savimbi chega no sábado

O Ministério dos Negócios Estrangeiros desconhece qualquer pedido de visto

A delegação da Unita em Portugal anunciou, ontem em conferência de Imprensa, a «confirmação oficial» da visita de Savimbi a Portugal. O líder do movimento opositor ao Governo de Luanda viaja acompanhado pela mulher, Ana, por dois filhos e por elementos da direcção da Unita, revelou à Imprensa o responsável pelas relações exteriores, general Tony Fernandes.

O porta-voz do movimento reconheceu que, até ao momento, não obteve resposta a pedidos de audiência de Savimbi ao Presidente da República, a Cavaco Silva ou a João de Deus Pinheiro. Aliás, Tony Fernandes iniciou a conferência de Imprensa pedindo desculpa pelo atraso, justificando-o com o facto de ter estado, «até ao último minuto» a confirmar uma sessão na Câmara Municipal do Porto, sem êxito.

Da agenda dos nove dias da visita de Savimbi constam audiências com «jovens empresários, com parceiros sociais e intelectuais, com organizações patronais e sindicais, com deputados e

com a comunidade angolana», disse Tony Fernandes.

Do que ficou confirmado, até ao momento, e segundo as informações do responsável pelas relações internacionais da Unita, alguns dos momentos mais importantes da visita do líder opositor a José Eduardo dos Santos são, em Lisboa, uma deslocação à Assembleia da República, uma audiência no Paço Episcopal no Porto, almoço com o reitor da Universidade do Norte e, no Funchal, o beiberete oferecido pelos deputados madeirenses e um jantar pelo Governo Regional.

Tony Fernandes anunciou que, logo no primeiro dia da visita, Savimbi será entrevistado em directo pela RTP, janta com a comunidade Angolana em Lisboa e depois vai assistir a um espectáculo no Pavilhão dos Desportos dado em sua honra por um grupo de naturais daquele país.

MNE não confirma nem desmente

O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, contactado pelo «Diário de Lisboa», afirmou desconhecer



Tony Fernandes diz que Savimbi será recebido no Paço Episcopal do Porto

a existência de qualquer pedido de visto. Também não foi confirmada a hipótese de um encontro entre Savimbi e o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, tanto mais que o responsável pela diplomacia portuguesa parte para Estrasburgo dois dias depois da chegada do líder da

Unita. O dirigentes da Unita em Portugal, como já referimos também não confirmam audiências com Deus Pinheiro, Mário Soares ou Cavaco Silva. Qualquer um destes encontros, a realizar-se, terá carácter particular. Recorde-se que o Presidente da República já se encontrou em Paris com Savimbi.

B R E V E S

Comité Central do PCP reúne

O Comité Central do PCP está reunido para debater a orgânica do congresso extraordinário e a situação política. O congresso dos comunistas, ainda sem data oficial marcada, deverá realizar-se em Maio ou Junho. Entretanto, está prevista para amanhã uma conferência de Imprensa no decorrer da qual serão dados pormenores sobre o encontro de hoje.

CNE analisa contas

A Comissão Nacional de Eleições realiza, em Lisboa, uma sessão plenária para fazer o ponto da situação sobre a apresentação das contas das forças políticas concorrentes às eleições de 17 de Dezembro. O prazo-limite de entrega das despesas dos partidos, coligações, frentes e grupos de cidadãos candidatos às Autárquicas de 89 terminou no dia 16 de Janeiro e o não cumprimento deste requisito legal pode significar uma participação criminal.

Pacheco Pereira marginalizado em Loures

O vereador do PSD na Câmara Municipal de Loures, Pacheco Pereira disse que existe naquela localidade «um acordo entre o PS e a CDU com vista à partilha de poderes na autarquia». O deputado social-democrata considerou que «este acordo tem apenas por objectivo marginalizar o PSD».

PSN prepara legalização

O Partido de Solidariedade Nacional, PSN, em fase de organização, conta já com cerca de nove mil aderentes e deverá legalizar-se até finais de Maio, anunciou o seu secretário-geral. Vasco Santelices de Lima, afirmou que o PSN «é uma organização para todos os portugueses» e «não se identifica nem com a esquerda nem com a direita».

POLÍTICA

B R E V E S

PCP acusa Vitor Crespo

O deputado do PCP, José Magalhães, acusou o presidente da Assembleia da República de «procedimento incorrecto» ao indeferir o recurso do seu partido sobre a admissão de um projecto de resolução do PSD. Aquele projecto visa a constituição de uma comissão de inquérito para apurar a ocorrência de alegados favores das autarquias de Loures e Seixal quanto à Festa do «Avante».

Fernando Nogueira nos Açores

O ministro da Presidência e da Justiça prossegue hoje a visita oficial à região autónoma dos Açores deslocando-se às ilhas do Pico e de S. Miguel. Durante a manhã, Fernando Nogueira presidiu à cerimónia de lançamento da primeira pedra do edifício polivalente das Finanças, registo e notariado do Pico. Da parte da tarde o ministro parte para S. Miguel onde oferece um jantar aos magistrados e advogados da ilha.

Jaime Ramos indigitado para governador de Coimbra

O presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Jaime Ramos, é o nome sugerido pela Comissão Política Distrital dos social-democratas, ao Governo, para ocupar o cargo de Governador Civil. O anterior responsável, Carlos Loureiro, cessou funções há três meses para se candidatar à presidência da Câmara Municipal de Coimbra, tendo sido posteriormente nomeado secretário de Estado das Construções e Vias Terrestres.

Violência em Timor embarça Austrália

*A carga policial sobre os estudantes
terá feito dois mortos*

A carga das forças de segurança indonésias, na quinta-feira em Dili, sobre um grupo de manifestantes timorenses, que terá feito pelo menos duas vítimas mortais, está a embarçar o Governo australiano, instado a pronunciar-se pelo seu próprio Parlamento.

Os incidentes ter-se-ão verificado, segundo a agência Lusa, quando, junto ao Hotel Turismo, cerca de duas centenas de pessoas, na sua maioria estudantes, tentavam entregar ao embaixador americano na Indonésia uma petição, apelando à sua intervenção a favor da causa maubere. O diplomata, John Monjo, mostrou-se «chocado» e «horrorizado com a violência da repressão indonésia sobre uma manifestação calma e pacífica», de acordo com declarações de Tony Lamb, vice-presidente do Parlamento australiano. Logo após os acontecimentos, a resistência timorense movimentou-se no sentido de forçar uma tomada de posição da parte da Austrália. Comunidades mauberes em Melbourne e Darwin prepararam manifestações de protesto e, nesta última cidade, enquanto um grupo musical anunciava um concerto para denunciar a violência das autoridades indonésias, o representante da Fretilin apelou à intervenção do grupo de deputados de apoio a Timor-Leste.

Tony Lamb revelou ontem em entrevista a sua disposição

de protestar junto de Gareth Evans, ministro dos Estrangeiros. Foi mais longe: admitiu a hipótese de solicitar o envio de uma delegação com o objectivo expresso de averiguar os acontecimentos.

Para as autoridades australianas, no entanto, a questão tornou-se ainda mais complexa após revelações de uma testemunha ocular. Jenny Groves, uma fotógrafa amadora, garantiu, em entrevistas exclusivas a uma cadeia de rádio e TV, ter presenciado pelo menos duas mortes, na sequência da «brutal» intervenção das forças de segurança.

Jenny, que disse tratar-se de uma manifestação pacífica, mostrou-se «chocada» com as declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros de que não estava interessado no seu depoimento. Por outro lado, Michael Wagner, membro da coligação australiana para Timor-Leste, defendeu em declarações à Lusa, a «pressão» parlamentar sobre o Governo, «sempre tão interessado em apoiar causas distantes, do Camboja à Roménia».

Paralelamente, a Fretilin solicitou já a «parlamentares europeus e japoneses» que manifestem o seu repúdio pelos incidentes, «que mais não do que uma amostra da atitude assumida pela Indonésia desde 7 de Dezembro de 1975», segundo Alfredo Ferreira, representante da organização em Darwin.

Constitucionalista português colabora com Praga

O constitucionalista e dirigente do PS António Vitorino regressou ontem da Checoslováquia, onde durante cinco dias participou nos debates que vão fundamentar a legislação eleitoral checa e outros documentos necessários à criação de um novo Estado de Direito como a lei sobre a liberdade de expressão e a legislação sobre os partidos políticos.

Apesar do cansaço da viagem, devido à greve dos controladores aéreos, António Vitorino, quando falou com o DL era um homem bem disposto. O privilégio de fazer parte de um grupo restrito de quatro juristas de nacionalidades diferentes (americana, húngara, inglesa e portuguesa) foi comentado com uma excessiva dose de modéstia: «não é caso para tanto».

O jurista português foi convidado pelo National Democratic Institute of International Affairs, ligado ao Partido Democrático Americano, que teve a iniciativa de formar um grupo de trabalho destinado a contactar as entidades oficiais checoslovacas e com o Forum Civil no sentido de elaborar a legislação eleitoral.

Em última instância o convite partiu do próprio Presidente Havel que, segundo

António Vitorino, «salientou com frequência as boas relações com o Presidente Mário Soares, destacando o facto deste lhe ter manifestado, desde a primeira hora, grande apoio à causa checa».

Questionado sobre o motivo da escolha de um jurista português, António Vitorino, disse que «a importância de experiência portuguesa após o 25 de Abril, no período de transição para a democracia» terá sido o factor determinante.

António Vitorino escusou-se a fazer comentários pessoais sobre os mais recentes acontecimentos na Checoslováquia, embora o tom de voz denunciasse grande entusiasmo, que transpôs para o plano meramente profissional.

«Como jurista foi interessantíssimo ter a oportunidade de estudar *in loco* os problemas que agora se colocam à nova sociedade checa. Alguns são semelhantes aos que vivemos no período entre 1974 e 1975, outros tem características próprias. Durante cinco dias, eu e os outros juristas discutimos com grande simplicidade e informalidade esses problemas, sabendo à partida que ninguém tinha soluções feitas e que não era necessário fazer uma acção concertada. Cada



António Vitorino foi à Checoslováquia a convite de um instituto ligado ao Partido Democrático dos Estados Unidos

um valia pelas diferentes experiências que possuía e pelos conhecimentos dos sistemas eleitorais doutros países», disse Vitorino. O constitucionalista sublinhou que este grupo «apenas apresentou sugestões que vão agora ser discutidas na Mesa Redonda, que reúne o Partido Comunista e os outros partidos da Oposição, enfim agora já pertencem ao sistema. A última palavra cabe, como é natural, às autoridades checas.»

António Vitorino disse ainda ao DL que «é provável que os quatro juristas se voltem a reunir na Checoslováquia, depois do processo de aprovação da lei eleitoral».

As eleições deverão realizar-se em Junho. Nos próximos meses o Partido Comunista e o Forum Civil vão desenvolver um intenso trabalho de esclarecimento e sensibilização, apelando à participação dos cidadãos.

M.J.R.

Pela primeira vez

Jardim recebe Martins Júnior

do nosso enviado especial

O presidente do Governo Regional da Madeira recebeu ontem à tarde o Padre Martins, como ainda hoje é conhecido José Martins Júnior, eleito em 17 de Dezembro último para a presidência da Câmara Municipal de Machico. «É a primeira vez que aqui venho», disse José Martins Júnior ao chegar, de táxi, ao Palácio da Vigia, onde pouco depois se encontraria com Alberto João Jardim.

O Padre Martins e João Jardim nunca, como ontem, se encontraram: o presidente da Câmara Municipal de Machico (funções que não são novas para ele) expôs ao presidente do Governo Regional como solucionar, ou quem responsabilizar, o problema da dívida camarária de 300 mil contos.

José Martins Júnior tem amigos, como o enviado do DL pôde observar, entre o pessoal que rodeia Alberto João Jardim. Logo que saiu do táxi que ali o conduziu, depois de atravessar a rua - e para isso um automóvel mais apressado parou - foi saudado por um dos funcionários de serviço ao Palácio da Quinta da Vigia. Já lá dentro, um outro se abeirou dele por questões muito pessoais.

Sorridente, bem disposto, José Martins Júnior recebeu calmamente a boia, cumprimentou algumas pessoas,



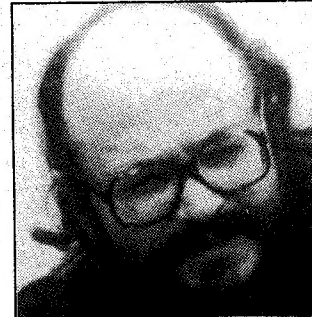
Alberto João Jardim e Martins Júnior discutiram as dívidas de Machico

atendeu a reportagem de um jornal local e entrou para o gabinete de Alberto João Jardim, atrasando - por isso - a habitual reunião do Governo Regional.

Os problemas de Machico assim o exigiam: confrontado com uma dívida de 300 mil contos e uma Câmara desorganizada internamente, Martins Júnior quer ver tudo de uma forma clara, limpa, desde esse déficit às viaturas que para lá andavam sem rei nem roque. Foi sobre isso que a sua exposição a Jardim versou.

**Câmara Municipal:
posse em breve**

Houve festa na Madeira com a repetição das eleições domingo passado, o PSD/PPD confirmou a vitória e assinalou o facto. Ficou tudo na mesma, pelo menos por ora, já que hoje mesmo reúne a Assembleia de Apuramento



Geral para elaborar a acta e proclamar os resultados da votação.

Tal diligência será oportunamente repetida no Tribunal do Funchal ante o juiz Ferreira Neto (segundo o qual «nem tudo o que é legal, é moral»), disse a propósito da votação de 17 de Dezembro, enquanto no jornal local «O Parcial» se acusavam determinadas forças de tentarem «influenciar o Tribunal Constitucional com pressões».

Apesar da recontagem, não se vê - segundo os observadores - que haja razões para mais protestos, pelo que a Câmara Municipal (com cinco autarcas do PSD/PPD e quatro da coligação «Pelo Nosso Funchal») será instalada dentro de dias. Com ela e dela dependentes, serão empossados os restantes órgãos autárquicos deste concelho e capital regional da Madeira.

Sublinhe-se que os resultados das eleições de domingo, em repetição parcial, não alteraram a distribuição dos treze mandatos das freguesias de Santa Maria Maior e São Pedro. A UDP, que havia recorrido para o Tribunal Constitucional, não levou por diante (nas urnas) o seu empenho em retirar um mandato ao PSD, e automaticamente a sua maioria, o que ia acontecendo em 17 de Dezembro e só não se concretizou por causa de um voto.

Daí a afirmação do líder autárquico do PSD, António Gil Silva, segundo o qual os resultados «castigam os inimigos da democracia». O secretário-geral do PSD local acusou a posição de «dramatizar pequenos pormenores para afastar o cidadão eleitor destas e de futuras eleições», pelo que «a democracia está em perigo», disse.

A coligação «Pelo Nosso Funchal» (PS/CDS) congratulou-se pelo facto da abstenção ser menor que em 17 de Dezembro e afirmou ser a alternativa ao PSD/PPD, enquanto que para Paulo Martins (UDP) a situação «mantém-se inalterável». Na óptica deste dirigente, «para o PSD perder eleições é necessário haver um entendimento entre as forças da Oposição».

Júlio Rodrigues

POLÍTICA

Acordo sobre desarmamento assinado até final do ano

Soares Carneiro participou num seminário sobre doutrinas militares destinado a «atenuar desconfianças» entre os dois blocos

O seminário sobre doutrinas militares, que decorre em Viena e em que participou o general Soares Carneiro, está a funcionar como forma de «atenuar as mútuas desconfianças, entre responsáveis militares dos dois blocos» e a dar sinais de que «há uma vontade recíproca de desarmamento», disse ao DL um dos elementos da delegação portuguesa que acompanhou o CEMGFA à reunião.

O seminário decorre em consonância com a Conferência para a Segurança e Cooperação Europeias (CSCE), que está também a funcionar em Viena e visa a obtenção de um acordo sobre desarmamento convencional na Europa. Segundo o general Gonçalves Ribeiro, responsável pelo departamento de Política de Defesa Nacional, a nível do Estado-Maior, há uma fundada expectativa de que o acordo possa ser assinado «até ao fim do corrente ano».

O seminário de Viena, em que participam pela primeira vez, os chefes militares de todos os países europeus, com excepção da Albânia, e muitos países ocidentais, nomeadamente os não-alinhados, já destacou dois aspectos importantes e relevantes na perspectiva do acordo sobre desarmamento que está a ser negociado. Um, no plano das intenções, parece definido, e segue em paralelo com a abertura política a Leste; o outro situa-se no plano das capacidades, reconhecendo-se que ainda existem muitas assimetrias de facto quanto ao volume dos contingentes militares dos dois blocos, não obstante a redução unilateral de tropas na Europa Central decretada pelo Pacto de Varsóvia.

«Não há dúvida de que, no plano das intenções, os participantes manifestam ideias

de desanuviamento e da abertura a um mundo mais pacífico e desarmamentista», disse o general Gonçalves Ribeiro.

Soares Carneiro privilegia o «triângulo estratégico»

Mas quanto à capacidade militar dos dois blocos, este membro da delegação que acompanhou o general Soares Carneiro a Viena considera a redução unilateral decretada pelo Pacto de Varsóvia meramente como «um sinal» e não como «plataforma que sirva de base para o acordo de Viena».

O Pacto de Varsóvia continua a ter uma grande superioridade em tropas e armamento convencionais e o texto do acordo que está a ser negociado aponta, exactamente, para aproximar as paridades e para determinar os meios da sua permanente verificação.

Ou seja: se as intenções desarmamentistas e de desanuviamento estão manifestadas e são entendidas pelos responsáveis ocidentais como um sinal de boa vontade, resta passar das intenções aos factos.

Neste quadro, em que também foi ressaltada a importância de um melhor conhecimento mútuo entre os chefes militares dos dois blocos, com o beneplácito político das superpotências, Portugal esteve presente não apenas para ouvir e se informar.

A intervenção do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas foi produzida na sexta-feira passada, na mesma sessão em que o comandante-chefe das Forças Armadas húngaras apelou a uma «assinalável reforma» no Pacto de Varsóvia, embora mantendo-o operacional, por ser «necessário à estabilidade na Europa».

Soares Carneiro forneceu indicações sobre a organização da defesa nacional, seja em termos autónomos, seja quanto à integração das forças portuguesas na NATO.

O CEMGFA disse que Portugal deverá ter «uma capacidade de dissuasão autónoma, com um mínimo de credibilidade, honrando ao mesmo tempo os compromissos nacionais no seio da NATO».

Soares Carneiro afirmou que a doutrina militar portuguesa se baseia na realidade geoestratégica e que deverá «privilegiar os espaços tradicionais de influência do País». Apontou o triângulo constituído pelo Continente, a Madeira e os Açores como «um espaço euro-atlântico de importância estratégica fundamental» e defendeu que as opções militares de Portugal decorrem da harmonização entre as necessidades nacionais e da Aliança Atlântica.

«A NATO, de que Portugal é membro desde a sua fundação, reduz as nossas vulnerabilidades e protege e desenvolve as potencialidades nacionais de acordo com a nossa identidade cultural», concluiu o general Soares Carneiro.

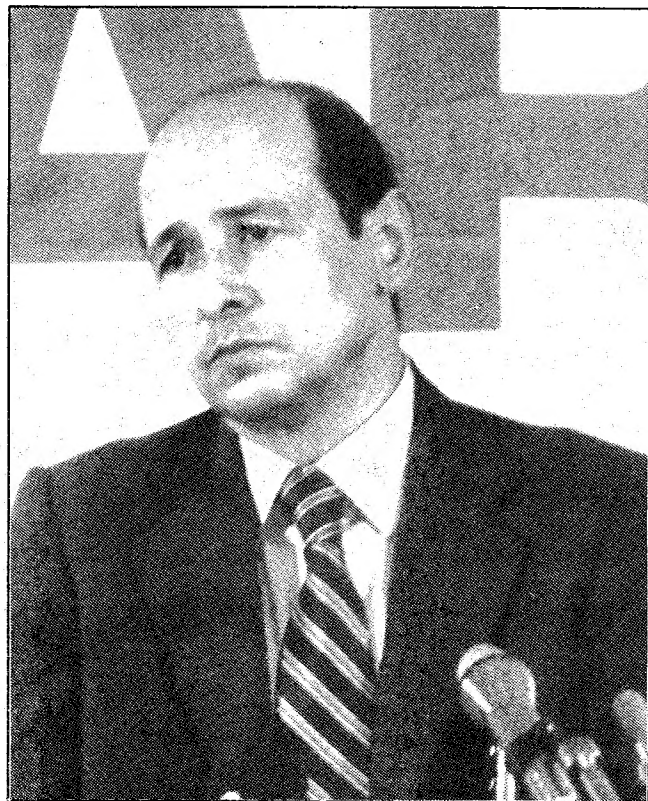
Pacto de Varsóvia existe mas é secundarizado

Ao fim da primeira semana desta reunião inédita, que vai prolongar-se até 5 de Fevereiro e engloba altos comandos militares da NATO, do Pacto de Varsóvia e de países europeus neutrais, é lícito concluir que os comandos militares do Leste Europeu privilegiam os interesses nacionais de cada um dos países membros, acima dos interesses de conjunto do Pacto de Varsóvia. Isto sem porem em causa a sua razão de ser.

«Uma das lições a tirar já-disse o chefe da delegação

norte-americana, John Maresca—é a de que o Pacto de Varsóvia continua a existir». Mas «já não há mais disciplina de bloco, todos falam acerca do que pretendem e interessa aos seus países», comentou, a propósito, o representante alemão-federal no seminário de Viena, embaixador Gunter Joetze.

Uma curiosidade do seminário: esteve presente um representante militar do Estado do Vaticano que manifestou aos chefes castrenses as expectativas da Santa Sé quanto à irreversibilidade do desanuviamento.



General Soares Carneiro preconiza "capacidade de dissuasão autónoma" para Portugal

Soares não promulgou diplomas sobre defesa

O Presidente da República continua a recolher informações das suas assessorias jurídica e política de modo a fundamentar a decisão sobre os diplomas de incidência militar que o Governo lhe apresentou para promulgação.

O pacote legislativo foi apresentado em Belém a 2 de Janeiro e compreende quatro diplomas: o novo Estatuto Militar, a leis orgânicas da GNR e da Guarda Fiscal, e o novo sistema retributivo das forças armadas e militarizadas. É este último que terá provocado as maiores divergências entre Mário Soares e Cavaco Silva, divergências essas decantadas em reunião de três horas, na semana passada.

O Presidente da República ouviu, também, os chefes militares sendo, no entanto, «abusivo» no dizer de um assessor do Palácio de Belém—«extrair dessas reuniões algum sinal quanto à futura decisão do PR».

Mário Soares terá de decidir até 11 de Fevereiro entre a promulgação e o veto político, com a consequente devolução dos diplomas para reapreciação. Entretanto, medita e ouve os seus conselheiros, referiram ao DL fontes da Presidência.

De acordo com notícias divulgadas esta manhã pela Rádio Renascença esta legislação está a provocar grande controvérsia entre os militares. Soares Carneiro que faz 62 anos depois de amanhã ficará abrangido pelo novo limite

de idade de reforma, tendo o assunto sido analisado pelo primeiro-ministro e os chefes de Estado Maior dos três ramos e também numa reunião entre Cavaco Silva e Mário Soares.

Militares na reserva vão «tomar medidas»

A evolução deste conjunto de diplomas legislativos, nomeadamente o que neles se prevê quanto a remunerações, estatutos e reforma, está a ser atentamente seguida pela Associação de Militares na Reserva e Reforma (ASMIRR) que já anunciou vir a «tomar medidas», logo que eles sejam publicados.

«Mantemos as maiores reservas sobre as matérias em discussão», disse à agência Lusa uma fonte da Associação, «porque os critérios usados, para além de injustos, não têm primado pelo rigor técnico».

A Associação manifestou também um «desencanto total» e um «profundo desagrado» e prometeu que os militares na reserva e em situação de reforma se «movimentarão no sentido de preservar a dignificação dos servidores militares das Forças Armadas».

A ASMIRR diz mais, que os diplomas têm aspectos inconstitucionais e que as razões do desagrado incidem, particularmente, no facto de existirem militares que «serão penalizados na razão directa do seu tempo de serviço».

**EM 90,
A EUROPA
É UM LIVRO
ABERTO.
LEIA-O NO
PRIMEIRO
DE JANEIRO.**



Em Janeiro de 90,
você vai conhecer Liber:
a revista europeia de livros
que acompanha o Le Monde,
o Times, o El País, o Frankfurter
Allgemeine, o L'Indice ... E, agora,
o Primeiro de Janeiro.
Leia a Europa - amanhã,
no Primeiro de Janeiro.

O PRIMEIRO DE JANEIRO

INTERNACIONAL

Tréguas no Azerbaijão

Não obstante o encontro entre líderes armênios e azerbaijanis foram hoje mortos dois soldados e a situação continua tensa

Dirigentes armênios e azerbaijanis reunidos em Yerasskh, concordaram com um período de tréguas e a retirada dos grupos armados das áreas junto das fronteiras entre as duas repúblicas beligerantes. Não obstante, homens armados atacaram hoje uma coluna de soldados soviéticos desmobilizados em Baku, matando três pessoas,

entre as quais dois soldados, segundo a Rádio Moscovo.

Na sua notícia, o jornalista Lazarevitch disse que "há forças em Baku extremamente interessadas em fazer aumentar a tensão", mas não especificou.

A reunião de ontem, foi a primeira realizada entre os dirigentes das duas repúblicas do Cáucaso para discu-

tirem as divergências que levaram à escalada de conflitos étnicos e verdadeira guerra civil nos últimos dez dias.

Ao mesmo tempo, a televisão soviética anunciou, citando o comandante das forças soviéticas no Azerbaijão, que o estado de emergência em Baku, capital do Azerbaijão, seria atenuado

se os grupos armados entregassem as armas antes do dia 24.

A televisão indicou também que talvez tivesse chegado o momento de as autoridades se sentarem à mesa das negociações com a Frente Popular do Azerbaijão, principal força envolvida nos conflitos.

O correspondente da televisão em Baku não fez menção do ultimato de 48 horas lançado ontem pelo Soviete Supremo (Parlamento) do Azerbaijão a Moscovo, para retirar as tropas de Baku, o que, a não acontecer, convocaria um referendo sobre a secessão da União Soviética.

Apesar de todas estas movimentações, a situação nas repúblicas do Cáucaso continua extremamente tensa e os grupos activistas, quer na Arménia, quer no Azerbaijão, não acreditam que o período de tréguas se mantenha por muito tempo.

armada nas duas repúblicas.

Segundo a Tass, mais 12 pessoas morreram ontem em novos confrontos ocorridos quando militantes azerbaijanis abriram fogo contra armênios junto à fronteira entre as duas repúblicas.

O número oficial de mortos é de 95, incluindo 11 soldados e membros das suas famílias, e mais de 500 feridos.

Contudo, activistas azerbaijanis afirmaram em Moscovo que mais de 3.700 pessoas foram mortas quando as tropas soviéticas entraram em Baku, no passado fim-de-semana.

Cuba enfrenta desafio

Entretanto, noutro ponto do Globo, Cuba enfrenta um desafio militar e ideológico. A este propósito, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Cubanas, general Ulises Rosales del

Toro disse que "o presente se mostra ameaçador, cheio de perigos e dificuldades, talvez como nunca antes da história de Cuba".

O chefe militar cubano, que falava num simpósio militar em Havana, disse que "já não se trata só de uma questão de vencer o inimigo ou sobreviver, mas de que sobrevivam ou não as ideias revolucionárias e prevaleçam sobre a terra as ideias caducas da exploração do homem pelo homem".

O chefe militar cubano, referindo-se à invasão do Panamá pelos EUA, considerou "a preparação para a guerra" como "a maior garantia que Cuba tem para garantir a paz", porque, segundo ele, há em Cuba "uma consciência armada" e o país "tem com que defender o patriotismo".

Redacção "DL"/Lusa



Manifestantes azerbaijanis empunham cartazes com o dístico: "Gorbachev procura-se".

Situação

"muito complicada"

Junto à fronteira com o Irão, a situação "mantém-se muito complicada", segundo relata a agência soviética Tass, acrescentando que "azerbaidjanis e iranianos continuam a atravessar a fronteira em massa", em ambas as direcções.

A Imprensa soviética acusou o Irão de fornecer armas aos muçulmanos do Azerbaijão, mas o Irão já rejeitou a acusação.

Entretanto, continuaram as manifestações em Baku, palco dos confrontos mais violentos dos últimos dias de luta

Dezassete anos após o assassinio

Não esquecer Amílcar Cabral



Outono de 1972. Amílcar Cabral está em Londres, poucos meses antes de ser assassinado, em 22 de Janeiro do ano seguinte. Conversa, ao fim da tarde, na BBC, com um grupo de amigos ingleses e portugueses que o admiravam. Estamos em pé, a conversa é rápida, há problemas a tratar. Entre nós está Lord Gifford, representante em Londres dos Movimentos de Libertação das então três colónias portuguesas do continente africano. Próximo, existe um

telefone. Lord Gifford espera uma telefonema sobre uma entrevista que a televisão da BBC pediu a Amílcar Cabral. Nesse ano, o líder do PAIGC já tem confirmado o seu prestígio como um dos maiores estadistas africanos vivos. Eram os êxitos da luta na Guiné, eram os pontos de doutrina definidos e publicados, era a capacidade do orador, era a firmeza da personalidade equilibradamente dividida entre o pensador e o homem de acção, tinha sido, nesse mesmo ano de 1972, a proclamação da independência da Guiné-Bissau, em Medina Boé.

Toca o telefone. Lord Gifford atende mas volta ao grupo, deixando a comunicação em aberto. Da televisão da BBC diziam ter pensado melhor e que, em vez de uma entrevista a Amílcar Cabral, preferiam fazer um debate entre o presidente da Guiné-Bissau e um deputado conservador britânico, conhecido pela sua posição contrária aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, favorável ao regime de Marcelo Caetano e, como então se dizia, «profundamente reacçãoário».

Amílcar Cabral volta-se para Lord Gifford, em repente directo e combativo, e diz, com uma voz que de súbito, em vez de calorosa e amigável como estivera, se torna dura, vibrante e definitiva: «Quem é esse senhor? Apenas um deputado. Eu sou Chefe de Estado. Não entrarei em debate com esse senhor!»

Lord Gifford voltou obedientemente ao telefone e deu a resposta. Não houve nem debate nem entrevista.

Paulo David

Numa reunião em Lusaca

Linha da Frente reafirma apoio ao ANC

Os líderes dos seis estados africanos da «Linha da Frente» apelaram ontem em Lusaca ao presidente sul-africano, Frederik de Klerk, para que encete conversações com o ANC destinadas a acabar com o apartheid.

Falando em conferência de Imprensa, o presidente zambiano, Kenneth Kaunda, informou que os líderes da «Linha da Frente» apoiaram totalmente o comunicado emitido domingo pelo ANC a favor de negociações com Pretória e baseado numa proposta de 10 pontos apresentada no ano passado a de Klerk por Nelson Mandela.

No final de uma reunião de três dias, efectuada em Lusaca, capital da Zâmbia, o ANC anunciou no domingo

que está determinado a realizar negociações com o Governo sul-africano e a «suspender mutuamente os confrontos».

A seu pedido, os dirigentes do ANC reuniram-se ontem na capital zambiana com os presidentes dos seis países da «Linha da Frente» (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) e da Organização do Povo do Sudoeste Africano, (SWAPO).

Uma fonte próxima do encontro disse que foi analisada a libertação de todos os presos políticos sul-africanos e a questão do estabelecimento de uma entidade de supervisão das negociações. O ANC quer que, antes do início das conversações, Pretória legal-

ize a organização, levante o estado de emergência e retire as forças de segurança estacionadas nas cidades segregadas.

EUA analisam passos dados por Pretória

Paralelamente à reunião de Lusaca, o presidente e o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, respectivamente, Frederik de Klerk e Pik Botha reuniram-se, ontem, no Vaticano com o sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen.

Declinando fazer qualquer comentário sobre os temas debatidos, Cohen disse preferir analisar as suas impressões antes de fazer

qualquer declaração à Imprensa.

O alto funcionário norte-americano informou não ter previsto qualquer encontro com Nelson Mandela, preso há mais de 25 anos e cuja libertação parece iminente.

A Imprensa sul-africana tem referido que a visita de Cohen tem por objectivo estudar os passos dados pelo Governo de Pretória com vista ao desmantelamento do racismo e ao início das negociações com as organizações anti-apartheid.

Herman Cohen segue amanhã para Angola, onde vai discutir o processo de paz com as autoridades de Luanda (ver página 12).

Lusa

INTERNACIONAL

Ironias dos desarmamentos e dos armamentos mostram-nos uma NATO preocupada com a retirada das tropas soviéticas da Europa e um Terceiro Mundo agarrado às suas armas químicas

NATO preocupada com retirada soviética

Preocupados, no passado, em serem os primeiros numa corrida ao armamento, os EUA e a URSS, as duas super-potências militares, vêem-se hoje face a uma nova lógica que, não sendo infernal e aterrorizante, não deixa no entanto de criar novos problemas.

Vejamos as componentes desta evolução.

De facto, tanto a Leste como a Oeste, e na sequência do tratado INF de Dezembro de 1987, a questão das forças convencionais voltou à arena das discussões.

Tendo sido posto de parte, porque não utilizável, o "equilíbrio do terror" passou de certo modo à história. Hoje em dia, nos discursos "pós-nucleares" institucionalizados na Conferência de Viena desde do ano passado, o equilíbrio das forças convencionais voltou a concentrar as atenções dos especialistas.

O que é um equilíbrio de forças convencionais? O mesmo número de aviões,

homens e carros blindados? Ou então as capacidades industriais, científicas e técnicas? Ainda não existe um conceito que realísticamente defina este equilíbrio e a verdade é que uma corrida no domínio deste tipo de armamento sairia muito caro, mais caro talvez - e por estranho que pareça - do que uma Guerra das Estrelas.

Por outro lado, o velho continente, com a memória ainda fresca de conflitos provocados precisamente por «equilíbrios convencionais», não pode antever uma segurança eficaz que se apoie na precariedade de tais equilíbrios. E uma eventual retirada das tropas americanas só viria agravar a situação, visto que os europeus não dispõem actualmente de uma força convencional de substituição.

Nas conversações de Viena sobre a segurança europeia vai surgir uma nova componente: a opinião pública do Leste que, tal como a do Oeste desde dos anos

setenta, reprova a presença militar estrangeira. A questão fundamental é a de saber a quem agrada este novo dado ou seja a mudança da opinião pública no antigo bloco socialista.

Que conclusão se pode tirar desta evolução? Sendo a defesa convencional uma estratégia cara para todos, indesejável agora para o Leste, precária para a Europa Ocidental e negociável em Viena, uma possível solução seria a sua redução ao mínimo dos mínimos. Para isso, os governantes a Leste terão de manter o sangue frio e não ceder demasiadamente aos apelos das populações, privadas até agora de qualquer experiência democrática e que desejam a saída imediata e total das tropas soviéticas. Simultaneamente, a NATO terá de reagir com responsabilidade ao acerto militar, voluntário e necessário, do Leste.

Nuno Azevedo

Terceiro Mundo impede tratado de armas químicas

A URSS e os EUA estão a dar os primeiros passos para acabar com o crescimento em todo o mundo de armamento à base de venenos e bactérias desenvolvidos pela engenharia genética, que, ao matar indiscriminadamente as populações civis, ficaram conhecidas como «as derradeiras armas de uma guerra».

A iniciativa soviético-americana, envolvendo inspecções mútuas no terreno dos arsenais químicos, foi acordada entre o Secretário de Estado norte-americano, James Baker, e Eduard Shevardnaze, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, em Setembro último.

Se neste ano as visitas de verificação forem bem sucedidas, um sistema regular de inspecção cobrindo o fabrico e armazenagem de produtos químicos, para uso militar ou civil, vai ser instituído.

Cientistas ocidentais foram, entretanto, convidados para testemunhar a primeira destruição oficial de velhas armas químicas num local especialmente construído para o efeito na cidade de Chapayevsk, no vale do Volga.

O Presidente George Bush propôs recentemente que os dois países cortem em 80 por cento o seu arsenal de armas químicas até ao fim do século. Como resposta, Moscovo sugeriu a destruição completa dos arsenais.

Com o progresso alcançado na redução das armas nucleares, as perspectivas de firmar um tratado sobre o armamento químico melhoraram substancialmente. As primeiras inspecções podem contribuir para o fim do actual clima de medo, tensão e segredo.

Uma maior abertura, pode dimi-

nuir as suspeitas e as especulações que, por exemplo, levam a deduzir que quando os soviéticos admitem possuir cerca de 50 mil toneladas de armas químicas «vulgares», eles de facto possuem mais de 300 mil toneladas, incluindo as mais recentes armas biológicas.

A fonte destas especulações é, alegadamente, a «espionagem ocidental». Se está correcta ou é alarmista, é algo que deverá ser conhecido nos próximos meses.

Entre aqueles que possuem arsenais de armas químicas, incluem-se notadamente, a China, Iraque, que as usou na guerra contra o Irão (também ele detentor deste tipo de armas), Israel, Síria, Egipto, Líbia, Paquistão, Afeganistão, Vietname, Birmânia, Tailândia, as Coreias do Sul e do Norte e a Argentina.

Uma das grandes razões para a proliferação das armas químicas é que são de produção relativamente barata. Há até quem lhes chame «a bomba atómica dos pobres».

Elas incluem desde os velhos gases usados durante a Primeira Guerra Mundial, um à base de cianeto e o chamado «gás mostarda», até à «nova

geração» que utiliza princípios de engenharia genética para desenvolver vírus e bactérias que causam grandes epidemias entre os exércitos, ou as populações civis, do país inimigo.

«Ciência perversa»

A engenharia genética pode ter muitas utilizações pacíficas, tais como o melhoramento dos cereais ou a criação de micro-organismos cujo a alimentação favorita são detritos tóxicos.

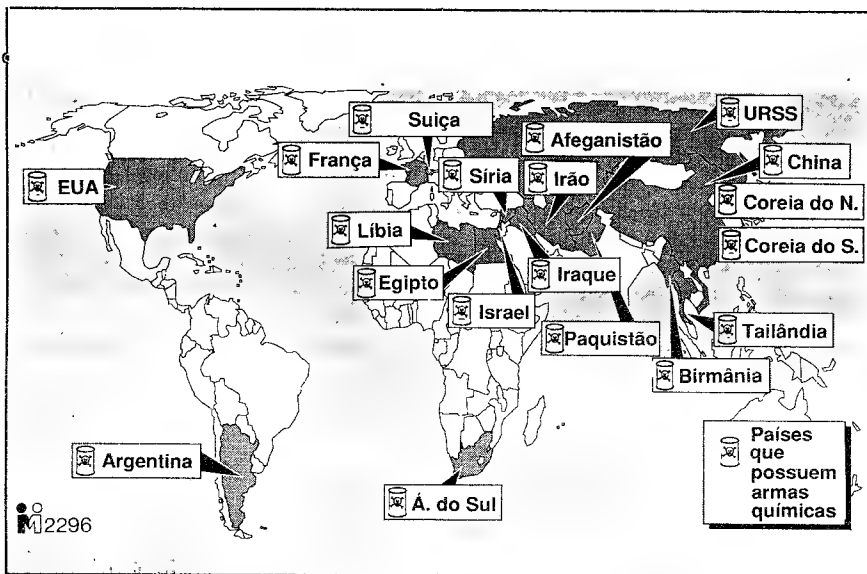
No entanto, existe um lado negro ainda ligado às experiências que os nazis fizeram com as suas vítimas «geneticamente inferiores» - classificadas por Winston Churchill como «ciência perversa».

Pesquisadores de dez países têm, actualmente, capacidade para desenvolver vírus e bactérias contra as quais não há defesa - bactérias que, por exemplo, podem atacar os olhos dos soldados inimigos, desidratá-los numa região desértica, causar fortes diarreias ou até provocar-lhes um choro incontrolável que os deixe incapazes de obedecer a ordens.

Relatórios não confirmados, sugerem que alguns destes agentes já teriam sido secretamente testados, com êxito total. A ponto de o país vítima dificilmente conseguir determinar se estava diante de um ataque de armas biológicas ou a sofrer de uma epidemia de causas naturais.

É para impedir situações deste género que as superpotências se encaminham para um acordo sobre as armas químicas.

Nicholas Cole
exclusivo
Gemini/«DL»



São estes os países onde está confirmada a existência de arsenais de armas químicas

COMENTÁRIO

Acertos perigosos

Preocupados, no passado, em serem os primeiros numa corrida ao armamento, os EUA e a URSS, as duas super-potências militares, vêem-se hoje face a uma nova lógica que, não sendo infernal e aterrorizante, não deixa no entanto de criar novos problemas.

Vejamos as componentes desta evolução.

De facto, tanto a Leste como a Oeste, e na sequência do tratado INF de Dezembro de 1987, a questão das forças convencionais voltou à arena das discussões. Tendo sido posto de parte, porque não utilizável, o "equilíbrio do terror" passou de certo modo à história. Hoje em dia, nos discursos "pós-nucleares" institucionalizados na Conferência de Viena desde do ano passado, o equilíbrio das forças convencionais voltou a concentrar as atenções dos especialistas.

O que é um equilíbrio de forças convencionais? O mesmo número de aviões, homens e carros blindados? Ou então as capacidades industriais, científicas e técnicas? Ainda não existe um conceito que realísticamente defina este equilíbrio e a verdade é que uma corrida no domínio deste tipo de armamento sairia muito caro, mais caro talvez - e por estranho que pareça - do que uma Guerra das Estrelas.

Por outro lado, o velho continente, com a memória ainda fresca de conflitos provocados precisamente por «equilíbrios convencionais», não pode antever uma segurança eficaz que se apoie na precariedade de tais equilíbrios. E uma eventual retirada das tropas americanas só viria agravar a situação, visto que os europeus não dispõem actualmente de uma força convencional de substituição.

Nas conversações de Viena sobre a segurança europeia vai surgir uma nova componente: a opinião pública do Leste que, tal como a do Oeste desde dos anos setenta, reprova a presença militar estrangeira. A questão fundamental é a de saber a quem agrada este novo dado ou seja a mudança da opinião pública no antigo bloco socialista.

Que conclusão se pode tirar desta evolução? Sendo a defesa convencional uma estratégia cara para todos, indesejável agora para o Leste, precária para a Europa Ocidental e negociável em Viena, uma possível solução seria a sua redução ao mínimo dos mínimos.

Para isso, os governantes a Leste terão de manter o sangue frio e não ceder demasiadamente aos apelos das populações, privadas até agora de qualquer experiência democrática e que desejam a saída imediata e total das tropas soviéticas. Simultaneamente, a NATO terá de reagir com responsabilidade ao acerto militar, voluntário e necessário, do Leste.



Nuno Azevedo

Uma polémica reestruturação económica provoca contestação ao Poder político

Kaunda conduz Zâmbia para o capitalismo

Kenneth Kaunda, Presidente da Zâmbia desde a independência, há 25 anos, ao enfrentar crescentes problemas económicos, anunciou medidas para fiscalizar a sua administração em 1990, prosseguindo o seu grande programa de reestruturação.

A Zâmbia vai ter uma nova ordem económica orientada por princípios capitalistas e, para tal, Kaunda vai ter que reorganizar o partido no Poder, a União Nacional para a Independência (UNIP), o Governo e o sector estatal. A velha ordem baseada numa política de planeamento central deu lugar às forças de mercado, tendo os preços sido liberados.

Kaunda diz que a política económica de carácter socialista ao subsidiar os produtos teve um efeito negativo. Os zambianos foram avisados para, nas novas circunstâncias, não viverem para além dos seus meios.

Eles terão que pagar pelos serviços médicos e educacionais, cujas tarifas irão subir.

Kaunda, como se sucumbisse a uma directriz amarga do FMI, diz que 1990 vai ser «um ano de verdadeira mudança na economia». Isto implica, entre outras coisas, na desvalorização na moeda do país, o kwacha, o qual se

mantinha estável em relação ao dólar, numa tarifa estabelecida de dois em dois anos.

Canadlano no Banco da Zâmbia

Em Dezembro, Kaunda afastou os executivos das estatais e anunciou que um canadiano, Jacques Bussieres, tinha sido designado governador do Banco da Zâmbia - sendo a primeira vez que um estrangeiro ocupa um posto desta importância. O antigo governador, Francis Nkhoma foi suspenso e enfrenta acusações de corrupção.

Embora com problemas económicos, a Zâmbia tem gozado de estabilidade política desde a independência.

Tem sido um oásis de paz no sul do continente africano. Mas os membros da Assembleia Nacional acham que o Governo gastou muito tempo nas questões externas, não dando a devida atenção à economia doméstica. Isso trouxe muitas dificuldades à maior parte da população, com a inflação a atingir os 80 por cento.

Quando Kaunda liberalizou a economia, em Junho passado, os preços subiram em flecha e, embora tenha sido dobrado o salário das faixas

populacionais mais mal pagas, uma onda de protestos varreu o país. Todos os parlamentares devem obediência ao UNIP, mas os seus ataques ao erros do Governo e das empresas estatais levou Kaunda a acusar alguns deles de transformarem a Assembleia Nacional num partido de oposição à sua administração.

Erros no Orçamento

Numa sessão do Parlamento, Kaunda censurou o Presidente da Assembleia Nacional, Fwanyanga Mulikita, por não ter permitido o debate do Orçamento, alegando que continha erros. Kaunda afirmou que os erros tinham sido cometidos pela imprensa do Governo, mas Mulikita decidiu que o debate só poderia prosseguir quando esses erros de impressão fossem corrigidos.

Repreendendo as secretarias do Ministério das Finanças por não terem assinalado os erros, Mulikita, disse que o Governo tinha ficado com uma má imagem não apenas entre os zambianos, mas também perante a comunidade internacional.

Observadores políticos acreditam que esta disputa entre o Executivo e os parlamentares cresceu tanto que

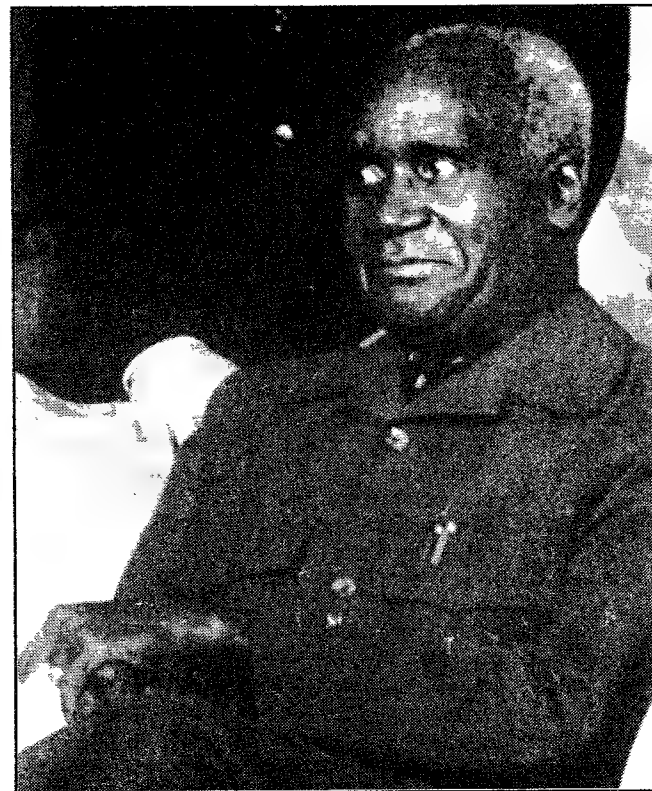
se não for contida poderá levar à confrontação aberta. O antigo ministro do Gabinete, Dingiswayo Banda diz aquilo que ele denomina «outras forças exteriores» estão a estabelecer a direcção que a Assembleia deve seguir para além das suas competências.

Banda acha que as instituições estão a falhar ao perderem mais tempo a lutar entre si do que a resolverem os problemas do país. Ele acrescenta: «A Zâmbia está completamente dominada por instituições que ser tornaram ineficientes».

A eleição de dois dos filhos de Kaunda, Wezi e Waza, para a Assembleia Nacional também causou furor entre os parlamentares. Alguns deles dizem que uma dinastia Kaunda está em gestação, assegurando que o Presidente está preparando o terreno para que um dos filhos lhe suceda.

Estado de emergência

O antigo secretário-geral do UNIP, Humphrey Mulemba, aconselhou o Governo a retirar o estado de emergência, declarado quase desde a independência. Ele acha inconveniente acusar a África do Sul por não levantar o estado de emergência, quando a Zâmbia ainda não



Kenneth Kaunda tem enfrentado a contestação do Parlamento, dominado pelo seu próprio partido, que contesta a sua política governamental

o fez.

Mulemba condenou as detenções a longo prazo, sem julgamento, dos oponentes de Kaunda, as quais, segundo ele, são contra «os princípios democráticos universais». Um parlamentar que se juntou a este ataque, Joshua Lumina, afirma que as pessoas que são libertadas da prisão, se transformaram em verdadeiros «vegetais-humanos», devido às péssimas condições higiénicas do presidio.

Entretanto, o julgamento do ex-comandante do exército da Zâmbia, Christon Tembo, e de outros três oficiais superiores, foi adiado.

Os quatro são acusados de traição por terem conspirado para derrubar o Governo por meios violentos, em Outubro de 1988, e por terem sabotado as eleições gerais e presidenciais. Se forem condenados a punição poderá ser a pena de morte.

Fred Chela
exclusivo Gemini «DL»

São Tomé e Príncipe um laboratório político

O Comité central do MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe) optou, em Dezembro passado, em reunião destinada a apreciar as mudanças constitucionais naquele país de língua portuguesa, pela adopção de um modelo pluripartidário. Este é o mais claro sinal de mudança em S. Tomé e Príncipe, depois de, nos finais de 1988, o MLSTP ter reconhecido no seu interior o «direito de tendência» e atribuído a pasta dos Negócios Estrangeiros ao antigo presidente da Frente de Resistência Nacional, Carlos Graça. Mas fontes do movimento oposicionista santomense sediado em Portugal, dizem que essa reunião decorreu em ambiente de grande tensão entre o Presidente Pinto da Costa e o primeiro-ministro Celestino Costa e que o Chefe de Estado se rodeou, logo a seguir, de medidas extraordinárias de segurança.

Certos órgãos portugueses de Imprensa especularam, então, sobre pressões que

estaria a sofrer o presidente santomense da parte dos seus pares dos «Cinco», durante a cimeira que se desenrolou na Cidade da Praia, Cabo Verde, poucos dias depois, no sentido de anular essa decisão. A ser isto verdade, é pouco provável que tal iniciativa tivesse partido do actual presidente dos «Cinco», Aristides Pereira, que está a ensaiar em Cabo Verde uma fórmula de «pluralismo monopartidário», com eleições municipais previstas para 1991 e às quais serão admitidas listas independentes em relação ao movimento de libertação no Poder.

Declarações posteriores, tanto do Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, como do Presidente angolano, Eduardo dos Santos, que prevê para Angola uma fórmula idêntica à cabo-verdeana, parecem corroborar as palavras de Manuel Pinto da Costa, segundo as quais teria sido encorajado na cimeira da Praia a levar por diante a sua abertura política.

Seja como for e apesar de tais alegações, os observadores são unânimes em que, pressionado pela grave situação económica interna e pelo peso da dívida externa, S. Tomé e Príncipe pode vir a constituir a «grande première» entre os «Cinco» quanto à adopção de um modelo político ocidental.

MLSTP pode desaparecer

O ano de 1989 foi dedicado pelos responsáveis políticos de S. Tomé e Príncipe à busca de uma nova via de condução do país, tentando, sobretudo, restaurar a credibilidade externa que lhes permitia tirar a economia do marasmo em que se encontra. O primeiro-ministro, Celestino Costa, que ocupa um cargo só criado em 1987, conduziu em Março, em Genebra, as negociações para o reescalonamento da dívida de quase 100 milhões de dólares junto de parceiros tão diversos como Portugal, União Soviética ou o Banco Africano de Desenvolvimento.

Internamente, o Governo de S. Tomé tomou igualmente medidas legislativas e políticas tendentes a restaurar a confiança dos operadores económicos privados e à «reconciliação nacional», visando os quadros que se afastaram do país durante o período que designam de «ditadura pessoal de Pinto da Costa». Foi esse o sentido do encontro, em Maio deste ano, em Lisboa, entre o ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlos Graça, e o actual líder da oposição no exterior, Quintiliano Amado.

«Disse ao Sr. Quintiliano Amado que regressasse a S. Tomé, defendesse aí as suas ideias e se candidatasse às próximas eleições legislativas», declarou-nos na altura Carlos Graça.

Mas, quando se fala em pluripartidarismo em S. Tomé e Príncipe, os analistas concordam em que o mais natural é que ele venha a surgir da fragmentação da MLSTP e não de qualquer movimento surgido posteriormente à

Oposição sem fundos

Tenha Carlos Graça razão ou não, o certo é que o anúncio da adopção do modelo pluripartidário em S. Tomé e Príncipe não gerou um ambiente de euforia entre os elementos da oposição exilados em Portugal.

Quintiliano Amado, 50 anos, radicado em Lisboa desde os idos dos anos 60 e actual presidente da União Democrática e Social Santomense (UDSS), disse-nos que o seu movimento encara as medidas anunciadas pelo Presidente Pinto da Costa «com cautela». E

acrescentou: «O Presidente Pinto da Costa é um grande estratega que jogou e joga sempre». Reconheceu, contudo, ter vindo a manter contactos com elementos do MLSTP, «nomeadamente com o primeiro-ministro Celestino Costa», de quem se diz amigo de infância, e ter prontos projectos políticos e económicos para regressar a S. Tomé, sem receio de represálias ou eliminação física, embora frise que os países africanos não têm a tradição de respeitar a integridade dos opositores. Mas «na actual conjuntura, seria demasiado arriscado para o Governo» exercer essas represálias. E reconhece ainda Quintiliano Amado: «O maior problema de momento da UDSS é a falta de fundos. Mesmo para visitas de informação. Eu já devia estar em S. Tomé desde inícios de Novembro passado, mas certas promessas não se concretizaram.»

Manuel Delgado
Jornalista cabo-verdeano

QUOTIDIANO

Padre e autarca mobilizam a comunidade para o combate

Alberto João Jardim só amanhã visitará a ilha martirizada de Porto Santo

Do nosso enviado especial

A estratégia foi definida no domingo e ao seu esboço assistiu o enviado do «DL» a Porto Santo: sem a participação da comunidade, a operação de recuperação de Porto Santo face ao crude não teria êxito. Tornava-se necessário atacar o problema a sério. Sem a população, isso não seria fácil. Para que esta aderisse, era imprescindível o padre. Desta base silogística partiram todas as posições. E ontem, mais de três centenas de pessoas, entre elas muitos jovens, estavam em campo.

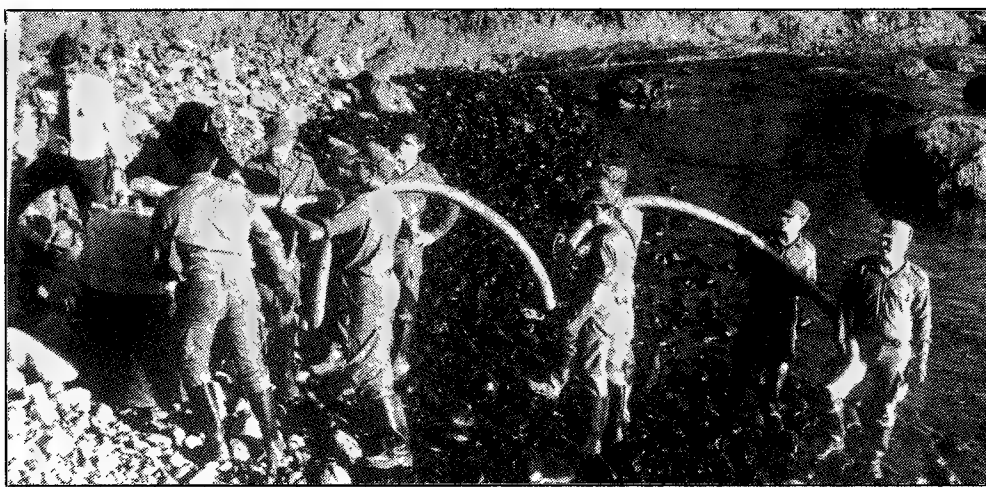
Com o vento a favor e a corrente a ajudar, as marés a manterem-se como até aqui, é muito possível - e pelo menos desejável - que a ilha de Porto Santo não se ressinta drasticamente das mais de vinte mil toneladas que o «Aragón» largou em 29 de Dezembro, em circunstâncias já referidas. Portanto, o desejo de Alberto João Jardim tomar banho com representantes da Comunicação Social, não está posto de lado - como ontem nos dizia no Palácio do Governo o seu assessor para a Comunicação Social, Paulo Pereira.

A Madeira acorda do susto: no Funchal come-se o «espada-preto» (peixe-espada) sem vacilar, as lapas, como os caramujos, fazem parte, naturalmente, da ementa do «Jaquet», um dos muitos restaurantes que preenchem o espaço gastronómico da cidade velha, não muito longe do cais. Mas todos os resta-

fecta o arquipélago irremediavelmente. Todos ficamos à espera.

Os Mendonças mandam na ilha de Porto Santo: um é padre e trata o presidente por Zeca; outro é presidente e trata o padre por prior; o terceiro, que não é madeirense, é o comandante do porto e da capitania, Nuno Faria (de Mendonça), natural de Braga.

O capitão-tenente Nuno Jorge Faria de Mendonça não esperava ver-se nesta alhada, mas dela espera sair de modo a que Porto Santo nada sofra. Não fala muito (sorri mais, quando está perante pessoas que admite serem amigas), parece prestável e, se desde domingo fala menos, é porque o trabalho aperta. Durante dias, na semana passada, quer ele quer o vice-almirante Martins Cartaxo (director-



O ataque ao crude está a correr bem e, se as condições climáticas ajudarem, é provável que em Abril

durante a semana finda eram pouco mais de duas centenas as pessoas ocupadas com a limpeza de cerca de seis quilómetros de praia, em

e ajudar nas operações de limpeza das nossas praias durante os próximos dias». Ligando o seu problema ao Governo da República (que

tem estado presente em todas as reuniões da capitania), a presidência da Câmara exigiu que «os resíduos das operações de limpeza não

fiquem em Porto Santo». E já obteve resposta satisfatória.

O ataque ao crude está a correr bem e, se as condições climáticas continuarem a ajudar, é muito provável que em Abril, Porto Santo apresente a imagem que os turistas compram em várias partes do Mundo como ilha de Sol, acolhedora, sem ruídos. Por essa imagem se batem todos, Governo Regional e Governo da República, bem como a autarquia local e a paróquia. O padre Mendonça ocupou a homilia de domingo com esse problema, apelando nas missas da Piedade e do Espírito Santo, por quatro vezes - tantas quantas as missas que nesse dia rezou na vila - à participação das populações.

Júlio Rodrigues

Alberto João Jardim pensa tomar banho com jornalistas nas águas de Porto Santo

geral da Marinha) e o director do Serviço de Combate à Poluição (um corpo também adstrito à Marinha), engenheiro e capitão-de-mar-e-guerra Caetano Dias, furtaram-se, algumas vezes, à conversa com os jornalistas. Caetano Dias explicou-nos a tática: «É que - segundo ele -, se perdermos tempo a falar as coisas ficam para trás. E isso é impensável».

Como o material da Marinha (chegado através da Força Aérea) não era operacional nem prático, os dois últimos dias da semana finda

Porto Santo, desde ontem que esse número duplicou.

José Góis Mendonça, o novo presidente do município, que retomou o lugar depois de um jejum de cerca de dez anos, conversou longamente com o seu homónimo, o padre da vila. Trata-se de dois amigos, como pudemos ver que se falam familiarmente. A linguagem que usam entre si não é, por exemplo, a mesma que o autarca utiliza em relação ao presidente do Governo regional, que convidou a visitar a ilha. Alberto João Jardim ainda o não fez, mas - verdade seja dita - tem aqui mandado tudo o que é secretário regional, desde o das Pescas ao do Equipamento. É pena que esteja, quanto a nós, mal representado: o delegado do Governo (Jorge Freitas) não tem a mínima noção do que é a cortesia e é pouco objectivo. Também não é, pelo menos hoje, muito popular, embora julgue ser uma figura social-democrata muito querida. Puro engano...

A Câmara Municipal tem feito tudo o que lhe é possível e impossível para atacar o problema do crude que, segundo as últimas informações disponíveis, já tem poiso disponível: Sines. Crude por crude, que vá para lá, onde há armazéns para ele, como todos sabem. De entre as várias iniciativas tomadas, avultam o convite feito a Jardim para estudar o problema «in loco» e o apelo à população para «participar

A maré negra já chegou ao Machico e a Santa Cruz

radores estão atentos, porque a «maré negra» já chegou ao Machico e a Santa Cruz. «De qualquer modo, isso afecta o peixe que se apanha para estas casas», disse Luís Jaquet ao «DL».

O clima de optimismo em Porto Santo, uma vez que só o Nordeste foi atingido e a mancha se dispersa, na pior das hipóteses, entre o Calhau da Serra de Dentro e a faixa do mar que separa a ilha do Norte da Madeira, não é menor. Por isso, há quem alinhe com a posição de Jardim e nada tenha a ver com as suas irreverências, com a sua forma de orientar os destinos da Madeira. Há quem admita, porém, que a precipitação das imagens introduzidas na rede da Eurovisão

permitiram um contacto mais estreito entre as partes. Foi sol de pouca dura: desde ontem que as relações - porque o trabalho volta a apertar, porque já chegou o equipamento da CEE para atacar o crude - entre a Marinha e a Comunicação Social se substancia num comunicado, que dá conta, friamente, da situação.

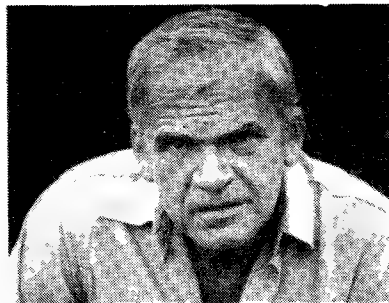
O padre Mendonça, que cursou no Porto e viveu vinte anos no continente, está há cinco em Porto Santo e é o prior da vila. O enviado do «DL» assistiu à esquematização do plano de mobilização da comunidade para limpeza do crude. Nestas paragens, um padre tem muita força, não há dúvida. E, é bem verdade que, se



jornal de letras, artes e ideias

**Polémica
PCP**

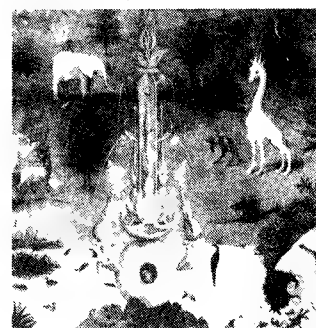
**Hespanha responde
a Fernando Pereira Marques**



**«A Imortalidade»
do escritor
O novo
Kundera**

**Utopia,
o sonho de Babel**

— Tudo sobre o colóquio internacional de Lisboa «Utopias: mitos e formas»



SEC: Sai Dama, entra Valete



Gigante de Moçambique morre aos 45 anos

Caiu no pateo cimentado da sua casa, em Maputo, e bateu com a cabeça no chão. Da queda resultou um traumatismo que lhe provocou a morte. Gabriel Mondlane, de 45 anos, com 2,70 metros e conhecido por «gigante de Manjacaze», morreu assim. Foi no domingo, quando ia a caminho do Hospital Central de Maputo.

A vizinha Gracinda Cehame testemunhou o acidente e referiu que o sogro tinha acabado de lavar as mãos para ir almoçar, quando o gigante de Moçambique caiu.

O gigante Manjacaze ganhava a vida em circos e noutros recintos de espectáculo, onde era apresentado como o «homem mais alto do mundo».

LOTARIA POPULAR

1º - 466504	3 000 000\$00
2º - 182346	750 000\$00
3º - 498555	500 000\$00
4º - 331778	250 000\$00
Terminações em 6504	85 000\$00
Terminações em 504	60 000\$00
Terminações em 346	15 000\$00
Terminações em 555	4 000\$00
Terminações em 778	1 500\$00
Terminações em 23,41,67,70,82 e 89	500\$00

COTAÇÕES



Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	49\$20	55\$20
ALEMANHA FED. (marco)	86\$75	87\$95
ÁUSTRIA (xelim)	12\$35	12\$55
BÉLGICA (franco)	3\$957	4\$207
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	126\$40	128\$90
(notas de 5 a 1000)	126\$90	129\$40
DINAMARCA (coroa)	22\$40	22\$80
ESPANHA (peseta)	1\$307	1\$427
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	148\$80	152\$30
(notas de 5 a 1000)	149\$30	152\$80
FINLÂNDIA (marka)	36\$95	37\$55
FRANÇA (franco)	25\$55	26\$25
HOLANDA (florim)	77\$00	78\$10
IRLÂNDIA (libra)	231\$55	235\$55
ITÁLIA (lira)	\$106	\$121
JAPÃO (iene)	\$981	\$1036
NORUEGA (coroa)	22\$60	23\$10
REINO UNIDO (libra)	245\$50	250\$00
SUÉCIA (coroa)	23\$90	24\$40
SUÍÇA (franco)	97\$60	99\$10
VENEZUELA (bolívar)	3\$234	4\$034

OBSERVAÇÕES:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

Torres Couto acusa Governo e patronato

Os trabalhadores portugueses vão ser penalizados no espaço europeu do Mercado Único devido a compromissos assumidos em Estrasburgo

Torres Couto, secretário geral da UGT e deputado europeu do Grupo Socialista reafirmou hoje, em conferência de Imprensa, a «insensibilidade do Governo» em matéria de Direitos Sociais Fundamentais face ao desafio do Mercado Único e fez questão de salientar que a «inércia do patronato e das autoridades portuguesas vem apenas penalizar os trabalhadores nacionais cujo grau de qualificação é ainda insuficiente para a batalha da modernização».

O secretário-geral da UGT criticou, uma vez mais, o Governo pela falta de empenhamento demonstrado na apreciação da Carta Comunitária, afirmando que este se limitou, pura e simplesmente, «a aprovar uma Carta Social Europeia amputada».

A Europa Económica tem de ser forçosamente uma Europa Social e Torres Couto, como porta-voz do Grupo Socialista, garante o seu empenho num combate por uma Europa de igualdades, não de assimetrias.

O baixo poder de compra dos trabalhadores portugueses, as suas remunerações inferiores quando comparadas com trabalhadores dos estados membros, têm originado, na opinião do líder da UGT, uma autêntica «hemorragia» no mercado de trabalho, transformando o nosso país no entreposto ideal para recrutamento de mão de obra barata.

Em 1993, trezentos e vinte milhões de cidadãos do Mercado Único estarão habilitados a disputar com os trabalhadores portugueses os postos de trabalho nacionais e a apetência para abandonar o país pode voltar a repetir-

se ou mesmo intensificar-se.

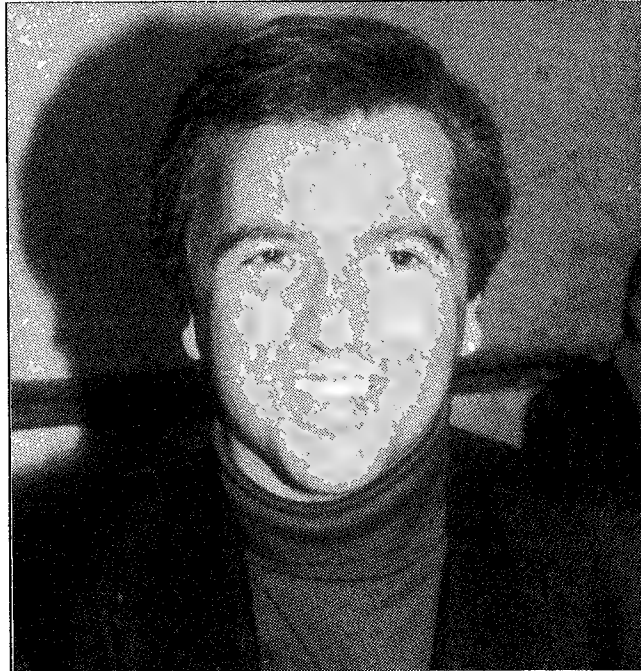
«O que o Governo português conseguiu em Estrasburgo foi permitir que um trabalhador português emigrado pudesse voltar à Alemanha e aí desempenhar as mesmas funções de um trabalhador alemão mas ganhando muito menos», disse Torres Couto e acrescentou que, a propósito da votação isolada do Reino Unido, a primeiro ministra britânica tinha sido clara ao afirmar que não «votara isolada a Carta Social Europeia já que o Governo português também a apoiou». Cavaco Silva ainda não desmentiu publicamente a afirmação de Thatcher, finalizou o secretário-geral da UGT.

Torres Couto reclama salários ao nível da CEE

Um grande contrato para a modernização da economia, a constituição do comité económico e social e a carta social europeia foram temas debatidos, ontem, numa audiência que Cavaco Silva concedeu à direcção da UGT.

A UGT vai debater com o Governo, em algumas áreas sectoriais um «grande contrato para a modernização em solidariedade da economia portuguesa», não estando disponível para acordos de rendimentos circunscritos às áreas da inflação e dos salários, disse à saída o líder da central sindical, Torres Couto. Este assunto foi já referido na primeira página da nossa edição de ontem, mas por um lapso técnico não foi publicado.

A UGT manifestou ao primeiro-ministro o seu «profundo desacordo» em relação à estrutura do comité económico social proposta



Torres Couto

pelo Governo, considerando-a muito centralizadora e governamentalizada.

Esta central sindical diz ainda não aceitar uma «Europa a duas velocidades» e só aposta no Mercado Único de 1992 se houver uma aproximação entre os níveis de vida dos trabalhadores dos países mais ricos e mais pobres do continente.

«Esta questão é para nós fundamental, tal como foi o pacote laboral», salientou Torres Couto.

A UGT apresentou ao primeiro-ministro algumas reivindicações, entre as quais a de em 1990 haja um crescimento real do poder de compra dos trabalhadores e não se repita a situação do ano passado, em que o crescimento foi praticamente zero, referiu ainda.

Já no congresso do SITESE, Torres Couto fez notar que

não estava nada contente com as atitudes do Governo e salientou que «a UGT não está disposta a passar mais cheques em branco ao primeiro-ministro».

Para o justificar, a central recordou o passado recente: quatro anos a dialogar, negociar e até a assinar acordos com o Governo, alguns deles mal vistos por quem representa.

Fê-lo, segundo Torres Couto, «consciente dos desafios, mas também das dificuldades» que Portugal tem que enfrentar para «ganhar a batalha da modernização».

«Só por isso aceitámos acordos com o primeiro-ministro. E alguns não foram respeitados. Nós, UGT, assumimos responsabilidades e cumprimos; o primeiro-ministro aceitou compromissos e não os cumpriu», frisou o líder da central.

B R E V E S

Forças policiais autuantes recebem 80 por cento

As forças policiais autuantes vão receber 80 por cento das verbas que lhe são destinadas das multas e coimas cobradas por infracções ao Código de estrada e restante legislação complementar sobre trânsito e actividade transportadora.

Esta disposição está contida numa portaria assinada pelos ministros da Administração Interna e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, hoje publicada no «Diário da República».

A portaria determina que 80 por cento caiba à «força de segurança interveniente» e os restantes 20 por cento recaiam sobre as direcções-gerais de Viação ou Transportes Terrestres, «consoante a respectiva competência em razão da matéria».

Formação de professores na Universidade Aberta

A formação em serviço de professores dos ensinos preparatório e secundário na Universidade Aberta gerou uma situação insuportável, considera a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação.

«A formação ainda não começou e já se prevêem pagamentos de inscrição em exames e de textos de apoio que obrigatoriamente o professor receberá», afirma a federação em comunicado distribuído à Imprensa.

Dirigentes da UGT e do PS visitam Roménia

Partem hoje para a Roménia dirigentes da UGT e do PS onde terão contactos com o Comité dos Sindicatos Livres. A delegação é constituída por Francisco Fortunato e Videira Santos, da UGT e Edmundo Pedro, Joaquim Soares e Rui Perdigão, do PS.

Vacina da peste equina alarga-se ao Norte e Centro

O secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, decidiu incluir as regiões Norte e Centro no programa de vacinação contra a peste equina. A decisão foi tomada ontem durante uma reunião com a associação de criadores de cavalos daquelas regiões.

Programa facilita acesso a recém-diplomados

O Governo vai lançar o programa FIQ-90-Formação e Integração de Quadros, com o objectivo de facilitar o acesso de jovens diplomados às empresas.

De acordo com o despacho oficial que define e regulamenta o FIQ-90, a publicar em breve no «Diário da República», o programa procurará também completar a preparação académica dos recém-diplomados com formação prática.

QUOTIDIANO

MALHAS DA JUSTIÇA

Pelos outros e por ela

O cabelo à escovinha e as mãos atrás das costas lembram vagamente a postura militar. Mas o andar seguro e cadenciado dos tempos de tropa perdeu-se nos saltos dos sapatos de biqueira em verniz que agora exhibe.

Raquel assume-se, dentro do possível e do convencionalmente aceitável. Foi, durante três anos e meio, prostituta de Portugal e dos Algarves. Fez ronda por tudo o que é bar na capital e mesmo mais a Sul, em Olhos de Água, após auspiciosa carreira como primeiro tenente das forças armadas de Angola. Um olho perdido, que se não descortina à primeira vista e umas quantas costelas partidas, de mais difícil diagnóstico, demonstraram-lhe, por A+B, que tinha dado o melhor de si numa luta inglória.

A «graciosa» de 45 dias ao país outrora metrópole eternizou-se e ela ficou, por cá, à espera de melhor sorte. Agora, 30 anos feitos, conhece o verso e o reverso da medalha que é a vida, mas desconhece, apesar de tudo, as linhas com que se cose.

A Brigada de Costumes encontrou-a, uma vez mais, vagueando pelos bares do Intendente e perguntou-lhe somente quem era e o que fazia.... Raquel não pôde responder.

Documentos, é coisa que não usa. Meio de subsistência, tão pouco. Visto da República Popular de Angola, da sua terra, extraviado. Bilhete de identidade, em poder de uma amiga, a Sara, de que não sabe o paradeiro.

Raquel tem a palavra. A Angola, o seu país de origem, não pode voltar, garante, sem que a sua liberdade ou vida corram perigo. Motivos políticos, a que todos os desertores estão sujeitos.

Foi prostituta para sobreviver, - para quê negá-lo? - mas deixou-se da má vida desde que vive com o seu homem, um cabo - verdiano radicado no Algarve.

A delegada do Ministério Público interviém: Se tivesse que escolher um país para viver, Cabo Verde, terra do seu marido, servia-lhe?

Raquel não responde. Muda e queda, resguarda-se no silêncio que lhe é bem mais caro que as palavras. O Ministério Público insiste, mudando de tática: Se pudesse escolher um país para viver, qual escolheria?

Raquel não quer crer que a pergunta se situe já para além das hipóteses. Não desarma e, serena, responde: Portugal. E, se não puder ficar, para onde gostaria de ir viver?

Raquel não abdica do sonho, o sonho que comanda a vida. Lutou, sempre. Pelos outros, como lhe «pediram», em Angola. Por ela, como podia ou sabia, em Portugal. Não se demite. Quer continuar a luta, agora em Espanha. «Dizem que lá há bons empregos e se vive bem».

Um silêncio envergonhado invade a sala de audiências: Raquel acredita, ainda.

Julgamento adiado, que não é fácil decidir o destino dos crenes. O Serviço de Estrangeiros foi averiguar a veracidade das declarações da ré para depois poder fazer Justiça.

Raquel está, de novo, perante o Tribunal. Prostituta, o visto para Cabo Verde ou Espanha é-lhe negado. Resignada, ei-la a caminho do seu país, com a garantia de não sofrer retaliações. Talvez... talvez o sonho se não tenha perdido. Angola recebe-a de braços abertos e, quem sabe, as duas crianças que ali gerou, a esperem também...

Emília Trindade

Psicoterapia clínica em edição especial

Uma aliciante viagem pelo domínio - tantas vezes ignorado e tabu - das doenças psiquiátricas, das razões que as provocam e dos estados que as despertam é o que nos propõe a obra recentemente editada do dr. J. Couto Soares Pacheco, intitulada «Bases Psicoterapêuticas na Prática Clínica».

1.º classificado na edição de 1988 do «Prémio BIAL de Medicina Clínica», este trabalho, apesar de especialmente destinado a clínicos, oferece ao leitor não especializado uma leitura acessível, permitida pela utilização, por parte do autor, de

uma linguagem simples e decodificada, tanto quanto os diferentes temas abordados o podem permitir.

Invulgar no nosso panorama editorial, esta primeira edição das «Bases Psicoterapêuticas na Prática Clínica», num total de 15 mil exemplares, não se destina a ser comercializada, mas distribuída pela classe médica.

O «Prémio BIAL de Medicina Clínica» volta este ano a ser atribuído, no valor de 25 mil contos, distribuídos pelos 1.º e 2.º classificados (que também verão os seus trabalhos editados e distribuídos) e pelas menções honrosas.

Depois de casa roubada...

CP reforça alternativos em Oeiras

Os incidentes ontem verificados na linha de Cascais levaram a CP a aumentar para mais do dobro o número de unidades que realizam o transporte alternativo e a pôr hoje, à disposição dos habitantes de Oeiras, uma centena de camionetas.

A circulação de comboios da linha de Cascais foi ontem interrompida a partir das 8.45 horas da manhã, por cerca de dois mil utentes que impediram também a saída dos autocarros alternativos postos à sua disposição pela CP mas insuficientes para

garantir o escoamento de pessoas nas horas de ponta.

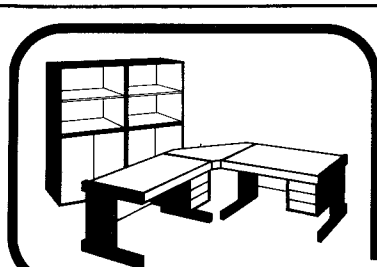
Os agentes policiais destacados no local não actuaram para forçar o andamento dos comboios ou dos alternativos. A situação agravou-se, tendo-se registado pequenos confrontos entre a PSP e os populares, com troca de bastonadas e pedradas. Os utentes em protesto afirmaram recusar-se a serem «simples moeda de troca» no conflito interno da CP.

O Corpo de Intervenção foi chamado e os manifestantes dispersaram, antes destes

actuares. A circulação foi normalizada apenas a meio da tarde, segundo informações da CP. Entretanto, os maquinistas que efectuam uma greve de quatro horas diárias até dia 26, ameaçam realizar nova paralisação com duração superior a dez dias. Para já, segundo fonte do Sindicato dos Ferroviários, há que analisar os resultados da actual greve cuja «franca adesão» suprimiu quase 70 por cento dos comboios de passageiros e a quase totalidade dos de mercadorias. Em causa, a correcção de salários

com base na inflação, a diminuição da idade da reforma e a revisão do sistema de carreiras.

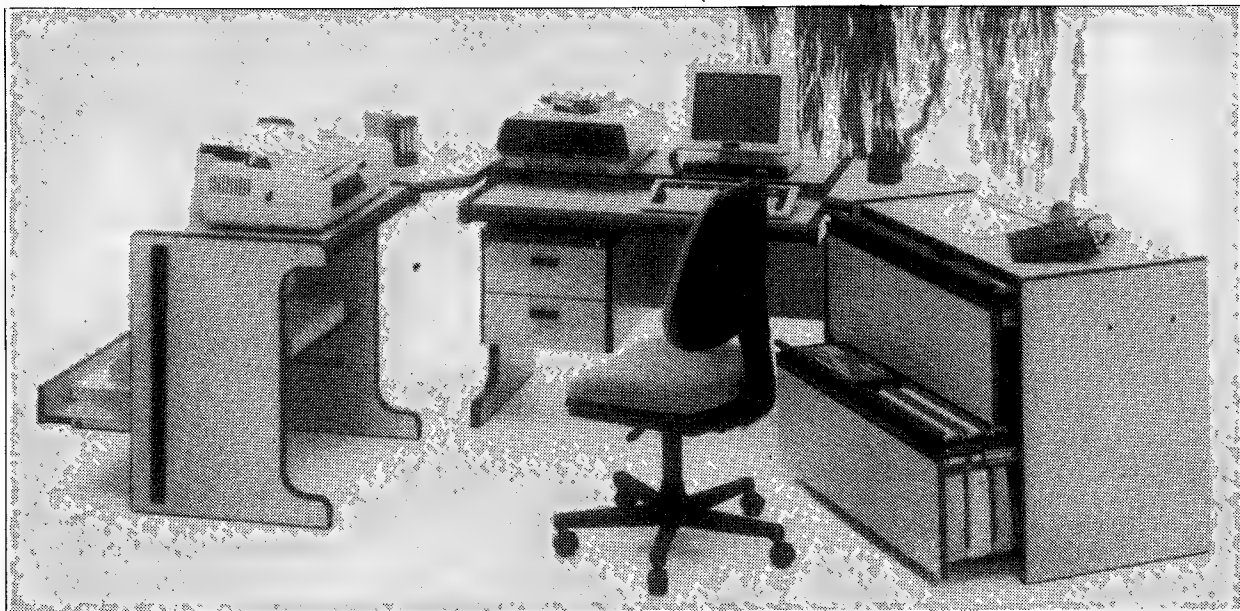
A CP, por seu turno, considera «incomportáveis tais reivindicações» uma vez que, aumentos salariais e revisão de carreiras, em simultâneo, correspondem, nas palavras do porta voz da empresa, Américo Ramalho, «a um duplo aumento que a empresa não pode satisfazer». A CP não recebeu ainda o pré-aviso de greve mas a posição do Conselho de Gerência é já conhecida.



maquirema

Soc. Importadora e Revendedora de Máquinas, Ld.ª

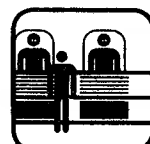
Um espaço no seu escritório

GABINETES
ADMINISTRAÇÃO
E DIRECÇÃOSECRETARIADO
EXPEDIENTE GERAL

INFORMÁTICA



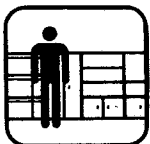
BIOMBOS



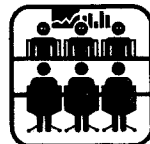
RECEPÇÕES



CADEIRAS ANATÓMICAS



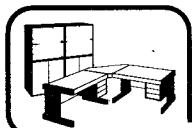
ARMÁRIOS



SALAS REUNIÕES



A REDACÇÃO DO DL FOI EQUIPADA

COM  **maquirema**

Escritório — Exposição — Vendas e Armazém

Quinta da Figueira — Lt. A Lj A/5 — Venda Nova — 2700 Amadora

Telef: 4744652 — 4745074 — Telex 63509 — Fax: 4740561

Venda de Consumíveis —/ Centro de Cópia.

Praça Olegário Mariano, 2-B — 1100 Lisboa — Telex — 824707

Uma Alemanha unificada: percepções, receios e realidades

Se a possibilidade de uma reunificação alemã tem levantado grandes aplausos e manifestações de regozijo, ela suscita igualmente outro sentimento: o medo. As razões deste medo são várias e diferentes para os diversos países. O que estará por detrás desse medo?

Para Álvaro Vasconcelos, esses medos, sendo sobretudo produto de percepções, são por outro lado suscitados por questões reais, como a dimensão da Alemanha reunificada e o problema de fronteiras que preocupam principalmente a Polónia e a URSS. O director do IEEI lembrou que a Alemanha de 1937 (antes das anexações hitlerianas), incluía territórios a Leste da linha Oder-Neisse, que fazem hoje parte da Polónia e da URSS (nomeadamente toda a Prússia oriental).

Segundo ele, para dissipar esses medos os alemães deverão reafirmar que a reunificação diz apenas respeito às duas Alemanhas e que as fronteiras do pós-guerra são

Estrasburgo, gerir o seu poderio financeiro no quadro de uma União Económica e Monetária Europeia.

A RFA é a herdeira no plano filosófico e ideológico do romantismo alemão que fundamentou conflitos que agitaram a Europa desde 1870. A divisão da Alemanha, segundo Sá Machado, «criou uma clivagem histórica, filosófica e cultural que tem que ser resolvida». «Será que se criaram nos últimos 40 anos bases culturais que são obstáculos à reunificação? É que se há obstáculos culturais a reunificação não se faz. Mas, se pelo contrário, eles não existem, a própria Cultura vai impelir à união os dois Estados» - considerou.

Retomando a análise histórica, Calvet de Magalhães lembrou que a Alemanha unificada em 1870 não impediu uma paz duradoura na Europa. Portanto, há várias hipóteses de configuração alemã. «A Alemanha de hoje não é a de Hitler nem do Kaiser. Por isso não tenho

Jaime Gama mostrou preocupação pela «retórica pública de alguns patrocinadores da unidade alemã a lembrar conceitos hitlerianos como seja a noção de 'um só

NATO?» Essa seria a questão central para a política externa federal alemã. O processo, segundo ele, deve seguir critérios democráticos e pacíficos, no respeito dos



«A Alemanha de hoje não é a de Hitler nem a do Kaiser. Por isso não tenho muito receio de uma nova Alemanha unificada»

Calvet de Magalhães

povo' e de 'autodeterminação do povo alemão'». O problema não é de autodeterminação - afirma. «É uma categoria conceptual que temos que excluir para que o processo possa dar garantias aos vizinhos europeus dos alemães, desde a França, o Benelux e a Itália, à Polónia, à Hungria, à Checoslováquia, às Repúblicas Bálticas e à URSS.»

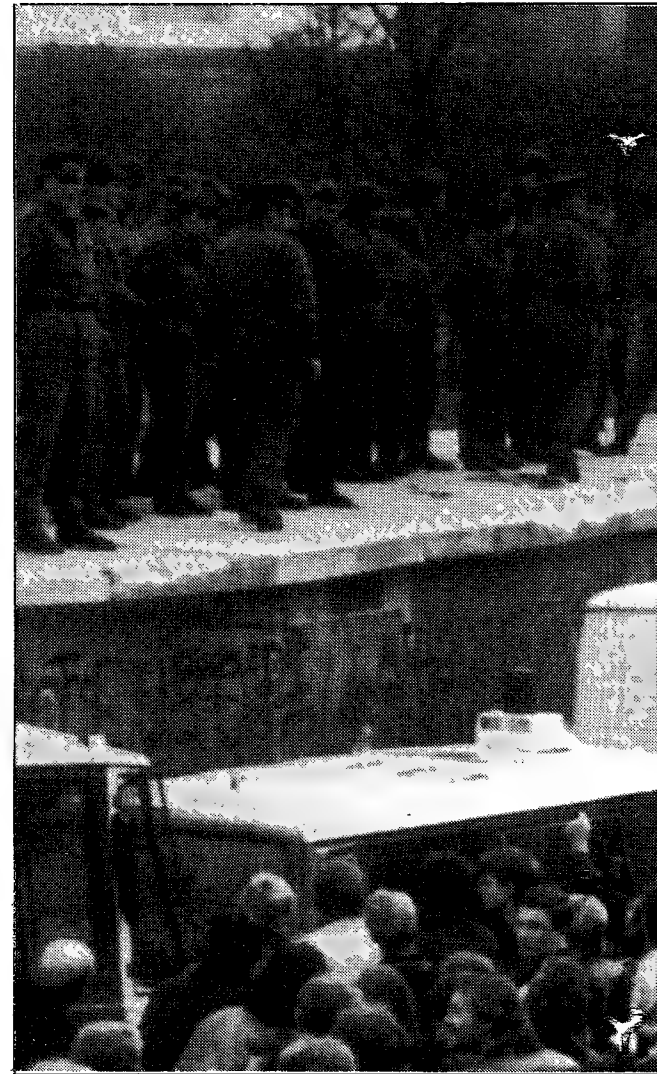
Para o presidente da Comissão de Defesa Nacional, a união alemã é um processo a construir por etapas. Desde logo, através do desenvolvimento das relações entre os dois Estados, sem pôr em causa a estabilidade de alianças nem a nova ordem europeia de segurança e cooperação.

E aqui lança a dúvida: «Irá a RFA ser capaz de conduzir esse processo de aproximação (con)federativa à RDA sem pôr em causa o seu relacionamento com os restantes países da Europa Central, a União Soviética e os seus aliados? Irá a RFA realizar essa tarefa integrada na CEE e na

acordos emergentes da II Guerra Mundial e da Acta Final de Helsínquia. Além disso, importa garantir que o seu curso não perturbe a Nova Ordem de segurança e de defesa entre a URSS e os EUA.

Ponto de partida para a posição de Lourdes Pintasilgo é o entendimento da URSS transformada em Estado de Direito e não em «big brother» face ao Leste europeu, da CEE capaz de assumir uma realidade política mais forte. «Tudo isto camuflando não para uma estrutura piramidal, centralizada, mas para uma Europa policentrada. Uma nova ordem europeia é também uma ordem policentrada e só ela pode garantir novos equilíbrios» - esclareceu. É claro que esta evolução tem vindo a mostrar-se vertiginosa, mesmo desordenada.

Sá Machado chamou a atenção para o facto de que as soluções podem ser precipitadas pelo «carácter revolucionário» das transformações no Leste. «O destino da Alemanha pode jogar-se



nas ruas de Dresden ou de Berlim», chegou a afirmar. E aqui, o administrador da Gulbenkian concordou com Pintasilgo: «a única maneira de obstar a um 'perigo alemão', é através de uma CEE descentralizada ou policentrada». Sá Machado defendeu ainda a necessidade de construir uma CEE que não tivesse como pedra fundamental o Estado-nação.

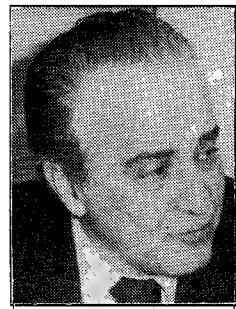
Álvaro Vasconcelos sublinhou ainda que há também «um efeito magnético da CEE em relação ao Leste e neste quadro perspectivam-se novas formas de cooperação como a criação de uma zona de livre comércio, num círculo adjacente às Comunidades que poderia integrar vários países da Europa Central, incluindo a RDA.

O olhar das duas superpotências, Estados Unidos e

canos face a tal possibilidade não levantou grandes discordâncias entre os participantes, o mesmo não acontecendo, porém, relativamente à eventual atitude dos soviéticos.

Para João Soares não é tal possibilidade que tira o sono dos norte-americanos. «A primeira dor de cabeça dos EUA chama-se Japão e a segunda CEE. Ora uma reunificação alemã era capaz de ser relativamente útil para complicar a vida à Comunidade, uma vez que uma Europa dos 'doze' mais forte é cada vez mais incómoda para os americanos».

Jaime Gama concordou com a ideia mas não com os motivos. Em seu entender, a razão é bem mais simples. «Para a opinião pública norte-americana nunca fará sentido



«A divisão da Alemanha criou uma clivagem histórica, filosófica e cultural que tem que ser resolvida»

Victor Sá Machado

inamovíveis. A dimensão da Alemanha reunificada (61 + 17 milhões) não lhe parece um problema crucial, desde que os alemães continuem a aceitar, como fizeram em

muito receio de uma nova Alemanha unificada» - acrescentou o embaixador. O medo, embora justificável, seria assim mais ilusório do que real.

A posição portuguesa face à reunificação alemã

Portugal está longe da Alemanha, geograficamente e não só. Está afastado de todo o possível processo de reunificação daquela nação dividida, é certo. Apesar de tudo, também tem algo a dizer quanto a esta questão. Para comentar este aspecto, Medeiros Ferreira começou por referir a posição de Salazar, que foi um dos últimos estadistas europeus a propôr que a guerra não terminasse com o aniquilamento da Alemanha mas através de negociações.

«A Alemanha sempre apareceu, para uma certa minoria intelectual e política portuguesa, como o ponto alternativo da aliança com a Inglaterra» - disse este docente da Universidade Nova de Lisboa, considerando que tal tendência pode de novo fazer caminho em Portugal.

Para Álvaro Vasconcelos, essa tese não seria a mais influente, mas sim a dos «tradicionalistas», que defendem que Portugal não deveria ter optado pela

integração europeia, mas sempre uma orientação exclusivamente atlântica. No entender do director do IEEI, os defensores desta última tese «ultranacionalista» consideram que qualquer forma de reunificação alemã levará ao fim das Comunidades e virá a dar-lhes razão.

Calvet de Magalhães acentou mesmo que tal tese - vinda tanto da extrema-direita como da extrema-esquerda - é actualmente muito ensinada nas universidades portuguesas. No entanto, João Soares considerou que tais opiniões não atingem mais que franjas minoritárias, sem significado em Portugal.

«Muito mais importante do que isso é o receio, amplamente justificado, de que esta transformação democrática do Leste vá exigir uma contribuição da CEE, o que poderia prejudicar os países periféricos no seu esforço de desenvolvimento», afirmou o

comentador político.

Este receio foi atribuído por Sá Machado ao «miserabilismo português» e à «perspectiva da mão estendida» que os portugueses têm da Europa. A ajuda que o nosso país poderá dar ao Leste centra-se, na óptica do administrador da Gulbenkian, na transmissão da sua experiência de país que transitou de um regime autoritário para a democracia.

Jaime Gama terminou alertando para a falta de prudência em evocar os problemas económicos portugueses para obstar às ajudas da CEE ao Leste. «Não me parece que Portugal tenha algum interesse em consuir esta temática como central na sua política externa, devendo, todavia, pugnar sempre de forma muito firme para que a reunificação decorra dentro do quadro jurídico existente e para que a NATO e a CEE constituam, no campo ocidental, os enquadramentos institucionais do diálogo com a RFA», concluiu.



«Irá a RFA ser capaz de conduzir esse processo de aproximação (con)federativa à RDA sem pôr em causa o seu relacionamento com os restantes países da Europa Central, URSS e seus aliados?»

Jaime Gama

União Soviética, sobre a possível reunificação dos dois estados alemães constituiu a questão final da debate. A atitude positiva dos ameri-

existirem duas Alemanhas se puder existir só uma», afirmou, relembrando, ainda que os americanos foram os primeiros a pôr a questão com

SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL (2)

A questão alemã foi o tema da primeira reunião do grupo de trabalho DL sobre Política Internacional. O grupo é constituído por Jaime Gama, Calvet de Magalhães, José Medeiros Ferreira, Maria de Lourdes Pintasilgo, Victor Sá Machado, João Soares, Álvaro Vasconcelos, Mário Mesquita, que coordenou o debate, e ainda os jornalistas Dina Soares e António José Teixeira. Ontem, publicámos a primeira parte do debate, equacionando a probabilidade da reunificação e o pós-comunismo. Hoje, concluímos a sua apresentação



«Se para chegar ao fim das negociações for necessário recuar um pouco na sua posição favorável à reunificação alemã, os americanos poderão fazer um compasso de espera ou pelo menos não serem o motor da reunificação»

Medeiros Ferreira

Oeste desanuviarem iremos nós substituir a ameaça soviética pela ameaça alemã?», interrogou-se finalmente o presidente da Comissão de Defesa Nacional. Álvaro Vasconcelos interveio então para considerar que tal problema diz respeito não só aos alemães, mas também aos americanos e aos soviéticos. Na sua óptica, quando desaparece a ameaça soviética, a legitimidade da presença dos Estados Unidos na RFA junto da opinião pública alemã, desaparece também, e as tropas americanas podem passar a ser vistas como tropas

democrática e o reconhecimento de que esse espaço alargado seria um factor de instabilidade, pois deixaria a Alemanha sem ligações sólidas a nenhum projecto integrador supranacional. Resumindo, a sua opinião é de que as duas potências querem influenciar a evolução da construção europeia.

Subscrevendo as posições dos outros participantes, Victor Sá Machado afirmou que «após ter reavaliado os seus conceitos de segurança e a sua perspectiva geopolítica, a União Soviética pode ter chegado à conclusão



«Quando desaparece a ameaça soviética, a legitimidade da presença dos Estados Unidos na RFA, junto da opinião pública alemã, desaparece também»

Álvaro Vasconcelos

de ocupação que estão na Alemanha apenas para se oporem à reunificação», afirmou.

O director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais focou igualmente a posição soviética, que considerou ser muito condicionada pela evolução do Mercado Comum. «Se o seu crescimento for no sentido da Europa potência política e também militar, a URSS considera que isso constituirá uma ameaça. Mas se a reunificação se fizer no seio de uma casa comum europeia, num projecto de Europa apenas potência económica civil, então isso seria bem vindo para os soviéticos, pois constituiria mesmo uma ajuda económica para a própria URSS».

Por outro lado, considerou o discurso americano tem balançado entre o interesse de ver o projecto de União Europeia dissolvido no quadro de uma casa comum

de que a unidade alemã não é inconveniente pois o seu interesse fundamental é a Casa Comum Europeia, que pode passar pela caminhada para Leste da Alemanha, potenciada pela reunificação».

Lourdes Pintasilgo salientou aquilo que considera ser a sobreposição de duas geometrias quando se trata dos Estados Unidos em relação à Europa: uma no plano estratégico-militar, que é bipolar - EUA de um lado e URSS de outro - e outra que é triangular e que inclui os americanos, os japoneses e a CEE.

«Estas duas geometrias podem ter interesses contraditórios quanto à reunificação da Alemanha, podendo torná-la positiva ou negativa», disse por fim a antiga eurodeputada, que desta forma deu expressão a todas as dúvidas e interrogações que continuam a existir relativamente a esta verdadeira revolução.



«Uma nova ordem europeia é também uma ordem policentrada e só ela pode garantir novos equilíbrios»

Maria de Lourdes Pintasilgo

grande entusiasmo, apesar de rapidamente se terem começado a conter.

A posição da União Soviética é, na sua óptica, mais complicada. «A URSS está dividida» - considerou, passando a explicar - «Por um lado, receia uma Alemanha reunificada e constituída como potência militar, que signifique uma perda evidente do seu papel de superpotência. Mas por outro necessita de uma Alemanha forte para se desenvolver».

O relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética e as negociações que actualmente decorrem entre os dois países constitui, segundo Medeiros Ferreira, um factor determinante para

a posição americana. Em seu entender, a eficácia de tais negociações ditará, pelo menos a curto prazo, as decisões americanas naquela matéria. «Se para chegar ao fim dessas negociações for necessário recuar um pouco na sua posição favorável à unificação alemã, os americanos poderão fazer um compasso de espera ou pelo menos não serem o motor da reunificação».

A este passo, o docente universitário, introduziu uma nova variável: a determinação de uma Alemanha unificada em ter uma política de alianças o mais diversificada possível, com capacidade de determinação em matéria de política externa.

Desenvolvendo essa ideia, Jaime Gama ressaltou o facto de a possível reunificação alemã do final do século XX ser totalmente diferente das anteriores. «Das outras vezes a Alemanha uniu-se a partir de uma situação de grande fraqueza e em grande conflito e agressividade. Este eventual processo é feito com uma postura de cultura e num estado de espírito mais tranquilo, o que a torna menos conflitual com o enquadramento internacional a Leste e a Ocidente».

O entendimento implícito da comunidade internacional - concretamente EUA, URSS e CEE - face ao posicionamento a tomar quanto à questão alemã é, para o dirigente socialista, o grande

sucesso diplomático dos últimos dias. Quanto aos pontos comuns à postura europeia ocidental, soviética e americana, Gama considerou que elas se resumem a não hostilizar a reunificação alemã e a circunscrever as balizas centrais desse processo.

A cooperação política europeia e as Comunidades terão, segundo Jaime Gama, elaborado tais objectivos, fazendo com que as duas grandes potências recentrassem a sua postura de acordo com o posicionamento dos países determinantes na formulação das políticas externas da CEE: menos conflito por parte da União Soviética e menos entusiasmo dos americanos.

«Quando as relações Leste/

«A reunificação alemã era capaz de ser relativamente útil para complicar a vida à Comunidade, uma vez que uma Europa dos 'doze' mais forte é cada vez mais incómoda para os americanos»

João Soares



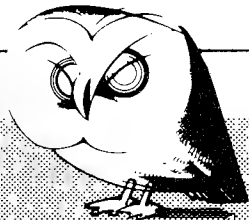
CONCESSIONÁRIOS



AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8. — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

CULTURA



olhar de mocho

Casino Alves dos Reis?

Vamos por partes e pelo princípio: o Herman começou por ser um talentoso humorista perfeitamente adaptado ao género televisivo. Colheu louros de merecidos triunfos. Depois tentou a sátira, a «infectiva política pessoal» - como explica a minha enciclopédia da antiguidade clássica. Nesse campo houve «barraca» e convém recordá-la para não esquecermos certas raízes censórias e inquisitoriais que ainda vêm pegadas aos nossos pergaminhos históricos.

E apresenta-se, agora, a pretender retomar o carro dos triunfadores romanos, com sátira e humor.

Passaram de raspão Hitleres, Mussolinis, Salazares, tudo a fingir que se estava no campo da sátira.

Depois, pretende-se fingir e impingir ficção - pseudo-histórias de espionagem, mas nem eram histórias nem cheiravam a John Le Carré nem sequer pareciam contos da carochinha.

Ligeiríssimas alusões políticas à actualidade, sem raspas de humor, sem picadas satíricas, sem pitada de mostarda.

Se o «Casino» fosse apenas isto, nada haveria digno de registo. Arrumava-se tudo ao lado da «Caixa Alta», do «Lusitânia Expresso», na enorme prateleira que a RTP tem, e que um dia fará as delícias dos historiadores espanhóis do século XXIII quando eles estudarem os portugueses como nós hoje analisamos os visigodos.

Tudo isto seria normalíssimo se não tivéssemos o rufar de tambores estralejantes a anunciar o programa Herman Casino ou Casino Herman. Isto significa que houve investimento e que rolaram dinheiros fartos. Ora é este o ponto, televisivamente, mais importante: com que intenção, com que segundas intenções? Promover o Herman? Ou foi o Herman a promover a Televisão? Tentar fazer esquecer a «barraca» das entrevistas históricas?

Vamos lá dar mais um benefício da dúvida, não confundir a andorinha com a Primavera e aguardar mais alguns folhetins na ténue esperança de virmos a ter uma ficção pensada e bem estruturada, que sirva de suporte à necessária ginástica mental que nos alivia a ancilose progressiva que se vai infiltrando à medida que a RTP avança na sua tarefa de pretender ser espelho e escola da Nação.

Mas enquanto não soar a hora de um juízo mais completo, os factores já indicados, o talento de Herman e os investimentos indistigáveis, fazem lembrar os fantasmas do Alves dos Reis: prometeram-nos humor e veio o bocejar, anunciaram excitação e o écran despejou-nos bagunça. Aguardemos para ver se será burla ou borla.

Pediram-me para comparar o humor de Herman com o humor germânico. Quando o humor chegar, se ele algum dia aparecer, a comparação será feita.



José S. Monteiro



Herman em espanhola astuta...

“Casino Royal” abriu ontem na RTP

Herman de novo: sim, mas...

Com “O Tal Canal” e “Humor de Perdição” na memória dos telespectadores, Herman José regressou ontem à RTP com um programa seu: “Casino Royal”. O “DL”, para além da opinião do seu crítico diário de televisão (que aqui ao lado se publica nesta página), recolheu as primeiras impressões de outros críticos da Imprensa diária e semanal. O balanço é favorável com reservas. Como adiante se poderá ler...

Carlos Quevedo (“Independente”): «Ainda é demasiado cedo para emitir uma opinião sobre o programa, pois há certamente algumas arestas a limar. De qualquer maneira, está claro que o Herman José continua igual a si próprio, o que significa, excelente. Seria injusto comparar o Casino Royal com as outras criações dele, em resumo considero que me encheu as medidas.»

Eurico de Barros (“Semanário”): «Embora o Herman José tenha dito que o programa só atingiria a loucura, mais para diante, este primeiro episódio pareceu-me bastante promissor. Nota-se já o tom estridente que ele costuma imprimir às suas produções. Quanto ao texto tem o velho problema que é o de tentar conciliar o humor absurdo, de raiz inglesa, com a piada revisiteira, a puxar para a chinela. A meu ver, uma coisa não joga com a outra. Abriu muito bem, depois caiu um bocadinho, voltando a subir, na segunda parte, com o apareci-

mento da espanhola. Aí, sim, atingiu um ponto alto. No plano da interpretação, os actores habituais estiveram óptimos, mas os que entraram de novo, na minha opinião, não conseguiram agarrar o ritmo nem o tom da pandilha do Herman. Em termos gerais, o balanço é positivo, voto a favor do programa. Só me desagradou o esquema dos convidados, o ideal seria que não tivéssemos de suportar as velhas glórias.»

António Casimiro (“Capital”): «Francamente, o programa não me entusiasmou. Nada de novo, na frente ocidental, com a subida ao poder do sr. Royal. A verdade é que a expectativa, criada à volta deste regresso do Herman José, terá correspondido ao esperado. Não tanto por ele, que se desdobrou em mil facécias todas iguais, mas devido ao seu elencozinho que soube aproveitar-se dos diálogos, ridigidos com desenvoltura, não deixando cair o show numa certa vulgaridade entorpecente. O Casino Royal não faz rir, apenas faz sorrir, o que nos tempos de hoje já não é nada mau. O tom brejeiro dos anteriores programas não sofreu alteração sensível, portanto dou as boas vindas ao Herman e à sua equipa. Este primeiro episódio não está mal, vamos agora ver a dúzia que falta.»

Brito e Cunha (“Diário Popular”): «É bom verificar que Herman não perdeu as suas qualidades de franco-atirador e, sobretudo, a sua

certeira pontaria. Tínhamos sido avisados, através da televisão, numa operação publicitária nunca vista, de que o programa ia começar muito certinho. De que a barafunda só se verificaria mais tarde, e nós acreditámos. Já devíamos conhecer suficientemente bem o Herman José para não ficarmos apreensivos. Estava-se mesmo a ver que era uma manobra de diversão. Achei que, iniciar o espectáculo ao estilo das notícias, exibidas nos cinemas, foi uma ideia genial. Rendo-me aos seus espíões, ainda antes de chegar ao tal auge prometido para o 4º ou 5º episódio.»

Correia da Fonseca (“Journal do Fundão”): «São muitas as razões para apreciar o Herman José, e, é claro, cada qual tem as suas. Por mim, o melhor do Herman ao longo de todos os seus trabalhos tem sido o irreprimível sentido de intervenção através da sátira, digamos que o seu sentido do mundo. Por isso, muito me preocuparam declarações em que recentemente ele parecia dar-se por regenerado, bom menino, reformado do passado quixotesco. Esta emissão de estreia de “Casino Royal”, precedida por uma tremenda barragem de promoção, que pode ter prejudicado a série no espírito do público, não parece cortar os vínculos com esta tradição pessoal do Herman José. Estão lá as referências ao mundo, à História, afinal não tão distante quanto por vezes se julga, o espingardeio avulso apontado a gente diversa... Ainda

bem. O que me parece é que o projecto de “Casino Royal” exigiria meios e processos mais amplos que os utilizados por Herman José, voluntariamente confinado a si próprio e ao grupo de colaboradores com que habitualmente trabalha, salvo um ou outro reforço ou substituição. Confinado principalmente ao seu talento e ao território do seu prazer pessoal, aos caprichos e extravagâncias saborosas para ambas as partes, ele próprio e o público...

Creio, porém, que foi o próprio Herman quem avisou que, daqui a uns tantos episódios, vai mudar o tom de “Casino Royal”. Sendo assim, talvez o melhor seja esperar - e ver.»

Orlando Neves (“Diário de Notícias”): «É muito cedo para aquilatar de um programa que, para além de querer ser engraçado, quer ser uma obra de ficção. Mais lá para diante se saberá se o novelesco se encaixa no pretendido gracejar. Neste primeiro episódio, fica-se só pelas piadas, resultantes de uma série de truques tradicionais do seu autor, sobretudo o anacronismo, o trocadilho e a corruptela linguística. Mas parece longe da subtilidade e do humor de programas anteriores. Aguarde-se, porém.

Leitão Ramos (“Expresso”): «Um bom programa, solidificando a experiência de Herman José, mas sem inovações profundas.»

CULTURA E ESPECTÁCULOS

A França julgou que ele era apenas um cómico. Mas ele era sobretudo um profeta que passou toda a sua obra a alertar para o mau uso do progresso. Um livro esplendoroso recorda agora Jacques Tati e diz do seu filme-testamento que não chegou a filmar: «Confusão»

Paris recorda Jacques Tati

A má consciência encobre a o esquecimento ou expia-se pela reabilitação. No caso de Jacques Tati, a França - tão dada sempre a efemérides - nem esperou pelos dez anos da morte do cineasta para lhe prestar homenagem póstuma. Está a fazê-lo, porém, de uma forma tão discreta que é justo duvidar que, convictamente, esteja a dar a mão à palmatória. A edição de um livro deslumbrante sobre o autor de «O Meu Tio», bem como de toda a sua obra em vídeo são alguma coisa, mas o facto de apenas a primeira metade dos seus filmes estar em reposição em Paris demonstra que a França continua a não compreender Tati. A bem dizer tal incompreensão data de sempre e se um equívoco durante vinte anos a ocultou, «Paytime» («Vida Moderna»), em 1967, viria revelá-la em toda a sua extensão. A verdade é que a França em Jacques Tati nunca saudou mais do que o cómico. Quando percebeu que acima de tudo ele era um profeta, virou-lhe as costas e abandonou-o à sua sorte. O resultado sabe-se qual foi: totalmente falido e desgostoso, Tati só voltaria a filmar graças a dinheiro holandês e sueco e morreria sem forças para acabar aquele que seria o seu filme-testamento: «Confusão».

O livro de Marc Dondey, agora publicado em França, se não é tão bom como o de Michel Chion, editado em 1987 pelos Cahiers du Cinema, possui um esplendor gráfico inultrapassável. E recorda-nos alguns pormenores da biografia de Tati que ates tanto a incompreensão como o desamor da França por ele. Mas atestam também, à parte o génio, a grandeza deste artista, cuja obra premonitória andou sempre uns bons dez anos à frente do seu tempo.

Se a melhor crítica (a começar por André Bazin e a acabar em Truffaut) disse se deu conta, a França profunda, essa jamais. Nem nunca verdadeiramente o entendeu, nem suportou o alerta que, envolto num melancólico sorriso, Tati sucessivamente lhe foi lançando: o mal não é o progresso, é o mau uso que dele se pode fazer.

Assim logo em «Jour de Fête» («Festa na Aldeia»), 1947; «As Férias do Sr. Hulot», 1953; e «O Meu Tio», 1958, filmes agora repostos em Paris, o primeiro numa nova versão parcialmente colorida, recuperada a cor original quarenta anos depois das filmagens.

É esta a parte sempre amada da obra de Tati, muito embora o primeiro filme tivesse que esperar dois anos por um exibidor, muito embora, depois do êxito, Tati tivesse que recusar propostas de vários produtores que desejavam vê-lo dar continuidade à série do carteiro.

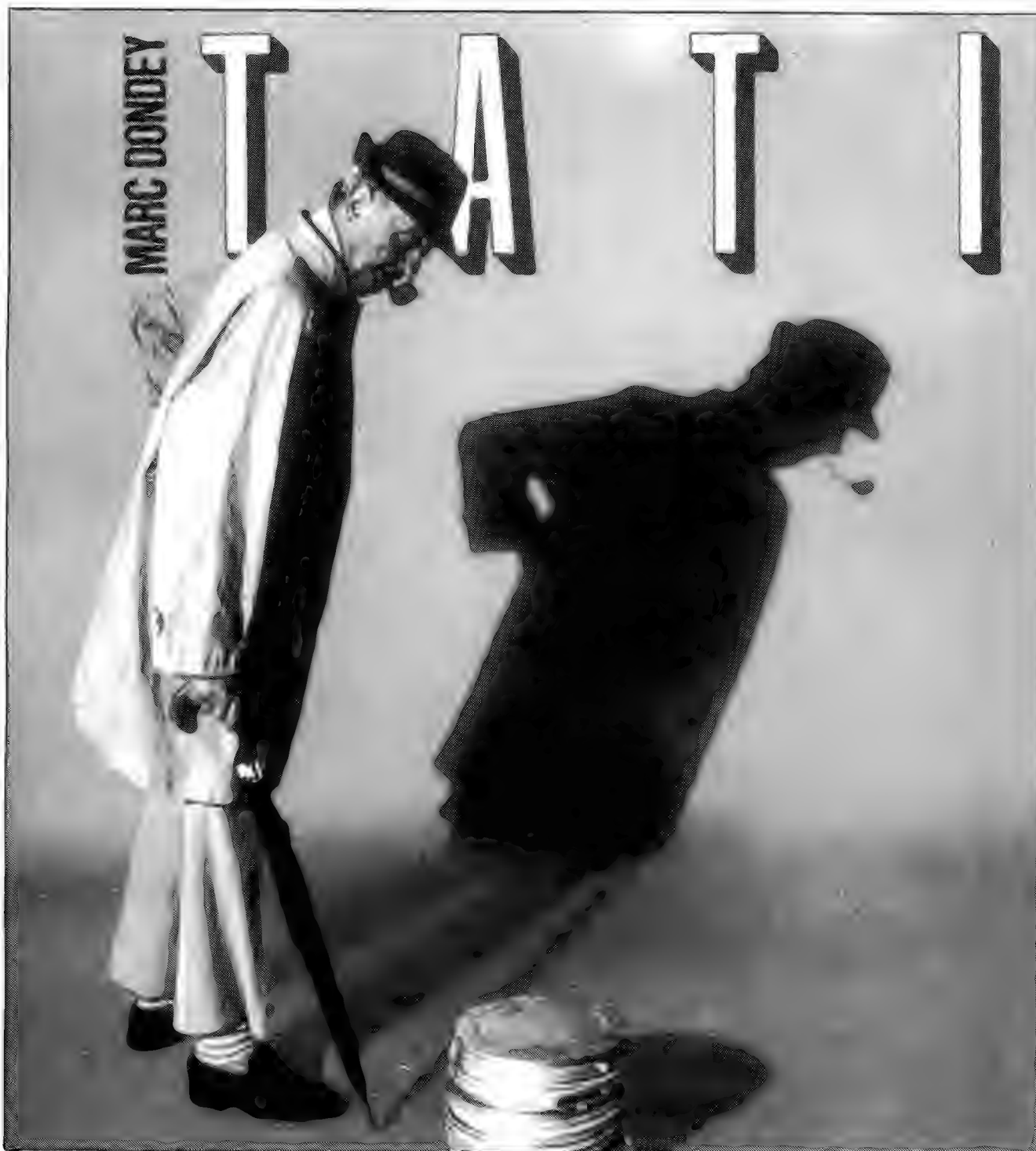
Ele diria que não e quando afirmou que o carteiro da sua primeira longa-metragem (e da única curta-metragem que realizou «École de Facteurs», 1947) acabara para sempre, a

França sofreu uma decepção.

Em 1953, contudo, Tati criava a personagem de Hulot e a França voltava a rir, acreditando que nascera o Charlot francês.

Novas propostas (agora americanas) de fazer Hulots em série encontram a oposição

Moderna»). Um projecto megalómano, a começar pelos cenários. Nem exteriores, nem em estúdio... quase uma cidade que Tati faz erguer de raiz num terreno deserto. O filme é a obra-prima absoluta de Tati que, enquanto personagem, se apaga face à grandiosidade



de Tati que recusa ir filmar para Hollywood e surpreende tudo e todos ao afirmar que a Chaplin preferia Mack Sennett, Buster Keaton e Harold Lloyd. Com os três, aliás, viria a encontrar-se (mas não com Chaplin) em 1958, depois de «O Meu Tio», prémio especial do júri em Cannes, ter recebido um «oscar» na América.

Sempre mais amado e compreendido no estrangeiro do que em França, Tati colhia as primeiras críticas negativas precisamente com «O Meu Tio». Mas, perante a avalanche de prémios internacionais, elas passaram quase despercebidas, embora a França acusasse o toque de um filme no qual a ironia se sobrepunha ao cómico e a crítica ao novoriquismo era por de mais evidente. O equívoco iria assim manter-se por alguns anos. Até 1967 mais precisamente.

É este o ano em que sai «Paytime» («Vida

do décor, personagem principal do filme, e a multiplicidade dos olhares.

Os olhares, isso mesmo. A arquitectura - diria Tati, mais uma vez antes de todos - é o símbolo da epopeia da vida moderna, uma arquitectura concebida «como se as pessoas vivessem em liberdade vigiada».

O filme (152 minutos, depois reduzidos para 137) é em 70 milímetros e Tati irá recusar sempre que dele se façam cópias em 35, não facilitando em nada a exibição.

O mal, no entanto, não seria esse, mas a reacção fortemente negativa do espectador francês que detestou o filme. Hulot surgia perdido e a França, nas vésperas de Maio de 1968, sob a capa da abundância não queria reconhecer que, pura e simplesmente, se aborrecia.

Do ponto de vista financeiro foi a catástrofe para Tati: que em «Paytime» investira tudo

quanto tinha, incluindo a residência que hipotecara e os direitos de toda a sua obra anterior. A partir daí, em França não mais teria um «sou» para filmar. «Trafic» («Sim Sr. Hulot»... que título este em português!), 1971, é uma produção quase totalmente holandesa; e «Parade», 1973, é um vídeo para a Televisão sueca, do qual seria depois extraída uma cópia para cinema.

Quatro anos após «Parade» dá-se em França uma primeira reabilitação de Tati que consegue recuperar os direitos sobre os seus filmes, vê a sua obra reposta (mas, tal como agora, só a primeira metade...) e tem a alegria de saber que a aldeia onde fez «Jour de Fête» lançou um selo comemorativo do 40.º aniversário da realização do filme.

Dois anos depois, a «Vogue» dá ao cineasta carta branca para fazer... fotografia. Ele fará sessenta destinadas a apresentar uma colecção de alta costura. E começa a pensar no próximo filme, em cujo argumento vinha trabalhando há anos.

Trata-se de «Confusão» ou de como se poderá ainda comunicar à beira do século XXI, quando o excesso alucinatório das imagens esmaga o real e a «verdade mediática» de todo o subverte. O filme não chegaria sequer à primeira volta de manivela. Com o argumento pronto, Tati desiste do que antevê ser o travar de mais uma batalha contra a incompreensão do público. Para mais, num mundo dominado pela cor, ele seria o único homem vestido totalmente de negro e queria falar de televisão, vídeos e computadores, ou melhor do mau uso e abuso de tudo isso. Acha que já não vale a pena e pouco depois (em 1982, a 4 de Novembro) morre, tão solitário como sempre surgira no final dos seus filmes todos.

O aristocrata (chamava-se na realidade Tatischeff e descendia da nobreza russa que remonta a Pedro o Grande) que se fez artista de «music-hall» (louvado por Colette), no cinema mais não quis do

que, amavelmente, tentar avisar os homens dos perigos da fantasmagoria tecnológica. Mas os homens (em França pelo menos) não era isso que esperavam dele. O equívoco durante a primeira metade da obra ainda se manteve. Depois a co-nédia transformou-se em tragédia. A deste homem que reinventou o cinema, devolvendo-nos a nossa inocência perdida, e de quem Marc Dondey pode agora dizer que é um dos raros cineastas desde sempre a poder defender cada uma e todas as imagens dos seus filmes.

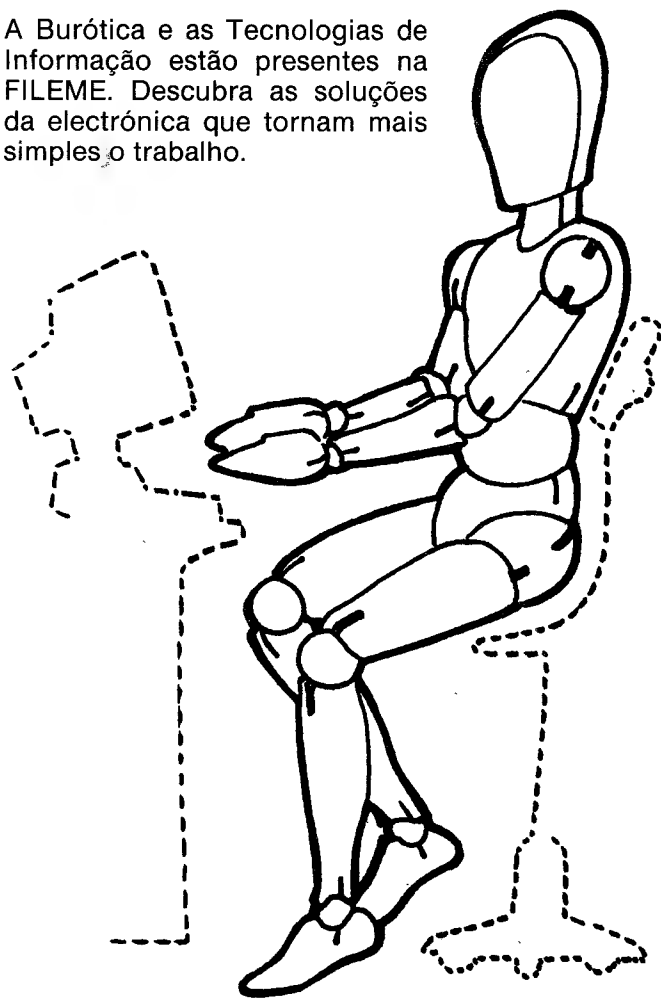
Rodrigues da Silva

«Tati», de Marc Dondey, com a colaboração de Sophie Tatischeff, filha de Jacques Tati; edições Ramsay Cinema; 271 páginas, centenas de fotografias, bio e bibliografia do cineasta; Paris, Dezembro de 1989; 390 francos, cerca de 10.000\$00.

FILEME

**Veja das 15 às 23h
como trabalhar melhor das 9 às 17h**

A Burótica e as Tecnologias de Informação estão presentes na FILEME. Descubra as soluções da electrónica que tornam mais simples o trabalho.



Veja na FILEME as soluções que permitem trabalhar melhor no escritório. Os novos equipamentos e o mobiliário estudados em função do homem e do tipo de actividade.

Visite o 10.º Salão da Burótica,
Equipamento e Mobiliário de Escritório.

Na FIL, de 24 a 28 de Janeiro

Horário: 24/26 — 15h00/19h00 - Profissionais
19h00/23h00 - Público
27/28 — 15h00/23h00 - Público



FEIRA
INTERNACIONAL
DE LISBOA



Uma exposição onde se reúnem várias dezenas de obras (desenho e pintura) de temática brasileira, realizadas entre 1986/89 pelo pintor Júlio Pomar, inaugura na próxima quinta-feira no Rio de Janeiro

Pomar/Brasil

Intitulada **Pomar/Brasil**, a exposição foi organizada pelo Ministério da Cultura do Brasil, por iniciativa do ministro federal José Aparecido de Oliveira, em colaboração com o Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, tendo como comissário o respectivo director, arq. Sommer Ribeiro.

Esta apresentação de Pomar inaugura um novo centro cultural (Sala Carlos Drummond de Andrade) no Palácio Gustavo Capanema, antigo Ministério da Educação e Saúde projectado por Corbusier, Lúcio Costa e Niemeyer, que constitui um dos monumentos da moderna arquitectura brasileira (1942).

A exposição, que conta com o apoio do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e Fundação Nacional Pró-Moderna, será também exibida no Museu de Arte de S. Paulo.

Exposição em 4 andamentos

Composta por quatro núcleos de obras, realizadas posteriormente à retrospectiva de Júlio Pomar (1986) em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (e no ano seguinte na Fundação Gulbenkian, em Lisboa), reúne a quase totalidade da produção do pintor desde aquela data:

O primeiro núcleo inclui alguns dos desenhos preparatórios da decoração em azulejo instalada em 1987

no Gran'Circo Lar de Brasília, bem como a réplica de um painel também de azulejos executado pela Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego e documentação fotográfica.

Do segundo fazem parte 15 pinturas da série **Os Mascaramentos de Pirenópolis** (1987/88), que têm por tema as festas do Divino naquela cidade do estado de Goiás. Essa série foi pela primeira vez exposta na Feira de Arte de Madrid (ARCO'88) e posteriormente na Galeria 111, de Lisboa.

O terceiro núcleo constitui uma selecção de 38 desenhos a esferográfica dos cadernos que Pomar utilizou durante os dois meses em que permaneceu entre os índios do Alto Xingú, em 1988, por ocasião da rodagem do filme **Kuarup**, de Ruy Guerra.

O último conjunto de trabalhos, também inédito, reúne dez pinturas da série **Xingú**, duas delas realizadas durante essa estadia no Brasil e as restantes já em Lisboa e Paris. Será com um conjunto de sete outros quadros desta série que a Galeria 111 participará (entre 7 e 12 de Fevereiro) na ARCO'90, em Madrid.

Cronologia brasileira

Júlio Pomar visitou pela primeira vez o Brasil integrando a representação portuguesa na 18ª Bienal de São Paulo (1985), muito embora já tivesse participado nas Bienais de 1953 e 1976. Foi na

sequência daquela exposição que surgiu o convite para a retrospectiva apresentada em 1986 nos museus de Arte de Brasília, de São Paulo e de Arte Moderna do Rio de Janeiro/Paço Imperial.

No ano seguinte realizou a decoração mural em azulejo para o Gran'Circo Lar, em Brasília, a convite do então governador José Aparecido de Oliveira, tendo expostos os desenhos preparatórios deste trabalho nas galerias Paulo Figueiredo, em Brasília e São Paulo, e Ana Maria Niemeyer, no Rio de Janeiro. Os mesmos desenhos foram editados no álbum **Pomar - os desenhos do Circo de Brasília**, com texto de Paulo Herkenhoff, director do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, editado pela Galeria 111. Neste mesmo ano assistiu às festas populares do Divino em Pirenópolis, regressando de novo ao Brasil, em 1988, permanecendo dois meses no planalto do Xingú, Mato Grosso. Ainda nesse ano, integrou a exposição **Olimpíadas das Artes**, organizada em Seul por ocasião dos Jogos Olímpicos.

No ano seguinte, foi apresentada uma exposição antológica da pintura de Júlio Pomar no Leal Senado de Macau, tendo as Editions de la Différence, de Paris, publicado uma monografia sobre a sua obra.

Jorge Fallorca

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Atribuídos os Globos de Ouro

O drama sobre a guerra no Vietname «Born on the fourth of July» conquistou os prémios de melhor realização e argumento na entrega sábado à noite dos prémios «globo de ouro», em Beverly Hills, Califórnia.

Ron Kovic, o mutilado de guerra cuja história serviu de base ao filme, recebeu uma ovação de pé por parte dos convidados presentes à cerimónia, que se repetiu pela 47ª vez, e que constitui uma antevisão dos almejados Óscares da Academia de Hollywood.

A crónica da transformação de Kovic, de um patriótico soldado num activista contra a guerra levou doze anos a passar para a tela, sendo seu protagonista o actor Tom Cruise.

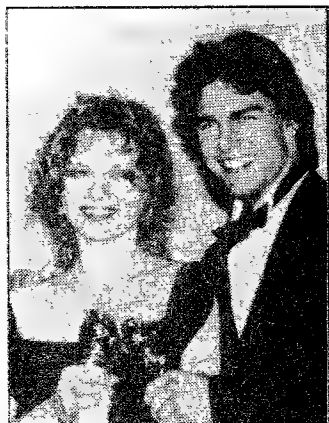
«Em noites como esta, ainda que apenas por um breve momento, sabemos que fizemos o que estava certo», afirmou Stone ao receber o prémio pela melhor realização.

Stone recebeu em 1986 o «Óscar» da melhor realização como o filme «Platoon», que conquistou também o galardão de melhor filme dos prémios da Academia.

«Driving miss Daisy», filme sobre uma menina rica e a sua relação com o motorista negro, recebeu três globos, entre os quais o da melhor comédia ou filme musical.

Outro múltiplo vencedor foi o filme animado «The Little Mermaid», distinguido pela melhor montagem e pela melhor canção original.

Michelle Pfeiffer recolheu o prémio de melhor actriz pela sua participação no drama «The Fabulous Baker Boys».



A actriz Michelle Pfeiffer e o actor Tom Cruise exibem os Globos de Ouro pelo desempenho, respectivamente, nos filmes «The Fabulous Baker Boys» e «Born on the Fourth of July».

Barbara Stanwyck morre aos 82 anos

Uma rapariga moderna

Não foi uma lenda, nem uma «vamp» no sentido que as suas contemporâneas Bette Davis, Joan Crawford ou Rita Hayworth conferiram ao termo, mas destacou-se pela energia e versatilidade que a levou a interpretar os mais diversos tipos de mulheres.

Nascida em Bronklyn, baptizada Ruby Stevens e educada no seio de uma família humilde; aquela que os cinéfilos conheceram com o nome de Barbara Stanwyck não foi uma bela princesa facilmente predestinada para o sucesso. Os pais não tinham de perto, nem de longe qualquer formação artística e foi a pulso que esta rapariga ascendeu no mundo do espectáculo. Tal como as personagens que interpretou, não foi impunemente que Barbara Stanwyck vestiu sedas e brocados, e se o fez, também não foi por isso que perdeu a cabeça ou se deslumbrou de mais com as oferendas da fama.

Ao longo dos «loucos anos vinte», Barbara dedicou-se sobretudo ao teatro, como «chorus girl» das legendárias Ziegfeld Follies e, mais tarde, como protagonista de várias peças da Broadway. Era o tempo da sonorização no cinema. Uma vez caídas dos seus frágeis pedestais, inúmeras estrelas do «mudo» partiam em busca de melhores dias e Hollywood ansiava avidamente por novos actores dotados de aptidões vocais capazes de sobreviver ao registo sonoro. Entre os primeiros eleitos, estava a jovem Barbara Stanwyck.

O resultado não parece ter sido de molde a merecer celebrações, até que um dia a «fada-madrinha» lhe apareceu sob a forma de Frank Capra. Rodaram quatro filmes juntos «Ladies of Leisure» (1930), «The Miracle Woman» (1931), «Forbidden» (1932), «The bitter tea of general Yen» (1933) e tornaram-se parte integrante da constelação hollywoodiana. Daí para a frente quase nada deteria a actriz no rumo para a vitória. Esse quase nada foi, no entanto, o que a impediu de alcançar o bem-amado Óscar.

Candidata por quatro vezes entre

1937 e 1948, Barbara Stanwyck perdeu sempre em favor de nomes e rostos que o leitor identificará mais rapidamente: Louise Rainer em 1937, Joan Fontaine em 1941, Ingrid Bergman em 1944 e Jane Wyman quatro anos depois. A justiça de tais preferências é, no entanto, muito contestável. Ao contrário de quase todas as outras candidatas e conquistadoras do Óscar para a melhor actriz, Barbara Stanwyck não foi uma diva longínqua, susceptível de incinerar todos os homens que dela se aproximassem num tormento de paixão. Vestida como qualquer nova-iorquina da classe média que prezasse o bom gosto, ela comportou-se no grande ecrã, como fora dele, com a energia, a esperteza e a simpatia que devia caracterizar uma rapariga moderna nos anos difíceis em que os rapazes partiam para a frente de combate.

Mas não descurou o romantismo. Em «Bola de Fogo», realizado por Howard Hawks em 1941, ensinava «slang» a um grupo de respeitáveis professores, liderado pelo inesquecível Gary Cooper. No mesmo ano, Preston Sturges punha-a a «piscar o olho» a um Henry Fonda até então muito dedicado à colecção de répteis raros em «Lady Eve» e, em 1946, Lewis Milestone demonstrava-nos toda a extensão das virtualidades cómicas de Barbara Stanwyck em «The Strange Love of Martha Ivers». Houve, no entanto, uma única excepção nesta galeria de personagens simpáticas. Foi em «Dupla Identidade» de Billy Wilder, exemplar perfeito do filme negro, em que a protagonista envolve Fred MacMurray num macabro esquema para assassinar o marido enganado.

São coisas que só acontecem no cinema, dir-se-á, mas é destas mesmas coisas que as pessoas viviam no tempo em que Barbara Stanwyck, falecida no passado fim-de-semana com 82 anos de idade, era dos nomes mais sonantes na capital de todos os sonhos.

Maria João Martins



Barbara Stanwyck

Regie Sinfonia vai gravar Bomtempo

A Regie Sinfonia - Orquestra do Porto, vai iniciar a sua actividade de gravação, em Fevereiro, com o registo magnético de três obras do compositor Domingos Bomtempo.

Segundo Ana Isabel Gaio, administradora da orquestra, uma sinfonia, uma fantasia para piano e orquestra e uma abertura em dó menor, são as obras escolhidas para esta primeira gravação em LP e CD, seguindo-se uma outra, em Março, com obras de Joly Braga Santos.

Estas duas gravações vão decorrer nos estúdios da Regie, no Convento de São Bento da Vitória, no Porto.

No projecto da Regie Sinfonia, uma cooperativa de interesse público constituída pela SEC, Câmaras Municipais do Porto, Lisboa e Braga, Caixa Geral de Depósitos, RDP e RTP, está também a recuperação dos claustros do convento para auditório da orquestra, esperando-se que o primeiro concerto se realize neste espaço, em Outubro.

"Art Déco" anos 80 em leilão londrino

O mercado britânico de artes decorativas reagiu rapidamente à originalidade dos novos desenhadores e artistas da década de 80, muitos já com reconhecimento mundial, e cujos trabalhos fascinam colecionadores europeus e americanos.

A «Christie's», a famosa firma britânica de leilões, vai comemorar essa década com um leilão, em Londres, no

próximo dia 31.

O leilão incluirá cerca de 40 novas e brilhantes criações, de 25 dos mais conhecidos entre os desenhadores «avant-garde» britânicos, incluindo mobiliário, vidros, cerâmicas, pratos e trabalho em metal, cujos preços devem atingir entre 75 e 1550 contos.

Paul Greenhalgh, especialista da «Christie's», responsável pelo estabelecimento e promoção deste

mescado específico, que em 1982 iniciou leilões de cerâmica contemporânea e em 1986 organizou o primeiro leilão de mobília contemporânea, afirma que «hoje em dia tais obras fazem parte proeminente dos leilões de artes decorativas».

Entre os objectos mais notáveis contam-se uma «mesa baixa» de Colin Mortimer que deverá atingir, em leilão, entre 350 e 425 contos.

Uma cadeira de metal, obra de André Debreuil, deverá obter entre 200 e 300 contos. Um candelabro de vidros partidos, de Deborah Thomas, será leilado por 350 a 400 contos.

Um dos objectos mais caros do leilão será uma obra em folha de aço chamada «volume rolante», que se espera que seja vendida por uma quantia entre 1250 a 1750 contos.



Teatro da Cornucópia

SALADA

(TEXTOS dos PALHAÇOS)



Encenação: colectiva da companhia; Tradução e montagem do texto: Luis Miguel Cintra; Cenário e figurinos: Cristina Reis; Montagem: Fernando Correia; Interpretação: Adriano Luz, António Fonseca; Cristina Cavalinhos, Gilberto Gonçalves, Luís Lima Barreto, Luísa Cruz, Márcia Breia e Rogério Vieira.

3.ª a sábado às 21.30 — domingo às 16h

Estreia amanhã

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Rua Tenente Raul Cascais, 1-A
1200 LISBOA
Telef.: 66 15 15/66 92 05

DESPORTO

■ B R E V E S

Medicina desportiva em debate

Médicos especialistas em traumatologia e medicina desportiva de toda a Europa vão reunir-se no Funchal, participando em dois encontros internacionais a realizar entre 20 e 23 de Março.

A primeira reunião, com a participação de cerca de duas dezenas de especialistas portugueses, será o segundo curso da Associação Portuguesa de Traumatologia e Medicina do Desporto, em que serão apresentados temas pelos médicos Branco do Amaral, Domingos Gomes, Camacho Vieira e Inocêncio Coelho, entre outros.

Nos dias 22 e 23 realiza-se a reunião anual do Colégio Europeu de Traumatologia do Desporto, que terá a participação de 22 especialistas estrangeiros, além dos portugueses.

Nesta reunião participam destacados médicos da medicina desportiva europeia, entre os quais os prof. Peruggia (Itália), Villarubias (Espanha) e Dejour (França).

Belenenses aumenta património

O Belenenses e a Câmara Municipal de Lisboa assinaram um acordo que estabelece a passagem dos terrenos do Restelo para a posse do clube da «Crúz de Cristo». Os terrenos, que dispõem de uma área de 112 mil metros quadrados e que se encontravam sob o regime de direito de superfície, foram adquiridos à CML pela quantia de 5,5 milhões de escudos, ou seja, 50 escudos por metro quadrado.

O clube de Belém assinou, por outro lado, um contrato de adjudicação com a empresa Dolmen para a construção do complexo de piscinas do Restelo, num valor que ronda os 200 mil contos.

Segundo João Moura, responsável da empresa adjudicadora, as obras de construção do complexo, que incluirá uma piscina olímpica, tanques de aprendizagem, natação e aquecimento, ginásios e sauna, deverão estar terminadas no final de 1990.

UEFA: dois candidatos

As candidaturas do sueco Lennart Johansson e do suíço Freddy Rumo são as únicas apresentadas no prazo estatutário para a presidência da União Europeia de Futebol.

Segundo informou a UEFA, o prazo terminou quinta-feira e as federações sueca e suíça foram as únicas que apresentaram candidaturas para o lugar do francês Jacques George, que preside à UEFA desde 1983.

Um novo presidente será designado no Congresso que se realizará em Malta em 19 de Abril, uma vez que George não se recandidatará. Serão igualmente eleitos os membros do Comité Executivo da UEFA, terminando em 18 de Fevereiro o prazo para apresentação de candidaturas.

O industrial Lennart Johansson, de 60 anos, preside à Federação Sueca de Futebol desde 1984, é membro do Comité Executivo da UEFA desde 1988, vice-presidente da Comissão do Campeonato da Europa e presidente da Comissão do Futebol Feminino.

Freddy Rumo, um advogado de 45 anos, preside à Federação Suíça desde 1989, é vice-presidente da UEFA e pertence ao seu executivo desde 1984 (ocupando-se das relações com a rádio e a televisão) sendo ainda vice-presidente da Comissão das Competições Interclubes.

Cunha e Silva processado pelo ex-treinador

Miguel Soares, antigo técnico do tenista João Cunha e Silva, revelou a intenção de processar judicialmente o jogador, alegando a falta de pagamento de verbas relacionadas com a sua actividade.

Segundo Miguel Soares, o caso já foi entregue a um advogado que irá intentar uma acção contra Cunha e Silva, exigindo ao jogador o cumprimento de um alegado acordo firmado entre ambos referente a patrocínios no ano de 1989. «Cunha e Silva deve-me cerca de 1150 contos respeitantes a acordos estabelecidos por meu intermédio com várias firmas no início do ano passado» disse o ex-técnico Miguel Soares.

Entretanto, João Cunha e Silva contactado telefonicamente desde os Estados Unidos negou veementemente a existência de quaisquer dívidas para com o seu antigo treinador. «É tudo falso» disse o campeão nacional precisando ter «tudo em dia» com o ex-técnico Miguel Soares, referindo ainda: «não tive culpa nos erros que ele cometeu».

Presidentes na festa da comunidade

Sporting e Benfica na África do Sul

Os presidentes Sousa Cintra (Sporting) e João Santos (Benfica) vão assistir, no próximo dia 27, em Joanesburgo, ao espectáculo da eleição da «Miss Comunidades Portuguesas». Os dois dirigentes vão aproveitar a viagem à África do Sul para contactar com a comunidade portuguesa e núcleos de simpatizantes e associados dos dois emblemas desportivos.

João Santos deverá depositar uma coroa de flores junto ao monumento de Bartolomeu Dias (em Pretória) comemorativo dos descobrimentos portugueses, e entregará prendas aos meninos da Associação Portuguesa de Crianças Deficientes Mentais «Lusito».

«Esta viagem à África do Sul é, para mim, bastante importante pois irá permitir que possa auscultar os problemas da comunidade portuguesa naquele país. Do meu programa, durante os seis dias que estarei na África do Sul, constarão ainda contactos com dirigentes de clubes de futebol», afirma João Santos.

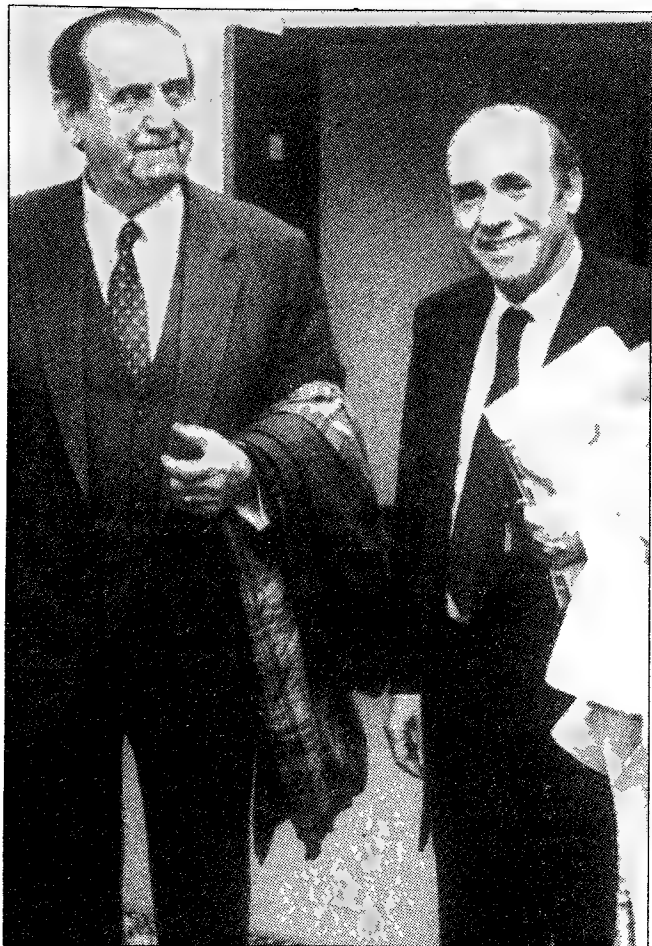
Por seu lado, Sousa Cintra será alvo de uma homenagem por parte do núcleo de sócios e simpatizantes sportinguistas

de Joanesburgo. «Será mais uma oportunidade de levar a imagem do Sporting ao estrangeiro. Tenciono encontrar-me com elementos da comunidade portuguesa na África do Sul e no núcleo sportinguista naquele país».

Para o presidente leonino, a festa de homenagem de que será alvo mostra «o apreço e o carinho que os sportinguistas em todo o Mundo têm pelo seu clube».

Sousa Cintra será o segundo presidente leonino a participar na festa das comunidades portuguesas, tendo em 1989 pertencido a Jorge Gonçalves (então «leader» do Sporting) a representação do clube de Alvalade.

Valentim Loureiro (presidente do Boavista) foi, igualmente, convidado para se deslocar à África do Sul, mas a sua deslocação não está confirmada. «Não posso ainda confirmar se irei ou não. No entanto, estou a envidar todos os reforços para poder acompanhar os meus colegas Sousa Cintra e João Santos» — referiu o também presidente da Liga dos Clubes Com Futebol Profissional.



João Santos e Sousa Cintra: deslocações que simbolizam o prestígio de duas colectividades

Figurino canadiano da segurança do atleta

Em questão a nível mundial estão os modelos de desenvolvimento do desporto. Investidores de vários países tentam encontrar respostas para alguns dos mais graves problemas com que o fenómeno desportivo actualmente se debate. Um dos principais temas em discussão é o da segurança social dos desportistas. E, neste âmbito, a experiência verificada no Canadá, por exemplo, merece ser analisada. É o que faz o dr. S. Guskov. Que chefia o Laboratório do Movimento Desportivo Internacional do Instituto Nacional de Investigação Científica da URSS. «O Desporto Canadiano e o Governo»: eis o título da sua análise. Publicada na revista soviética «EUA: Economia, Política e Ideologia». O êxito do Governo do Canadá no campo da intensificação da actividade publicitária e propagandística, visando a melhoria do trabalho de educação física e de manutenção da saúde entre a população, tornou-se particularmente notória nos últimos tempos. Dessa actividade participam 450 estações de rádio, 300 estações de televisores e uma centena de jornais e revistas. Os custos globais da publicidade de promoção do programa nacional de manutenção da saúde, que está a ser posto em prática pelo organismo governamental «Fitness Canada», e

pela companhia privada «Participation», ascendem a 14 milhões de dólares por ano.

As competições entre cidades, em cuja organização as autoridades a nível local e aquela empresa interessante. A iniciativa desenrola-se assim: «Cada pessoa escolhe a modalidade que mais lhe agrada. É considerado participante das competições todo aquele que, no dia marcado, pratica qualquer modalidade desportiva durante 15 minutos. Dividimos as cidades aos pares de acordo com o seu número de habitantes, a fim de que o número de competidores seja igual entre si. Há cinco anos, nas primeiras competições, participaram 50 cidades. Mas no ano passado já participaram 250, num total de 3,6 milhões de canadianos.»

O pagamento de reformas

Hoje em dia, é como frequência levantada a questão do pagamento a questão do pagamento de reformas aos desportistas. E, não raro, vem à baila a experiência canadiana neste aspecto. Os jogadores profissionais da Liga Nacional de Hóquei, por exemplo, quando atingem a

idade de 45 anos passam a receber uma reforma anual de mil dólares por cada temporada cumprida ao serviço da Liga. Mas cada hoquista deverá ter jogado pelo menos setenta dos oitenta encontros previstos no calendário por temporada.

No entanto, o montante mínimo das reformas eleva-se a três mil dólares anuais. O que quer dizer, evidentemente, que quem não haja estado ao serviço da Liga durante pelo menos três épocas não tem direito à reforma. Mas um profissional que tenha jogado ao longo de doze temporadas, por exemplo, receberá uma reforma de doze mil dólares por ano.

Os recursos destinados ao pagamento das reformas são provenientes de um fundo especialmente criado para o efeito. O fundo existe com base nos descontos das receitas de todas as equipas da Liga, por um lado, e, por outro, da Associação dos Jogadores. Qualquer jogador da Liga pode entrar para a Associação mediante o pagamento de uma quota de 900 dólares por ano. Aqui está um exemplo que, embora nada tenha a ver com o Estado, bem poderá conter elementos susceptíveis de serem aproveitados pelos organismos desportivos de outros países.

Novosti/«DL»

DESPORTO

Automobilismo Monte Carlo: morte na estrada

Disputadas 12 das 28 classificativas do Rali de Monte Carlo, Didier Auriol mantém o primeiro lugar da geral, com 2.40,26 minutos, seguido do espanhol Carlos Sainz, a 16 segundos, o qual sofreu um despiste e perdeu algum tempo, tendo agora menos de dois minutos de vantagem sobre o terceiro classificado, o italiano Massimo Biasion, em Lancia.

Num grave acidente verificado durante a etapa, Francis Malaussene morreu e o piloto Jean-Claude Bertaudier ficou gravemente ferido quando o carro no qual seguiam se despistou, caindo numa ravina de cerca de 200 metros.

A morte de Malaussene foi a primeira numa prova do Campeonato do Mundo de Ralis, depois do acidente mortal do piloto português Augusto Mendes na última edição do Rali de Portugal, em Março de 1989.

Um espectador foi também hospitalizado na sequência de uma queda do rochedo onde subira para ver passar os concorrentes, mas não foram divulgados pormenores sobre o seu estado.

Classificação após o segundo dia de prova: 1.º Didier Auriol (Fra), Lancia, 2.40,26 horas; 2.º Carlos Sainz (Esp), Toyota, a 16 segundos; 3.º Massimo Biasion (Ita), Lancia, 2.00 minutos; 4.º Dario Cerrato (Ita), Lancia, 3.00; 5.º Armin Scahwartz (RFA), Toyota, 4.52; 6.º Timo Salonen (Fin), Mazda, 5.38; 7.º Hannu Mikkola (Fin), Mazda, 7.08; 8.º Ari Vatanen (Fin), Mitsubishi, 7.45; 9.º François Delecour (Fra), Peugeot, 9.28 e 10.º Bruno Saby (Fra), Lancia, 11.44.

Ayrton Senna não «encosta»

O ex-campeão mundial, o brasileiro Ayrton Senna, afirmou que se mantém firme na sua intenção de participar no próximo Campeonato do Mundo de Fórmula Um.

Senna, um dos mais famosos e polémicos pilotos da actualidade, vencedor do mundial de Fórmula Um em 1988, revelou em entrevista a um jornal desportivo francês que ficará na escuderia McLaren pelo menos nos próximos dois anos, apesar dos seus problemas com a Federação Internacional do Desporto Automóvel.

O presidente da FISA, Jean-Marie Balestre, declarou no início deste mês que Ayrton Senna não poderá dispor da necessária licença para pilotar os bólides de Fórmula Um, enquanto se não retractar das acusações que dirigiu à Federação na época passada quando considerou publicamente que a FISA favoreceu o outro piloto da McLaren, o francês Alain Prost, que conseguiu o título de campeão do mundo.

Ayrton, entrevistado numa estância balnear do Brasil, onde se encontra a passar férias, recusou-se a revelar se tenciona ou não apresentar desculpas à FISA e nomeadamente ao seu dirigente máximo, Jean-Marie Balestre.

Recorde-se que o piloto brasileiro foi duas vezes penalizado pela FISA nos últimos dois meses: em Dezembro foi-lhe aplicada uma multa de 100 mil dólares (cerca de 15 mil contos) e uma suspensão, por condução perigosa no Grande Prémio do Japão.

Arbitragem: episódios tristes em cena na Praça da Alegria

Na reunião desta tarde e na sequência das rábulas televisivas poderão «rolar algumas cabeças»



Lourenço Pinto:
líder em contestação

As rábulas, protagonizadas pelo presidente e vice-presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, com o dr. Lourenço Pinto a assegurar ter visto o treinador Paulo Autuori a tentar agredir o árbitro Francisco Silva e o seu «vice» Dinis Monteiro a desmentir as teses do «chefe», constituem um triste episódio que esta tarde subirá à cena nos salões da Praça da Alegria e que poderá provocar a derrocada dum sector que se exige funcionar com o máximo rigor e inquestionável credibilidade.

Recorde-se o que foi dito: «Assisti à tentativa de agressão como milhares de outras pessoas que estavam no Estádio das Antas. Não vi o relatório do árbitro, mas não tenho dúvidas de que Francisco Silva, sendo um juiz altamente competente e dono de uma grande capacidade, não iria adular no relatório o que efectivamente se passou». Estas afirmações, do advogado Lourenço Pinto, foram na verdade extemporâneas e como jurista deveria ter evitado «testemunhar» numa causa que aguardava «julgamento» e cumpria-lhe evitar qualquer tentativa de influenciar os

membros do Conselho de Disciplina.

Contrariando Lourenço Pinto, o vice-presidente Dinis Monteiro diria o que milhões escutaram: «Tenho opinião completamente diferente do dr. Lourenço Pinto, também lá estava e não houve nenhuma tentativa de agressão».

Esta tarde, o Conselho de Arbitragem reúne em clima escaldante não se estranhando que rolem algumas cabeças mas se tal não acontecer o des- crédito está decretado e lamentavelmente provocado por quem deveria utilizar métodos moderadores.

Ténis: Open da Austrália

McEnroe expulso por indisciplina

O alemão-federal Boris Becker, segundo classificado do «ranking» mundial, criticou as regras que levaram à desqualificação do norte-americano John McEnroe do Open da Austrália.

«É certo que McEnroe disse algumas coisas incorrectas, mas penso que as regras estão erradas» — afirmou Becker, adiantando: «Quando estamos quatro horas nos 'courts' expostos ao calor, tornar-se difícil manter a cabeça fria.»

John McEnroe foi desqualificado durante a sua partida com o sueco Mikael Pernfors, na quarta ronda do «open» australiano, por ter atirado a raqueta ao chão e insultado o árbitro do confronto.

Para Becker, que se qualificou para os quartos de final do torneio australiano ao bater

difficilmente o checoslovaco Miroslav Mecir, «há que ter cuidado, porque, dentro de cinco anos, os tenistas poderão vir a ser penalizados apenas por falar».

Opinião contrária demonstrou o sueco Stefan Edberg, terceiro cabeça de série na Austrália, comentando: «Penso que ninguém está satisfeito com o sucedido, mas temos que cumprir as regras. Esta decisão tinha que ser tomada e McEnroe

apenas se pode queixar de si próprio. Ele conhece as regras, sabe até onde pode ir e costuma deter-se quando se aproxima do limite» — disse Edberg, considerado por muitos como um dos mais bem educados tenistas do topo do «ranking» mundial.

Os jornais australianos referiram-se a McEnroe em termos pouco simpáticos e John Newcombe, um ex-

campeão de torneios do Grand Slam que agora escreve em diversas publicações da Austrália, chegou a considerar «irónico» que o norte-americano apenas agora tenha sido desqualificado, após 10 anos de «guerras» com os árbitros. «É um facto que toda a gente, incluindo McEnroe, se sentiria muito melhor se esta desqualificação tivesse acontecido há 10 anos» — defendeu Newcombe.

Esta tarde no Bessa (e na RTP)

Boavista-Feirense para o campeonato

O Boavista recebe hoje às 15 horas o Feirense no Estádio do Bessa, em partida em atraso da 17.ª e última jornada da primeira volta do nacional maior de futebol, que poderá colocar os «axadrezados» no sexto lugar da classificação.

Num encontro que será transmitido em directo pela RTP-2, a equipa de Manuel Barbosa (10.ª classificada com 15 pontos) recebe os «onze» portugueses de Santa Maria da Feira, que este ano subiram à primeira divisão e são 16.ªs com menos cinco pontos.

Benfica-Marselha na «soirée» da Luz

No âmbito das condições da cedência de Mozer, o Benfica recebe esta noite na Luz o actual clube do excelente internacional brasileiro para um encontro de carácter particular. O jogo terá início pelas 21 horas.

Questão do policiamento continua em debate

O problema do pagamento das despesas com o policiamento dos recintos desportivos vai ser hoje discutido em Lisboa pelo ministro da Administração Interna, Manuel Pereira, e dirigentes de diversos organismos do desporto

português.

A reunião, marcada para as 14.30 na Secretaria de Estado da Administração Interna, surge como uma tentativa de acordo entre o Governo e responsáveis pelo desporto, para quem as despesas com o policiamento dos recintos desportivos devem ser da responsabilidade do Estado, libertando os clubes do encargo.

Além dos dirigentes da Federação Portuguesa de Futebol, com quem já se reuniu quarta-feira, Manuel Pereira terá também um encontro com os responsáveis da Liga dos Clubes, das associações do desporto federado representados pelo Comité Olímpico Português.

Salão: Portugal mas meias-finais

A selecção portuguesa venceu a sua congénere de Israel por 2-0 (1-0 ao intervalo) no primeiro jogo da 3.ª jornada do Campeonato da Europa de Futebol de Salão, a decorrer no pavilhão do Freixieiro, em Matosinhos.

Os tentos de Portugal foram apontados por Armindo Pinto (7 minutos) e Paulo Oliveira (37).

Com esta vitória, Portugal obteve o primeiro lugar do grupo «A» do Campeonato da Europa ficando apurado para as meias-finais.

Informação

GREVE DE 16 A 26 DE JANEIRO DE 1990

LINHA DE CASCAIS

A CP informa que, nos próximos dias 23 a 26 do corrente, complementarà a sua actividade ferroviária na **Linha de Cascais** com 100 autocarros com partidas de Cascais, Parede, Carcavelos e Oeiras, com destino a Lisboa a partir das 06.30 horas durante a ponta da manhã e das 19.00 às 22.30 horas no sentido inverso.

Se a actividade ferroviária não puder ser garantida será alargado este período de meios rodoviários complementares.

22 de Janeiro de 1990

Informação divulgada pela Divisão de Relações Públicas



**Caminhos de Ferro
Portugueses**

O Rallye de Portugal decorrerá de 6 a 11 de Março e terá mais de dois mil quilómetros

Perto da emoção, distante do perigo: lema para um rallye em segurança

A primeira superclassificativa do Rali de Portugal, só está em risco de não se realizar no Autódromo do Estoril, caso o tribunal decida anular o contrato celebrado entre a Autodril, proprietária do circuito e a Câmara Municipal de Cascais (CMC).

A revelação foi feita, em Lisboa, durante a apresentação do Rali de Portugal pelo presidente do Automóvel Club de Portugal (ACP), César Torres, o qual disse «não acreditar» que o Tribunal da Comarca de Cascais tome qualquer decisão sobre o diferendo entre a Autodril e a CMC até 6 de Março, dia em que se inicia a prova.

Numa acção judicial interposta contra a CMC, a Autodril pretende anular o protocolo celebrado com o Município de Cascais, que permite a realização no Autódromo do Estoril do Grande Prémio de Portugal de Fórmula Um e da classificativa de abertura do Rali de Portugal.

A superclassificativa de abertura está marcada para o Autódromo do Estoril e, em princípio, vai ser lá disputada — disse César Torres, adiantando: Não acredito que, até 6 de Março, o tribunal declare como nulo o contrato celebrado entre a CMC e a Autodril.

Forças em presença

O presidente do ACP, organizador da prova, considerou que a próxima edição do Rali de Portugal, a disputar entre 6 e 11 de Março, «apresenta aproximadamente as mesmas características do ano passado», contando com mais uma prova especial de classificação que em 1989, «o que torna esta edição na que mais classificativas já teve».



Massimo Biasion: figura de proa à procura do «tri» (foto arquivo/«DL»)

Contando com o apoio do Instituto do Vinho do Porto e do Instituto de Promoção Turística, além de diversas autarquias, o Rali de Portugal de 1990 vai percorrer um total de 2060 quilómetros, dos quais 567 serão em troços cronometrados, sendo disputado em quatro etapas, oito secções e 39 classificativas.

Entre os participantes já confirmados, apresentam-se, como principais favoritos à vitória a Lancia, que é represen-

tada em Portugal por três equipas oficiais e uma privada do Jolly Club, a Mazda, também com três carros, a Toyota, com dois bólides, e a Mitsubishi, igualmente com duas duplas.

Ao nível oficial, a Lancia apresenta como trunfos o italiano Massimo Biasion, bicampeão mundial e vencedor dos dois últimos Ralis de Portugal, o finlandês Juha Kankkunen, também duas vezes

campeão mundial, e o francês Didier Auriol.

A Mazda vai contar com os finlandeses Timo Salonen e Hannu Mikkola e o belga Gregoire de Mevius, enquanto a Toyota terá como pilotos o espanhol Carlos Sainz e o sueco Michael Eriksson.

A Mitsubishi, que César Torres considerou como uma das principais favoritas, confiará um dos seus bólides ao finlandês Ari Vatanen, tri-

campeão do Rali Paris-Dakar, contando também com o sueco Kenneth Eriksson, enquanto a Renault trará a Portugal o francês Alain Oreille, actual campeão mundial de grupo «N».

Recurso e segurança

Corrida quase totalmente em piso de asfalto, a primeira etapa vai ligar o Autódromo do Estoril à Póvoa de Varzim,

contando 13 classificativas e a superespecial do Autódromo, num total de 731 quilómetros, dos quais cerca de 187 serão cronometrados.

A segunda etapa, com partida e chegada em Póvoa de Varzim, tem apenas seis classificativas e cerca de 82 quilómetros de troços cronometrados, sendo totalmente corrida em pisos de terra.

Armamar, totalmente asfaltada, e Cabeceiras de Basto, parcialmente revestida com pedra, são as únicas das 11 classificativas da terceira etapa que não são disputadas em piso de terra, numa tirada com cerca de 120 quilómetros de troços cronometrados que liga Póvoa de Varzim a Viseu.

A quarta e última etapa, entre Viseu e o Estoril, conta com 177 quilómetros disputados ao cronómetro em 10 classificativas, entre as quais as clássicas provas de Arganil, terminando o Rali às 20 horas de 10 de Março (sábado), no jardim fronteiro ao Casino Estoril.

Em termos de segurança, o ACP revelou que a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública vão cobrir a totalidade da prova, o mesmo acontecendo com o Serviço Nacional de Bombeiros e o Instituto de Emergência Médica.

A existência de uma equipa de médicos, ambulâncias equipadas com rádio, viaturas de reboque e cerca de 100 quilómetros de banda plástica (que será colocada nos locais mais perigosos) são outros dos «cuidados especiais» tomados pelos organizadores do Rali de Portugal em relação à segurança.

Colectividades em assembleia

CORVENSE: o Sport Benfica Corvense, colectividade de cultura, desporto e recreio, sediada na Rua dos Corvos, em Lisboa, reúne os seus associados, em assembleia geral, no dia 2 de Fevereiro, para apreciação e votação do relatório e contas e para eleição dos corpos gerentes.

ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DE LISBOA: para discussão e aprovação do relatório e contas da gerência de 1989 e eleição dos corpos gerentes para o biénio de 1990/91, a Associação de Ciclismo de Lisboa reunirá, em assembleia geral ordinária, no dia 9 de Fevereiro, na Praça da Alegria, 65-3.

Andebol

Seleccção faz teste na Bulgária

A selecção portuguesa masculina de andebol «está a meio caminho dos padrões de rendimento» traçados pelo seu coordenador, o técnico romeno Costache Mircea, a cerca de dois meses e meio do mundial do grupo «C», na Finlândia.

A dificuldade em recuperar forças de um dia para outro e as indesejáveis falhas de concentração são, segundo declarou, os maiores problemas da «equipa das quinas», que registou «francos progressos noutros aspectos».

Entre amanhã e domingo, Portugal vai ter mais uma oportunidade para minorar as suas carências, durante o tor-

neio Serdika, em Lovech, na Bulgária, em que terá como rivais o país anfitrião, a Roménia, Polónia, França e Grécia. «Quando fui contratado, em Fevereiro passado, encarregaram-me de fazer um trabalho a longo prazo com as selecções portuguesas, e o mundial da Finlândia é apenas uma etapa nessa tarefa» — disse Costache Mircea. «Inicialmente — adiantou o técnico romeno — elaborei um plano de preparação de alta competição para a equipa nacional, mas factores externos à minha esfera de competência atrasaram a sua execução e, neste momento, estamos a meio caminho dos padrões de rendimento que desejava.»

Os dois únicos «trintões» da selecção são Jorge Rodrigues, o (mais velho, com 35 anos) e João Santa Bárbara (com 31 anos) e os mais jovens são Carlos Resende e Luís Gomes, ambos de 18 anos, numa equipa em que a média de idades é ligeiramente superior a 22 anos.

O FC Porto é o clube mais representado, com cinco jogadores seleccionados, seguido do Benfica e do ABC, com três cada, do Vitória de Setúbal e Sporting (2) e da Académica e Francisco de Holanda (1).

O torneio de Serdika é o mais duro teste a que se submeterá a selecção portuguesa

antes do mundial do grupo «C», indo encontrar em Lovech algumas equipas de nível muito superior às que enfrentará na Finlândia, como é o caso da Roménia e Polónia, que pertencem ao escalão «A» da modalidade. «As possibilidades da selecção serão testadas ao máximo, numa progressão natural e programada do nível de dificuldade, pois esta é a melhor forma de evoluir com segurança» — concluiu Mircea, que tem contrato com a Federação Portuguesa de Andebol até 1 de Fevereiro de 1991.

Para a Bulgária partiram os seguintes jogadores: Santa Bárbara, Miguel Fernandes e António Figueiredo (guarda-

redes), José Luzia, José Santos, Carlos Resende, Paulo Carneiro, Mário Macedo, António Leite, Alberto Cabaço, Rui Ferreira, Jorge Rodrigues, Luís Gomes, Armando Pires, Manuel Pastor, Miguel Galamba e João Duarte.

A nível de internacionalizações, Jorge Rodrigues envergou a camisola das quinas 91 vezes, Santa Bárbara (72), José Luzia (52), Rui Ferreira (38) e José Santos (37).

O programa dos nossos jogos é o seguinte: amanhã frente à Roménia, seguindo-se a Bulgária (5.ª feira), Grécia (6.ª feira), França (sábado) e Polónia (domingo).

DESPORTO

Jogos Olímpicos: de Olímpia a Barcelona (4)

Do massacre de Munique ao ouro de Lopes



Leão, Rosa e Lopes: os três medalhados de Los Angeles

Munique surpreendeu todo o mundo com a apresentação de um funcionamento exemplar e uma tecnologia desconhecida até ao momento. Mark Spitz foi a estrela mais brilhante ao conseguir sete medalhas de ouro nas provas de natação. Mas os Jogos seriam gravados a negro com o massacre provocado pelo denominado grupo 7 de Setembro, sequestrou nove desportistas israelitas tendo, durante a operação de resgate morrido 18 pessoas. Como então escreveu Neves de Sousa, enviado especial do «DL», «o massacre de Munique foi o primeiro acto terrorista que teve o especial significado de atingir duramente um acontecimento até aí, sinónimo de paz e liberdade. Foi uma acção premeditada, preparada até ao mais pequeno pormenor, pensada para atingir as proporções que, infelizmente teria: foi uma acção para abalar o mundo». No balanço final do terrível massacre, foram mortos 11 israelitas, cinco palestinos, um oficial da polícia alemã e o piloto do helicóptero.

Portugal esteve representado por 32 atletas distribuídos pelas seguintes modalidades: vela (9), atletismo (6), remo, luta e hipismo (3), judo (2) e halterofilismo (1). Quanto a destaques apenas referência para a estreia de Carlos Lopes. Nada mais.

Em termos de participação global, estiveram presentes 10 008 atletas de 123 países, sendo disputadas 195 provas de 21 modalidades.

1976: Montreal

Uma vez mais a ginástica brilhou em todo o seu esplendor com uma jovem (14 anos) romena (Nadia Comaneci) a obter seis notas dez, vincando a perfeição na disciplina. Carlos Lopes (na prova dos 10 quilómetros) e Armando Marques (fosso olímpico) trouxeram prata para Portugal. Outra referência para os nossos representantes: José Carvalho obteve o 5.º posto nos 400 metros-barreiras e Aniceto Simões averbrou o 8.º lugar nos 5000 metros. Nesta Olimpíada, Portugal esteve representado por 20 atletas, sendo seis em atletismo, cinco na natação, três em vela e um no tiro.

No total, o número de participantes foram 6189 represen-

tando 88 nações estando em desfile 21 modalidades que proporcionaram a disputa de 198 provas.

1980: Moscovo

A invasão do Afeganistão foi a razão apresentada pelos Estados Unidos da América, Japão, Canadá e mais 59 países para não participarem nesta edição dos JO, como sinal de protesto. Como consequência a maioria das medalhas foram arrecadadas por atletas da URSS, embora os britânicos tivessem participação brilhante muito por acção do espectacular Sebastian Coe. O Governo português mostrou-se contrário à nossa participação mas deixou a decisão ao COP. Onze foram os



Lopes e Armando Marques: prata em Montreal, flores em Lisboa

Os (12) mais medalhados

São muitos os nomes históricos dos Jogos Olímpicos e as medalhas conquistadas constituem a materialização do sucesso tido na competição. É isso afinal o que a História regista e por isso no «top» das figuras míticas dos Jogos teremos durante algum tempo (sabe-se lá até quando) a ginasta soviética Larissa Latynina, o finlandês Paavo Nurmi e o norte-americano Mark Spitz todos com nove medalhas de ouro conquistadas.

Os mais medalhados são os seguintes:

ATLETA	PAÍS	MODALIDADE	MEDALHAS			
			O.	P.	B.	Tot.
Larissa Latynina	URSS	ginástica	9	5	4	18
Nikolai Andrianov	URSS	ginástica	7	5	3	15
Edoardo Mangiarotti	Itália	esgrima	6	5	2	13
Takashi Ono	Japão	ginástica	5	4	4	13
Boris Schaklin	URSS	ginástica	7	4	2	13
Sawao Kato	Japão	ginástica	8	3	1	12
Paavo Nurmi	Fin.	atletismo	9	3	-	12
Vera Caslavskaja	Chec.	ginástica	7	4	-	11
Aladar Gerevich	Hungria	esgrima	7	3	1	11
Carl Osburn	EUA	tiro	5	4	2	11
Mark Spitz	EUA	natação	9	1	1	11
Viktor Tschukarin	URSS	ginástica	7	3	1	11

nossos representantes, sendo três no atletismo e judo, dois na natação, e um na ginástica, halterofilia e boxe. Recorde-se que Carlos Lopes não participou por se encontrar lesionado.

No total estiveram presentes 4311 atletas de 81 países e disputadas 206 provas de 21 modalidades.

1984: Los Angeles

Finalmente, veio ouro para Portugal, ao peito de Carlos Lopes, que venceu a maratona para delírio de todos os portugueses. Rosa Mota (maratona) e António Leitão (5000 metros) obtiveram o 3.º posto com direito a trepar o pódio e recolher a medalha de bronze. Aurora Cunha (6.º posto nos 3000 metros) José Pinto (8.º nos 50 km marcha) e Ezequiel Canário (9.º nos 5000 metros) foram também figuras relevantes entre os nossos 39 representantes.

A cor, espectacularidade e o movimento foram a tónica geral de cerimónia de abertura destes II Jogos de Los Angeles, tendo participado mais de dez mil pessoas sob o lema «Citius, Altius, Fortius». Apesar do boicote soviético os Jogos constituíram um êxito notável, tanto no aspecto financeiro como desportivo.

Estiveram representados 140 países (novo recorde) através de 7078 atletas. Outros recordes: modalidades foram 23 e provas disputadas 221.

José Delgado/EFE
Adaptação: Alves Henriques



Nadia Comaneci: nota 10 para a menina prodígio



Mark Spitz: golfinho de Munique e nove medalhas de ouro

AGENDA

I Série N.º 19
Dia 23 de Janeiro

SUMÁRIO

Ministério da Defesa Nacional

Declaração

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério para o ano de 1989 no montante de 535 768 contos.

Ministério das Finanças

Declaração

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento de vários ministérios no montante de 3 033 099 contos.

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Portaria n.º 54/90:

Alarga a área de recrutamento para dois lugares de chefe de divisão do quadro de pessoal do Município de Castelo Branco.

Ministérios da Administração Interna e das Obras Públicas

Transportes e Comunicações

Portaria n.º 55/90:

Distribui as verbas decorrentes da percentagem das multas e coimas cobradas por infracções ao Código da Estrada entre as entidades que tiveram a seu cargo a fiscalização rodoviária.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Aviso:

Torna público ter o Governo do Japão depositado, em 17 de Novembro de 1989, o instrumento de adesão ao Acordo de Nice Respeitante à Classificação Internacional dos Produtos e Serviços com Vista ao Registo das Marcas, de 15 de Junho de 1957, tal como revisto em Estocolmo em 14 de Junho de 1967 e em Genebra em 13 de Maio de 1977 e modificado em 2 de Outubro de 1979.

Departamento de Comunicação Social — UNL
Sindicato dos Jornalistas

CURSO DE CURTA DURAÇÃO
SOCIOLOGIA
DA
COMUNICAÇÃO
SOCIAL

15 de Janeiro a 7 de Fevereiro de 1990
(2.ª e 4.ª feiras)

Inscrições no Sindicato dos Jornalistas
Rua dos Duques de Bragança 7, 2.º — Lisboa

HOJE

SONDAGEM

Regiões do Norte: - céu geralmente muito nublado. Vento fraco de Oeste. Nevoeiros matinais. Geadas no interior. Possibilidade de períodos de chuva fraca no Minho e Douro Litoral a partir da noite. ar encrespado com ondulação Noroeste de 2 a 3 metros.

Regiões do Centro e Sul: - céu geralmente pouco nublado. Vento fraco. Nevoeiros matinais e geadas no interior. Mar encrespado com ondulação Noroeste de 2 metros na Costa Ocidental e encrespado a de pequena vaga com ondulação Sueste de 1 metro na Costa Sul.

AÇORES

Céu com períodos de muito nublado. Vento moderado de Nordeste, por vezes com rajadas. Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 3 a 4 metros na Costa Norte e encrespado a de pequena vaga com ondulação Sueste de 1 metro na Costa Sul.

No Funchal o céu será pouco nublado e o vento fraco.

Amanhã: - céu com períodos de muito nublado. Vento moderado de Nordeste, sendo fraco na área do Funchal.

Depois de amanhã: - céu com períodos de muito nublado. Vento moderado de Nordeste, sendo fraco no Funchal.

MADEIRA

Grupo Ocidental: - céu geralmente muito nublado. Vento moderado de Sudoeste, por vezes forte. Subida da temperatura mínima. Mar cavado a grosso com ondulação Noroeste de 3 a 4 metros.

Grupo Central: - céu geralmente muito nublado. Vento moderado de Sudoeste. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 3 a 4 metros.

Grupo Oriental: - céu geralmente muito nublado. Vento fraco de Sudoeste. Mar encrespado a de pequena vaga com ondulação Noroeste de 3 a 4 metros.

Amanhã: - céu geralmente muito nublado. Vento de Sudoeste moderado nos grupos Ocidental e Central e fraco no Grupo Oriental.

Depois de amanhã: - céu muito nublado, apresentando gradualmente aberturas do Grupo Ocidental para o Oriental. Períodos de chuva fraca, passando a aguaceiros também fracos.

Vento moderado de Sudoeste rodando para Noroeste. Pequena descida da temperatura.

Amanhã

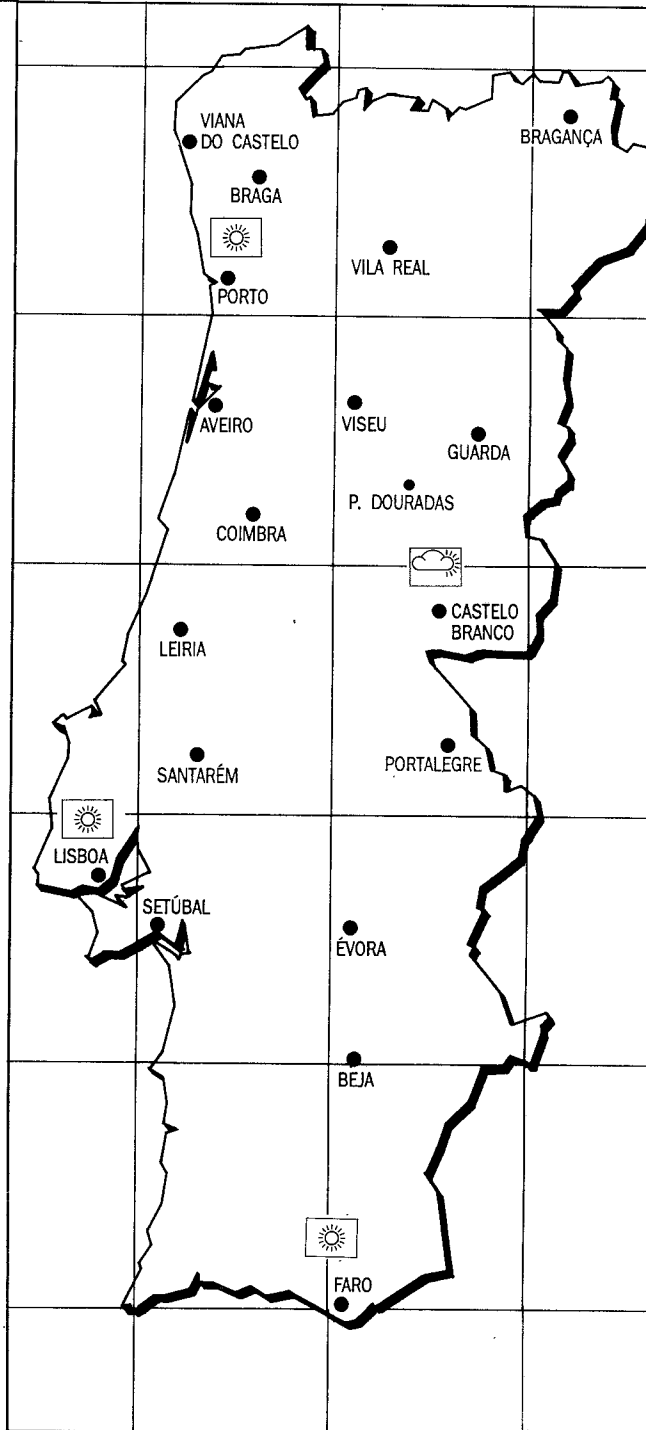
No Continente: - céu pouco nublado com períodos de muito nublado e possibilidade de chuva fraca durante a madrugada e manhã nas regiões do Norte. Vento fraco. Nevoeiros matinais. Condições favoráveis à formação de geadas nas regiões do interior.

Depois

No continente: - aumento gradual da nebulosidade e períodos de chuva fraca, que serão de neve nas terras altas do Norte e Centro. Vento fraco a moderado do quadrante Oeste. Subida da temperatura mínima.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

O ESTADO DO TEMPO



PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.	
Bragança.....	-1	-1		Nevoeiro
V. Castelo.....	11	11		Chuva
Vila Real.....	2	3		Neblina
Porto.....	8	10		Encoberto
P. Douradas.....	-	-		
Coimbra.....	4	5		Neblina
C. Carvoeiro.....	14	14		Limpo
C. Branco.....	3	5		P. nub.
Portalegre.....	7	7		P. nub.
Lisboa.....	8	9		Limpo
Évora.....	8	8		Neblina
Beja.....	5	5		Neblina
Faro.....	5	5		Limpo
Sagres.....	7	9		Limpo
P. Delgada.....	14	15		Neblina
Horta.....	16	16		M. nub.
Funchal.....	11	12		P. nub.
Sines.....	-	-		

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 15; Porto, 13; Faro, 17; P. Delgada, 18; Funchal, 19.

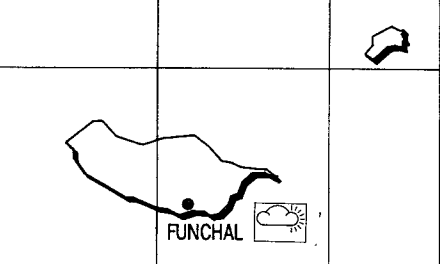
EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h	
Madrid.....	-4	-4		Limpo
Londres.....	8	11		Chuva
Paris.....	6	8		M. nub.
Bruxelas.....	6	9		Encoberto
Amesterdão.....	8	10		Neblina
Genebra.....	-4	-4		Neblina
Roma.....	0	2		Neblina
Oslo.....	-1	-1		M. nub.
Copenhaga.....	4	5		Neblina
Estocolmo.....	3	3		M. nub.
Berlim.....	5	5		Neblina
Viena.....	-3	0		M. nub.
Varsóvia.....	5	5		Neblina
Atenas.....	10	11		M. nub.
Moscovo.....	-15	-14		Neve

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h	
Chicago.....	-3	7		P. nub.
Houston.....	6	20		M. nub.
Los Angeles.....	10	20		V. forte
Montreal.....	-8	-4		Limpo
Nova Iorque.....	-1	5		Limpo
S. Francisco.....	5	15		Limpo
Toronto.....	-4	2		P. nub.
Vancouver.....	2	8		Aguaceiros
Washington.....	-1	5		M. nub.
Hong Kong.....	12	15		Aguaceiros
Melbourne.....	9	22		Limpo
Pequim.....	-8	0		Limpo
Perth.....	20	30		Aguaceiros
Singapura.....	24	32		Aguaceiros
Sydney.....	18	25		Limpo
Tóquio.....	-1	3		P. nub.
Wellington.....	12	22		Limpo

MADEIRA



	Céu limpo
	Céu pouco nublado
	Céu muito nublado
	Chuva
	Trovoada
	Neve
	Vento
	Mar calmo
	Mar encrespado

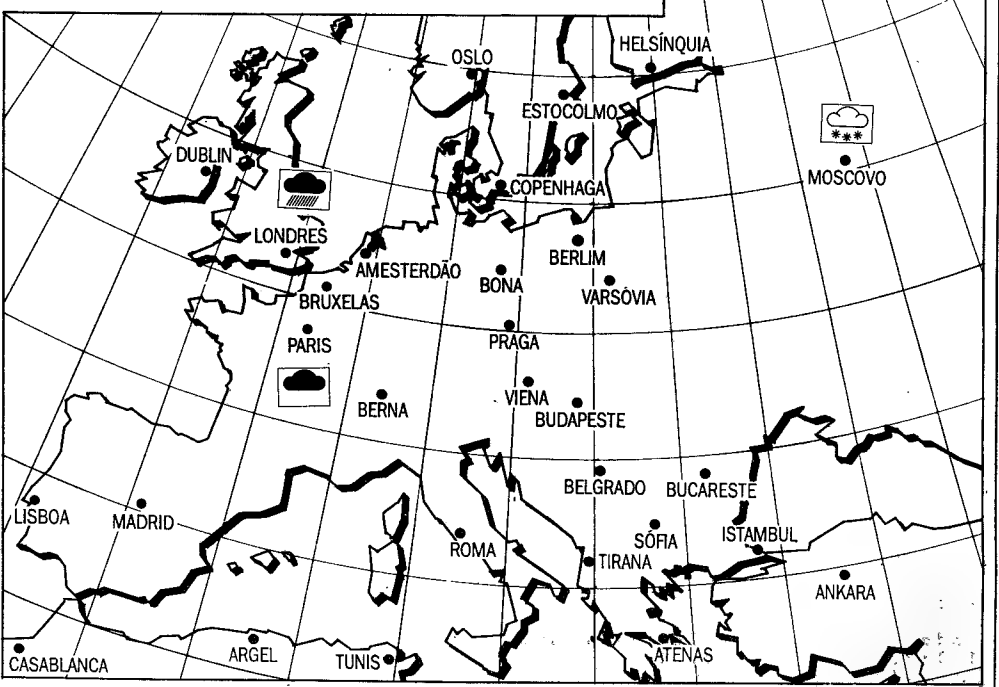
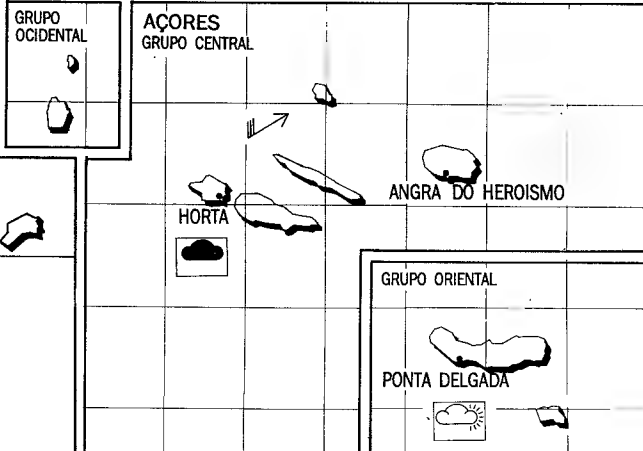
MARÉS

Hoje

	PREIA-MAR		BAIXA-MAR
	00.45	3,1m	06.31 1,4m
	13.15	3,0m	18.45 1,4m

Amanhã

	01.33	3,3m	07.16 1,2m
	14.00	3,2m	19.28 1,2m



AGENDA

FARMÁCIAS LISBOA SERVIÇO PERMANENTE

Alfama - São Tomé: Ziler, Rua São Tomé, 54-56, Tel. 862835; **Areeiro:** Lusitana, Av. Roma, 18-A, Tel. 885443; **Av. D. Rodrigo da Cunha:** Aeroporto, Av. Almirante Gago Coutinho, 101-D, Tel. 882384; **Benfica - 2.ª Circular:** Benfiluz, Estrada de Benfica, 444-A, Tel. 7141206; **Calvário:** Monge, Rua dos Lusíadas, 30-32, Tel. 363704; **Campolide - Águas Livres:** Rualto, Lda., Rua Alto Carvalhão, 5, Tel. 651721; **Janelas Verdes:** Reis Garrido, Rua das Janelas Verdes, 90, Tel. 662327; **Jardim Constantino:** Portugal, Rua Rebelo da Silva, 11-13, Tel. 543340; **Jardim dos Anjos:** Jaime Matos, Rua Álvaro Coutinho, 8-10; **Lumiar - Quintas das Mouras:** Matos Viegas, Av. Rainha D. Amélia, 34-B, Tel. 7594174; **Olivais Sul:** Lemos, Rua Cidade de Beira, 46-C, Tel. 331692; **Saldanha - Hotel Sheraton:** Oliveira Viegas, Rua Viriato, 29-29-A, Tel. 548966; **Buraca - Amadora:** Gaspar Pote, Rua das Gaias, Lote 16 (Bairro Zambujal), Tel. 902221; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 7140081; **Moscavide:** Pedro Gomes, Praceta 25 de Abril, Lote 13 - Loja B, Tel. 2518520; **Odivelas:** Joleni, Rua Dr. Alexandre Braga, 3-B, Tel. 9310812; **Pontinha:** Flora, Azinhaga dos Besouros, Lote R-8.

REFORÇO

Ajuda: Mendes Gomes, Calçada da Ajuda, 222, Tel.

3638256; **Baixa - Largo São Domingos:** Americana, Calçada de Santana, 1-3, Tel. 863984; **Campo Grande - Av. Brasil:** Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B, Tel. 765262; **Chile - Alto São João:** Veral, Rua Morais Soares, 109-111, Tel. 821732; **Escola Pol. - São Bento:** São Marçal, 100-102, Tel. 325318; **À Av. Estados Unidos N.º 39:** Celta, Rua Moura Girão, 3-B, Tel. 890621; **Madre de Deus:** Romana, Rua Actor Augusto Melo, 7-A, Tel. 383800; **Picheleira:** Marlu, Calçada da Picheleira, 140-B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Prazeres:** União, Rua Saraiva Carvalho, 145-F, Tel. 663643; **Rego:** Prates & Mota, Rua da Beneficência, 91-93, Tel. 773340; **Saldanha:** Avenidas, Av. da República, 27-A, Tel. 533688; **Vale Santo António:** Santo António, Rua Leite Vasconcelos, 72-C, Tel. 862333; **Colina Sol - Brandão:** Alfordel - Cel. G - Lote 35, Tel. 996540; **Olivais Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA

DE CASCAIS

Algés: Combatentes, Av. Com. G. Guerra, 166, Tel. 4104953. Permanente; **Linda-a-Velha:** Melo Almeida, R. D. Diogo Couto, Lote 182, Tel. 4191697. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes,

Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Paço de Arcos:** Pargana, Av. Eng.º Bonneville Franco, Tel. 2435147. Até às 22 h; **Oeiras:** Ribeiro, R. Dr. Flávio Resende, 9-A, Tel. 4466066. Permanente; **Parede:** Brandão, Av. República, 77-C, Tel. 2471054. Permanente; **S. João do Estoril:** S. João, Quinta da Carreira, 29-A, Tel. 2681186. Até às 22 h; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Urb. 2682313. Até às 22 h; **Cascais:** Nova, Est. Alvide - Fontainhas, Tel. 281044. Permanente.

LINHA

DE SINTRA

Amadora: Solla, L. D. Lote

65, Tel. 900724. Permanente; **Soares Correia, Est. Águas Livres:** Carenque, Tel. 965517. Permanente; **Nunes, Est. Serra Mira - Falagueira:** Tel. 4937543. Até às 22 h; **Queluz Correia, L. Mercado, 3, Tel. 4350905.** Permanente; **Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42, Tel. 4356487.** Até às 22 h; **Cacém:** Araújo Sá, Esta. Paço de Arcos, Lote 1-B, Tel. 9240781. Permanente; **Mem Martins - Algueirão:** Vítor Manuel, Est. Algueirão, 123, Tel. 9217814. Até às 22 h; **Mercês:** Clarro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rio de Mouro:** Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 6, Tel. 9260194. Até às 22 h; **Sintra:** Marrazes, L. Afonso Albuquerque, 24, Tel. 9230058. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088.

OUTRA BANDA

Almada: Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-B, Tel. 2750242. Permanente; **Cova da Piedade:** Rainha Santa, R. Soc. Fua Piedense, 50-A, Tel. 2294182. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, R. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Chai, Av. General Humberto Delgado, Tel. 2903218. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Almeida Araújo, R. D. Duarte, 7-B, Tel. 2532324. Até às 22 h; **Lavradio:** J. Consolado, Av. Joaq. J. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126. Até às 19 h; **Sesimbra:** Leão, Av. Liberdade, 13, Tel. 2233471. Até às 19 h; **Barreiro:** Avenida, Av. Alfredo Silva, 88, Tel. 2073212. Permanente; **Baixa da Banheira:** Cardoso, R. Liberdade, 59, Tel. 2041044. Até às 19 h;

HÁ 20 ANOS



Vendedores de automóveis - que ordenado?

Uma classe abandonada? Sem sindicato próprio (constituindo uma secção do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa), sem contrato colectivo de trabalho (regulando as suas relações com as empresas pelo contrato dos seus colegas do Norte), os vendedores de automóveis de Lisboa estão neste momento empenhados em resolver alguns problemas básicos da sua vida colectiva. Um assunto fundamental se levanta: a consideração por parte das empresas de Lisboa, para efeitos de subsídios de férias e outros, do ordenado real dos empregados, ou seja, a parte fixa e a parte variável (comissões de vendas) das remunerações que auferem, e não somente a parte fixa (ordenado mínimo mensal, que não excede os 2500\$00).

Israelitas - guerra com o Egipto

«Encontramo-nos em estado de guerra com o Egipto. Estamos preparados para desferir golpes cada vez mais duros» - declarou aos paraquedistas que tomaram a ilha de Shadwan o chefe do Estado-Maior israelita, na quarta-feira à noite, horas antes do início da operação, segundo revelou em Tel-Aviv um jornalista autorizado a assistir ao «briefing».

«Esquadrão da Morte» - doze execuções?

O «Esquadrão da Morte» de Santos (Balas de Prata) tenciona «executar» 12 «criminosos» - anunciou em Santos um indivíduo que se intitula «Lírio Branco de Santos» e que afirma ser o porta-voz da secção de relações públicas do esquadrão.

EFEMÉRIDES

1777

O Marquês de Pombal manda incendiar a Trafaria.

1905

Morre, em Lisboa, o caricaturista e ceramista Rafael Bordalo Pinheiro, criador da figura do «Zé Povinho».

1949

Realiza-se na «Quinta das Pedreiras» - antigo centro hípico - um comício da candidatura do general Norton de Matos, que ficaria conhecido como o «Comício da Fonte da Moura».

1963

Inicia-se na colónia portuguesa da Guiné a luta armada de libertação nacional dirigida pelo PAIGC.

1981

A escritora Margarite Youcenar torna-se a primeira mulher a ser admitida na Academia Francesa, fundada em 1635.

1984

É entregue no Parlamento português um abaixo-assinado contra a legalização do aborto, subscrito por mais de 545 mil pessoas adultas de todo o País.

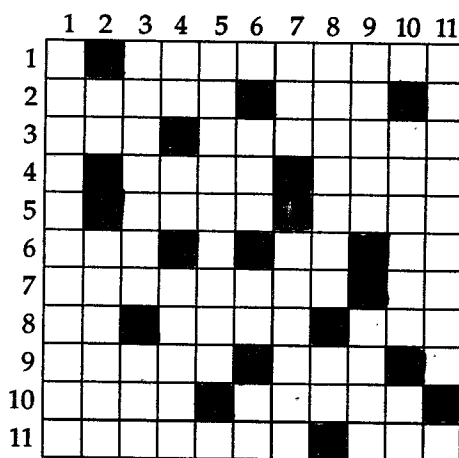
1987

O nadador português Alexandre Yokochi conquista a medalha de ouro nos 200 metros bruços no «meeting» internacional da Golden Cup, em Estrasburgo.

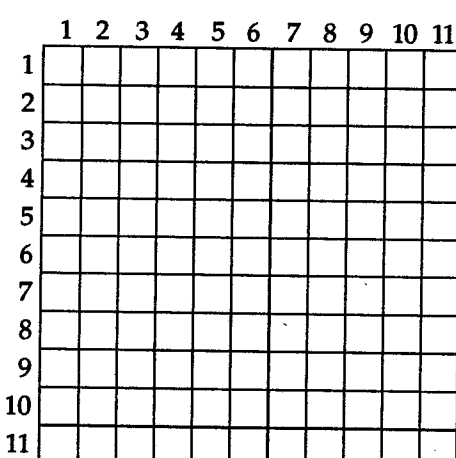
1989

Morre o pintor surrealista espanhol Salvador Dali, Marques de Pubol, 84 anos.

PALAVRAS CRUZADAS



PROBLEMA N.º 17842



PROBLEMA N.º 16652

HORIZONTAIS:
1 - Artigo definido.
Raptura.
2 - Louco. Amio.
3 - Direcção.
Comportamento onde se preparam os alimentos.
4 - Apelido. Soar.
5 - Nas mitologias grega e romana, Deus dos ventos, filho de Júpiter e da ninfa Menalipo. Tosta.
6 - Figura que simboliza o povo americano.
Primeira das três palavras que formam a voz onomatopáica imitativa de choro ou riso. Senhor.
7 - Magnetizares.
Nesse lugar.
8 - Compaixão. Lavrar.
Ilha do estado da Baía.
9 - Carro ligeiro, de duas rodas, usado na África do Norte. Rio da Rússia.
10 - Oferecer. Vender a crédito.
11 - Doutrina (pl). Cidade do Sul da Nigéria.

Resolva completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

VERTICAIS:
1 - Infórmio.
2 - Interjeição do Brasil.
Nome dado a várias colectâneas líricas de Romário publicadas entre 1552-1578.
3 - Coroa. Donzela de Orleans.
4 - Espera deferimento. Satélite de Júpiter. Rio de Portugal.
5 - Calcar bem.
6 - Sufixo que designa abundância. Batráquio. Nota musical.
7 - Executa. Homens ilustres por feitos guerreiros.
8 - Procurais reproduzir o que outrem fez. Quiloampere (abrev.).
9 - Povo da Ásia. O mesmo que mãe-d'água.
10 - Rei de Marrocos em 1961. Décimo primeiro mês do calendário árabe.
11 - Desceriam na água (os hidroviáveis).

HORIZONTAIS:
1 - Antigo peso de Malaca. Curas.
2 - Género de crustáceos. Pronome pessoal. Cidade dos Países Baixos.
3 - Caruma. Agarrar.
4 - Senhor. Reis. Progenie que abrange várias famílias (lnd.).
5 - Que é do ar. Seguias.
6 - Disfarçar.
7 - Apelido.
8 - Ouro (s.q.). Pesquisas. Nota musical.
9 - Nesse lugar. Suspiro. Prata (s.q.).
10 - Equipar. Livre de perigo.
11 - Costumadas. Camareiras.

VERTICAIS:
1 - Atravessa. Guardas segredo.
2 - Aguce. Letra grega.
3 - Caminha para cá. Viscera dupla. Estime.
4 - Lavrem.
5 - Vê. Ave da família dos cotingidos. Batráquio.
6 - O lado do vento. Folha de ferro estanhada.
7 - Freguesia do concelho de Ponte de Lima. Agentes (pop.).
8 - Preposição e artigo. Grande quantidade. Autores.
9 - Feixe de luz do sol (pl). Vi.
10 - Acrescentar. Limpa com água.
11 - Tempo do verbo ser. Feliteiros.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17841

HORIZONTAIS: 1 - A. RICO. NÃO. 2 - Taal. Oposto. 3 - Bar. Ora. 4 - Inaco. Bispo. 5 - Canoro. Rs. 6 - Dão. Pê. Co. 7 - Dal. II. Pomo. 8 - Em. Abanarem. 9 - Viseiras. Ti. 10 - AAAA. Sãos. At. 11 - Solo. Ansa.
VERTICAIS: 1 - Átrio. DEVAS. 2 - A. Damião. 3 - Rabaçal. Sal. 4 - Ilção. Ae. 5 - Nor. Ibis. 6 - Oó. Ópiaras. 7 - POBRE. NÃO. 8 - Nório. Passa. 9 - Asas. Cor. 10 - To. PROMETAS. 11 - Ocos. Omia.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16651

HORIZONTAIS: 1 - Sanar. Sopas. 2 - Adoro. Adega. 3 - Tom. Ricas. 4 - Agem. Leoa. 5 - Amara. Ur. 6 - Remo. Az. 7 - Aarau. Calim. 8 - Lia. Nuas. Ri. 9 - Arcai. Redor. 10 - Deã. Au. Lãs. 11 - As. Im. Morar.
VERTICAIS: 1 - Sapa. Caláda. 2 - Ad. Ga. Aires. 3 - Notem. Raça. 4 - Aromara. 5 - Rom. Reuniam. 6 - Mal. 7 - Sare. Ocar. 8 - Odiou. Aselo. 9 - Pecar. Dar. 10 - Agás. Airosa. 11 - Sãs. Izmür.

PROVÉRBIO:

A RICO
NÃO DEVAS
A DOBRE
NÃO PROMETAS

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB

Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496

ENTRE PRIMOS

Filme de Joel Schumacher c/ Ted Danson e Isabella Rossellini.

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 1

CHUVA NEGRA

Filme de Ridley Scott c/ Michael Douglas e Andy Garcia.

Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00.

ALFA 2

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.

Maiores de 6 anos
Sessões às 13.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4

O CLUBE DOS POETAS MORTOS

Filme de Peter Weir c/ Robin Williams

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa
Telef. 691275

CHUVA NEGRA

Com Michael Douglas e Andy Garcia

Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Maiores de 6 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 00.15 horas

AMOREIRAS 4

HOMEM APAIXONADO

Filme de Diane Kurys c/ Greta Scacchi e Peter Coyote

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5

SEXO, MENTIRAS E VIDEO

Filme de Steven Soderbergh c/ James Spader e Andie MacDowell

Maiores de 16 anos.
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 6

ENTRE PRIMOS

Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 7

CINEMA PARAÍSO

Filme de Giuseppe Tornatore c/ Philippe Noiret e Jacques Perrin

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 8

ABISMO

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 9

A SOMBRA DO ASSASSINO

Filme de Robert Kirk c/ Anthony Perkins e Deborah Foreman

Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 E 24.00 horas.

AMOREIRAS 10

O CLUBE DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas..

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319

O CLUBE DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA

Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 18, 21.30

CINE CAMÕES

R. do Loreto, 15



CINEMA Paraíso

SOVEREIGN

Cinema Paraíso
Em exibição na sala 4 Quarteto Filme qualidade PUB M/12 anos

Telef. 324194

AMOR CHOCANTE

Filme de Joe D'Amato
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO

Parque Mayer,
A VICIOSA LAURA
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
A TURMA DO SEXO
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.3, 16.45, 19, 21.30 e 23.30.

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
VINGANÇA SELVAGEM
Filme de Lee Thompson c/ Charles Bronson
Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas

CINE PORTELA

ESTÚDIO ANUSHA
Telef. 9434762
EMANUELLE
Com Monique Gabrielle e C. Hadester
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CINE PORTELA

ESTÚDIO SHEZA
SKINDEEP - O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
Com Vicent Gardenia e Alyson Reed
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

CINEMATECA PORTUGUESA

R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546529/546085
CICLO ANOS 60/ANOS 80
RED LINE 7000
De Howard Hawks c/James Caan e Lçaura Deven, às 18.30 horas.
THE RIGHT STUFF
De Philip Kaufman c/ Charles Frank e Scott Glenn, às 21.30 horas.

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
HOMEM APAIXONADO
Maires de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES

Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas

ESTÚDIO

Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

21.30 horas.

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
TENNESSEE BUCK E OS SALTEADORES DA TRIBO PERDIDA
Com David Keith e Kathy Shower
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1

Estrada de Benfca 503
Tel 7145088
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2

O ABISMO

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Um filme de Jaime Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15.

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037

AUDITÓRIO 1

O PROCESSO DO REI
Filme de qualidade de João Mário Grilo
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45 e 21.45 horas.

FORUM PICOAS

AUDITÓRIO 2

A BELA DE DIA
Filme de qualidade de Luis Buñuel com Catherine Deneuve e Jean Sorel.
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.00, 19.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO

Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
CÓDIGO COBRA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1

Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
O CLUBE DOS POETAS MORTOS



BARREIRO

MOUSETTE SILVINA
DE
ABREU GONÇALVES

Agradecimento

Seu filho e mais família agradecem a todas as pessoas que a acompanharam à sua última morada ou que de qualquer forma testemunharam o seu pesar.



«Clube dos Poetas Mortos» em exibição em várias salas de Lisboa

CARTAZ

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2
COMO O CÉU SE ENGANOU
De Emile Ardolino
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 3
KINJITE - JUSTIÇA À MARGEM DA LEI
Com Charles Bronson
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
Telef. 3631162
CINEMA PARAÍSO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES
Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
CINEMA PARAÍSO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão
Telef. 538743
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362
O CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON
R. dos Condes, 4
Telef. 326283
O INFERNO DOS HERÓIS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19 e 21.30 horas.

OLIMPIA
R. dos Condes, 13
Telef. 325309
O BAR DO SEXO
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00,

21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA
R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305
O DESAFIO DOS CAMPEÕES
Filme de Fritz Kiersch c/Don Michael Paul e Kathleen York
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378
SKINDEEP-O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3
REGRESSO A VIENA
Filme de Alex Corti
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.
QUARTETO 4
CINEMA PARAÍSO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24 horas.

SÃO JORGE 1
Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

SÃO JORGE 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

7ª ARTE
Av. da República
Telef. 730715
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

TRIBUNAL JUDICIAL DE GUARDA

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da data da segunda e última publicação do anúncio.
Execução SUMÁRIA n.º 123/88 — 3.ª secção.
Exequentes — Cerâmica Duarte da Mota, Lda.
Executado — Cardoso & Cardoso, António Jorge Cardoso e Abílio Cardoso.

Guarda, 21 de Dezembro de 1989.

O Juiz de Direito,
(assinatura ilegível)

A escriturária,
(assinatura ilegível)

(DL) 23/1/90 — 1.ª Pub



«O Regresso de Bucha e Estica» c/ Juvenal Garcês e Eduardo Firmo, em exibição no Ritz Clube

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30.

TERMINAL
Estação do Rossio
Telef. 371573
JUSTIÇA À MARGEM DA LEI

De J. Lee Thopson
Maiores de 16 anos.
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30

TURIM
Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666
PROFISSÃO. DURO
Filme de Rowdy Herringtony
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
Av. da Liberdade, 9
Telef. 3468446
CARATÉ KIDD
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas
O PRADADOR
Com Arnold Schwarzenegger
Maiores de 18 anos.
De Seg. a Sáb às 23.30 horas.

SINTRA
AMADORA BABILÓNIA

Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

CACÉM- ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570
Encerrado para descanso do pessoal

QUELUZ - KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
SALA 1
KINJITE-JUSTIÇA À MARGEM DA LEI
Maiores de 12 anos

Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas
SALA 2
EM BUSCA DO MARFIM MÁGICO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.
SALA 3
O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45

CASCAIS
OEIRAS
ALTO DA BARRA 1
Telef. 4439759
CYBORG
Maiores de 16 anos.

Sessões às 15.15 e 21.30 horas

ALTO DA BARRA 2
UMA HISTÓRIA DE VERÃO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS - CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
O VELHO GRINGO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

CINE PALMEIRAS 2
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS - ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
O ABISMO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS - MIRAMAR 1
Telef. 2841744
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

MIRAMAR 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD
Telef. 2865027
GOLPE DE VINGANÇA
Maiores de 16 anos
Sessões de 2ª a 6ª às 16.00 e 21.30; Sáb. Dom. e Feriados às 15.30, 18.00 e 21.30 horas

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

GLI ORAZI E I CURIASI (HORÁCIOS e CURIÁCIOS)

ÓPERA EM 2 ACTOS
D. CIMAROSA

JANEIRO, 19, 23, 25 (20H30), 21 (16H00)

Direção Musical: Alan CURTIS
Encenação: João PERRY
Cenografia: Manuel REIS
Figurinos: Manuela GONÇALVES
Luzes: Paulo GRACA
Assistência de movimento: Olga RORIZ

Anna Caterina ANTONACCI * Elvira FERREIRA * Helena VIEIRA
Lia ALTAVILLA * Carlos GUILHERME * António SILVA
Jorge VAZ DE CARVALHO

Bilhetes à venda na
Bilhetaria do T.N.S.C.
e agências AREP e ALVALADE

CORO do TEATRO NACIONAL de SÃO CARLOS
Maestro Titular: Gianni BELTRAMI
Maestro Assistente: João Paulo SANTOS

Preço máximo: 3 000\$00
Preço mínimo: 500\$00

ORQUESTRA SINFÓNICA do TEATRO NACIONAL de SÃO CARLOS

Patrocínio da Fundação de Mecenato Cultural do Teatro Nacional de São Carlos

APOIOS: RTP, Antena 1, RGE, INDEPENDENTE

CARTAZ

ALMADA

ALMADA ACADEMIA ALMADENSE
 Telef. 2752127
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
 Maiores de 12 anos.
 Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DA CAPARICA
CINEMA PESCADOR
 Telf. 2905350
BRAVOS E HERÓIS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30, 21.45

TEATRO LISBOA

A BARRACA - CIN-EARTE
 Largo de Santos, nº 2 -
 Telef. 665360 ou 686300
 De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom. às 16 horas.
MARGARIDA DO MONTE
 De Marcelino Mesquita

INSTITUTO FRANCO-PORTUGUÊS
 Av. Luís Bivar, 91 - Telef. 544389
 De 5ª a Sáb. às 21.30; Dom. às 17.00 horas.
LES BATISSEURS D'EMPIRE
 De Boris Vian. Encenação de Daniel Beauron.

TEATRO DA COMUNA
 Praça de Espanha - Telef. 7260818
 De 2ª a Sáb. às 21.30 horas. Dom. às 17.00 horas, descanso à 4ª Feira.
SALA 1
PÉCORA de Natália Correia.
SALA 2
 Sexta às 21.30, Sáb. às 16.00 e 21.30; Domingo às 16 horas.
A PREGAÇÃO
 De João Brites, pelo Grupo O Bando
CAFÉ TEATRO FESTIVAL DA OTITE
 De Carlos Paulo. Sáb. às 24 horas

RITZ CLUB
 R. da Glória, 57 - Telef. 325140
 De 3ª a Sábado às 21.30; Sábado e Domingo às 16.00 horas.
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA.
 Encenação de Mário Viegas.

TEATRO ABC
 Parque Mayer - Telef. 3466783
 De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16 horas.
AI CAVAQUINHO
 De Eduardo Damas c/ Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

TEATRO ABERTO
 Praça de Espanha - Telefone 778898
 De 5ª a Sábado às 21.30 horas. Domingos às 16 horas.
HAPPY END
 De Dorothy Lane/Bertolt Brecht.

TEATRO MAIZUM
 R. dos Poiais de S. Bento, 75-B. Telef. 601866



Pintura de Noronha da Costa, na Galeria Nasoni (Lisboa - Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9 A)

Sáb. e Dom. às 16 horas.
A LINGUAGEM DOS ANIMAIS
 De António Botto.

TEATRO DA POLITÉCNICA
 R. da Escola Politécnica, 58 - Telef. 674474
 De 3ª a Sábado às 21.00; Domingos às 16 horas.
D. JOÃO E A MÁSCARA
 De António Patrício

VARIEDADES
 Parque Mayer - Telef. 326037.
 De 3ª a Domingo às 21.30; Domingos e Feriados às 16.00 horas.
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ.
 Versão livre de Henrique Santana.

TEATRO VILLARET
 Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586
 De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb. às 20.30 e 22.45; Domingos e Feriados às 16.00 e 21.30 horas.
ORA BATE...BATMAN'SO

OUTRAS

LOCALIDADES

ESTORIL
TEATRO DO CASINO
 Telefone 2684521
 De 3ª a Sáb. às 22 horas; Dom. às 17 horas.
WHAT HAPPENED TO MADALENA IGLÉSIAS?
 Texto e encenação de Filipe La Féria.

ODIVELAS
TEATRO DA MAL-APOSTA

R. de Angola, Olival de Basto - Telefone 9873299
 De 3ª a Sáb. às 21.30; Domingos às 16.00 horas.
O RENDER DOS HERÓIS
 De José Cardoso Pires.
 Encenação de José Martins, pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garret.

PORTO TEAR

R. do Heroísmo, 86 - Telef. 573265.
 De 3ª a Sáb. às 21.30; Domingos às 16.00 horas.
JARDIM DAS CEREJEIRAS
 De Anton Tchekov, pelo TEAR. Encenação de Rogério de Carvalho.

EXPOSIÇÕES

LISBOA

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (Jerónimos): de terça a domingo, das 10 às 12.30 e das 14 às 17, uma exposição permanente que integra centenas de milhares de peças, entre as quais um conjunto pré-histórico de 300 peças de ouro.

MUSEU NACIONAL DO TEATRO: até 27 de Março (Dia Mundial do Teatro), "Amália, 50 Anos" com entrada gratuita aos domingos de manhã.
MUSEU NACIONAL DO TRAJE: a aexposições "Joias de Ana Campos" e "As Bandeiras do Mês - Portugal Dinamarca". Até Abril, "Tramas e Sortilégios" de Teresa Segurado Pavão;
BIBLIOTECA

NACIONAL: a exposição "Portugal no Século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa
GULBENKIAN (Galerias das Exposições Temporárias): organizada pelo Museu Stedelijk de Amsterdão em colaboração com a Fundação Gulbenkian, uma exposição de Pintura, Escultura e Fotografia do Uruguai, Argentina, Brasil e Chile, constituída por algumas dezenas de obras contemporâneas, representativas das novas correntes artísticas daqueles países e em que estão representados os principais artistas sul-americanos; até 5 de Fevereiro, "Três Séculos de Gravura Cubana", uma exposição constituída por obras da Coleção do Museu Nacional Cubano de Havana, representada por 110 obras dos principais artistas cubanos dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.

PALÁCIO FOZ: até 2 de Fevereiro, uma exposição fotográfica sobre a etnografia angolana do cneasta António de Sousa.

GALERIA NASONI (Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-A): Pintura de Noronha da Costa.
ALFAMA-GALERIA DE ARTE (R. das Flores, 109): Pintura e Escultura Espanhola Contemporânea.
ALFA MIXTA (Escola Geraís, 34): até 10 de Fevereiro, de terça a sábado das 14 às 20 horas, Pintura e Escultura de Liane katsuki, Romy Castro, Scoditti e Sobral Centeno.

RÁDIO

ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral e 99.4 em FM - Zona de Lisboa
 14.00: O Linho e a Seda;
 15.00: Contraste; 17.00: Antena 1 - Regiões - 2ª Edição; 17.15: Porto d'Abriço.

Onda Média em FM Estéreo

14.00: Gerações por Minuto; 17.00: Sete Mares; 19.00: Música; 20.00: No Estúdio e no Estádio; 20.15: Musical; 20.30: A Voz da Solidariedade; 21.00: Música Portuguesa; 21.30: Imaginário. Noticiários de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional FM -2 Estéreo

17.00: Música; 17.30: Sonata Nª3 em Si Menor, de Chopin; 18.15: Ângulos e Reflexos; 19.00: Integrais - os 23 quartetos de cordas de Mozart; 19.33: Album Musical; 20.40: Esta Madrugada no Dois; 21.00: Ciência e Tecnologia... A Procura sem Fim; 21.30: Uma Obra - Duas Versões; 23.00: Euroradio - O Festival de Música electroacústica de Estocolmo, 1988; 00.35: Ao Serão com Música de Câmara; 02.00: Música na Madrugada. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397m

16.30: Quando o Telefone Toca; 17.00: Contacto; 19.00: Jornal; 19.30: Quando o Telefone Toca; 20.00: Praça de Táxis; 21.00: Pela Estrada Fora; 22.00: Religiosos; 22.15:

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA 2.º JUÍZO

Proc.º n.º 603-A/86-Ex. Sent.

ANÚNCIO

3.ª Secção 2.ª Pub

A Doutora Helena Lopes, Juíza de Direito do Segundo Juízo e Terceira Secção do Tribunal do Trabalho de Lisboa.

FAZ SABER que, por este Juízo e Secção, correm editos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os credores desconhecidos da Executiva DIÁSTÉCNICA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS E REALIZAÇÕES DE TURISMO, LDA., com sede conhecida na Av. António Augusto de Aguiar, n.º 3-2, C e D em Lisboa, para no prazo de DEZ DIAS posteriores aos ditos editos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto do seguinte bem penhorado - Fracção autónoma, designada pelas letras AA, que constitui o 6.º andar, letra D, do prédio urbano sito na Urbanização da Arroja, designado por lote n.º 73, freguesia de Odivelas, concelho de Loures inscrito na respectiva matriz sob o n.º 30 464 do livro B-87 da Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sobre que tenham garantia real, nos autos de Execução de Sentença em que é Exequente Carlos António Dias, residente na Urbanização da Arroja, Lote-3-2.º Frente, em Odivelas e nos termos do Art.º 864º e seguintes do CPC.

Lisboa, 05 de Janeiro de 1990

A Juíza de Direito

Helena Lopes

O Escrivão Judicial

Fernando Correia Estêvão

DL 23/1/90 2.ª Pub

Desporto; 23.00: 24ª Hora.

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz
 18.00: RDS-Rádio das Seis;
 21.00: Mercado de Sonhos;
 00.00: A Noite Passada;
 01.00: Som da Frente; 03.00: Quem Tramou o Locutor.

RÁDIO

RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM

15.00: Hora da Música;
 16.00: Banda da Amizade;
 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço;
 19.00: A Viagem Continua;
 20.00: Boa Nova; 20.30: Conversa de Amigos;
 21.00: Sequência; 22.00: Revista; 22.30: Bola Branca;
 23.30: Suplemento Especial da BBC; 23.55: Meditando. Noticiários de hora a hora.

RFM

RFM - Canal 2
 Rede Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula Três; 19.00: Atlântida; 20.00: Serra de Estrelas; 22.00: Oceano Pacífico. Noticiários de hora a hora.

VOZ DE LISBOA

15.00: Equipa da Tarde;
 18.00: Bola Branca; 18.30: Sete Colinas; 20.00: Diálogo; 20.30: Transmissão do Terço; 21.00: Lisboa à Noite.

VOZ DO PORTO

16.00: Pólo Norte; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: G r a n d e Porto Informação; 20.00: Boa Nova; 20.30: Conversa de Amigos; 21.00: Palácio de Cristal; 22.30: Bola Branca.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

AÚNCIO

O DR. JOAQUIM VALENTE DE PI-NHO, Meretíssimo Juiz de Direito no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de OLIVEIRA DE AZEMÉIS

FAZ SABER que, pela 1.ª Secção/1.º Juízo deste Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis, nos autos de Execução de Sentença n.º 108-b/87 que Fianjo - Indústria de Calçado Ld.ª, com sede em Samil - S. Roque, nesta comarca, move a TOLENTINO PIANÇO HORTA, comerciante, residente na Rua Rosas de Pombal, 23) Cova da Piedade - Almada, correm editos de 20 dias, a contar da 2.ª e última publicação do respectivo anúncio, citando os credores desconhecidos do executado para a execução, na qual podem reclamar o pagamento dos seus créditos, no prazo de 10 DIAS, posterior aos dos editos e nos termos do art.º 865.º do Código Processo Civil.

Ol.ª de Azeméis, 15 de Janeiro de 1990.

O JUIZ DE DIREITO,

Joaquim Valente de Pinho

O ESCRIVÃO ADJUNTO,

Luís Manuel Correia de Matos

«DL» 23/1/90 2.ª Pub

COMUNA - TEATRO DE PESQUISA
2.ª FEIRA A SÁBADO - 21.30
★ DOMINGO, 17H ★ FOLGA - 4.ª FEIRA
 TEXTO NATÁLIA CORREIA
 ENCENAÇÃO JOAO MOTA
 MÚSICA JOSE MARIO BRANCO
A PECORA
 «AUTO DA PAIXÃO DE SANTA MELÂNIA»
 APOIOS: PUBLICAÇÕES D. BUIXOTE • FNAC • GABELEIRAS CITY • RÁDIO COMERCIAL • ANTENA 94
 PRACA DE ESPANHA T.726 0818
 Subsidios: Secretaria de Estado da Cultura e Fundação Calouste Gulbenkian

SNOOPY POR SCHULZ



CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE
RTP-1

16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO

A festa de aniversário de Clay está à porta e quando o eterno resmungão Gocha chega, finalmente, com o presente, as suas intenções não são compreendidas. Muito ofendido, Gocha abandona a festa e fica tão desesperado que resolve sair da floresta e começar tudo de novo. Mas, após se perseguido por uma águia e a sua vida correr perigo, decide voltar para junto de Clay.

18.30- RUA SÉSAMO

57º episódio

18.55 - JOGO DE CARTAS
Concurso

19.18 - BOLETIM METEOROLÓGICO
PARA A AGRICULTURA

19.30 - TELEJORNAL

20.00 - BOLSA DIA A DIA

20.05 - O TEMPO

20.08 - DESCOBRIR OS DESCOBRIMENTOS

20.11- BOLETIM AGRÁRIO

20.15 - VALE TUDO

21.10 - PRIMEIRA PÁGINA

22.10 - CRÓNICA DO CRIME

19º episódio: Luca encontra-se com Taglia e Holman a fim de os induzir nos "métodos de trabalho" a adoptarem num casino acabado de inaugurar em Las Vegas. Contra o que é hábito no negócio, Luca aconselha os seus homens a fazerem tudo para o casino perder dinheiro. Perante a insistência de Pauli Taglia, o "patrão" opta por um tom convenientemente misterioso. Poucas semanas depois, Statler, dono do casino, começa a ter sérias razões para ficar preocupado. Enquanto isto, Torello prossegue a caça a Ray Luca.

23.00 - 24 HORAS

23.30 - REMATE

RTP-2

14.50 - ESPECIAL DESPORTO
Boavista-Feirense em futebol, para o



Fátima continua a tentar conquistar Afonso... acontece em "Vale Tudo", a partir das 20.15 no 1º Canal



Às 17 e 50 no 2º Canal, o 24º episódio de "O Meu Pé de Laranja Lima"

Nacional da 1ª Divisão
16.55 - OS NOVOS CAÇA FANTASMAS

9º episódio: Pete, Winston e Egon vão à estação dos comboios para se despedirem de Ray, que vai regressar a casa. Ao chegar a Morseville, Ray é aplaudido pela multidão e entre os presentes está Elaine, uma mulher por quem um dia ele esteve apaixonado, bem como Allan Favish, que inveja a sua fama. Favish menciona astuciosamente que Elaine herdou uma casa assombrada e Ray dispõe-se, de imediato, a fazer uma

demonstração dos seus poderes.

17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO

17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA

24º episódio: Godoya vai à venda e encontra Lili e Henrique juntos. Arma-se, então, a confusão: Lili pensa que Diogo e Godoya estão a namorar pois ele representa essa farsa para lhe fazer ciúmes. Eugénia continua a fazer "macumbas" para conquistar Caetano, apesar dos avisos da professora Cecília. Túlio Santana começa os preparativos do Carnaval. Lili começa a dizer, entretanto, que está farta do trabalho da fábrica e recusa-se a ajudar as irmãs na lida da casa. Quando Jandira e Estefânia a repreendem, Lili diz-lhes que tenciona deixar o emprego e ir viver para a cidade.

18.25 - MUSIC BOX

19.30 - CLÁSSICOS DA TV

«O Homem da Carabina» e «O

Homem Invisível»

20.25 - CINE MAGAZINE

21.00 - JORNAL DAS NOVE

21.30 - CINEMADOIS

"Uma Criança à Espera": um filme de John Cassavetes, com Judy Garland, Burt Lancaster, Gena

Rowlands, Steven Hill e Bruce Richtney (preto e branco, duração 102 minutos). Burt Lancaster representa o papel de um director de uma instituição para deficientes mentais, adepto de métodos de tratamento tradicionais. A sua assistente, interpretada por Judy Garland, não concorda com a sua maneira de proceder. Ela prefere tratar os doentes com carinho, para lhes fazer sentir que são amados...

ALBA

ANTENAS PARABÓLICAS
ACESSÍVEIS A TODOS

INFORME-SE NA
AUDIMAX

TEL. 410 62 75
ALGÉS

AMANHÃ
RTP-1

09.01 - BOM DIA

10.00 - ÀS DEZ

12.05 - FERA RADICAL

13.00 - JORNAL DA TARDE

13.27 - BOLSA DIA A DIA

13.30 - COLT EM ACÇÃO

14.15 - PALAVRAS CRUZADAS

15.00 - É TUDO COMÉDIA

15.15 - ARCO-IRIS AFRICANO

15.45 - PONTO POR PONTO

16.40 - HOSPITAL CENTRAL

17.25 - BRINCA BRINCANDO

18.35 - RUA SÉSAMO

19.00 - JOGO DE CARTAS

19.30 - TELEJORNAL

20.00 - BOLSA DIA A DIA

20.05 - O TEMPO

20.08 - DESCOBRIR OS DESCOBRIMENTOS

20.11- BOLETIM AGRÁRIO

20.15 - VALE TUDO

21.10 - VAMOS JOGAR NO TOTO-BOLA

21.25 - LOTAÇÃO ESGOTADA

"Ladrão por Excelência"

23.30 - 24 HORAS

24.00 - REMATE

RTP-2

15.01 - FILHOS E FILHAS

15.25 - AGORA, ESCOLHA!

16.55 - OS CAMPBELLS

17.20 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA

18.10 - CAMPEONATO DA EUROPA

Futebol de salão

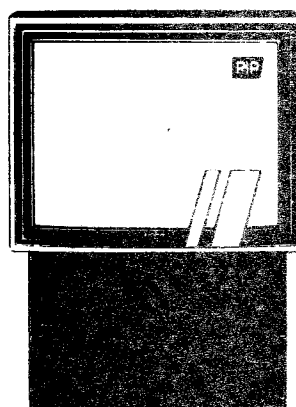
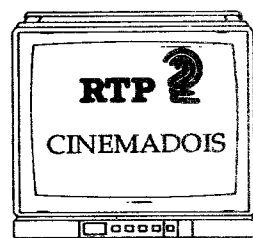
20.05 - CLÁSSICOS DA TV

20.30 - LUSITÂNIA EXPRESSO

21.00 - JORNAL DAS NOVE

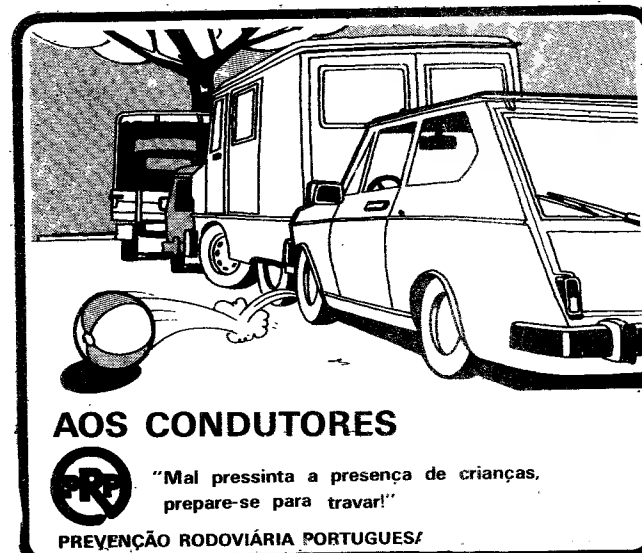
22.25 - REVOLUÇÃO GENÉTICA

23.15 - SOM DA SURPRESA

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...

● **BLAUPUNKT**
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença



AOS CONDUTORES



"Mal pressinta a presença de crianças,
prepare-se para travar!"

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA



«O PSD deve rejuvenescer os seus quadros e encarar uma nova forma de fazer política.»

Carlos Coelho, «A Capital», 22.01.90

A PERGUNTA DO DIA



Rui Veloso
músico

Como vai ser o seu próximo disco?

«Para já, vai ser um duplo album. É um conjunto de histórias em volta do mesmo assunto. Há um grupo de amigos que tem um *quinteto* chamado MINGOS E OS SÁ MORAIS. E este é precisamente o nome do disco. A história deste grupo, que era um grupo de baile, situa-se antes do 25 de Abril, na altura em que os conjuntos se separavam antes de ir para a guerra colonial.

É um disco que nos faz regressar um bocado ao passado. Há uma mistura de estilos, dependendo da situação da letra: swing, blues, rock and roll,.... Tem uma certa piada porque tem muito a ver com a nossa vivência de miúdos. Contam-se histórias sobre alguns episódios picarescos da nossa juventude, seja a comunhão solene ou aquela história dos 'irmãos de sangue'. Há ainda referências aos tempos da escola e às brincadeiras daquela época.

Em princípio, o disco vai ser publicado no mês de Abril.»

Quarta-feira no

Diário de Lisboa

Sondagem DL:
o segredo de Estado

Joaquim Letria
comenta a invasão
do Panamá
pelos EUA

Artigo
de Raul Rêgo

O cartoon
de Pedro Palma

A economia
em Portugal
e no Leste

ENTREVISTA

Joaquim Ferreira do Amaral é o ministro do Comércio e Turismo. Gosta de o ser e de «fazer um bom lugar» e confessa que são os comerciantes que lhe absorvem mais tempo

«Somos um país de comerciantes»



D.L. - Gosta de ser ministro?

F.A. - ... Gosto.

D.L. - Porquê?

F.A. - Pela noção da responsabilidade que tenho. Só se gosta de ser ministro quem leva a sério, quem leva muito a sério este lugar e eu levo. E quando se leva muito a sério acaba por gostar-se daquilo que se faz. Esta é a razão. Não propriamente pelas flores de ser ministro, que essas até, algumas me desagradam. Gosto sobretudo pela responsabilidade que traz...

D.L. - E o que é que lhe desagrada mais no ser ministro?

F.A. - A popularidade... A popularidade, ou o facto de ser reconhecido...

D.L. - Não gosta?

F.A. - Não.

D.L. - Perturba-o?

F.A. - Não, tira graus de liberdade às pessoas. O avontade do anonimato desaparece.

D.L. - É um dos ministros com melhor imagem neste Governo. O que é que faz para isso acontecer?

F.A. - Olhe, nada de especial. A não ser o facto de ter uma preocupação muito grande, que julgo que é essencial nestes cargos: raras vezes falo no que vou fazer ou naquilo que pretendo fazer. Só gosto de revelar aquilo que a opinião pública precisa de saber e não propriamente fazer propaganda de mim mesmo.

D.L. - Agradou-lhe a recente remodelação ministerial?

F.A. - ... Para mim, o que me interessa sou eu próprio. Não vou falar de coisas que têm a ver com os outros. A única questão que eu digo e

repito é que estou tão empenhado como estava dantes em fazer um bom lugar.

D.L. - Julga que o Governo que resultou desta remodelação tem o mesmo nível que o elenco anterior?

F.A. - Julgo que vamos fazer um bom trabalho. É a minha convicção sincera.

D.L. - O seu cavalo de batalha é o investimento estrangeiro...

F.A. - É o que aparece mais ao público, são aqueles factos mais notórios. Não é propriamente o meu cavalo de batalha.

D.L. - Qual é o seu cavalo de batalha?

F.A. - São as três áreas em que tenho influência. Se me perguntar aquela que me dá mais trabalho direi que é o Comércio Interno, embora as pessoas não notem.

D.L. - Porquê?

F.A. - Porque somos um país de comerciantes, temos 300 mil comerciantes, o que nos cria muitos problemas, que se vão resolvendo dia a dia. Portanto, é talvez aquilo que me absorve mais tempo.

D.L. - E o que é que faz para atrair investimento estrangeiro?

F.A. - Normalmente duas coisas. A primeira - e isto é que é a mudança -, aparecer junto do investidor ou daquele que nós suspeitamos que vai ser investidor e, segunda, dizer sempre a verdade. É a questão mais importante quando se mostram as condições de investimento: apresentar a realidade.

D.L. - E o investimento tem crescido?

F.A. - Tem.

D.L. - Muito?

F.A. - Muito. A contabilidade que temos apurada para

1989 deve dar 321 milhões de contos, o que significa mais do dobro que no ano anterior.

D.L. - Que é o estrangeiro vê em Portugal para investir tanto?

F.A. - Podia dar-lhe uma lista técnica, mas como depois me chamavam tecnocrático, vou falar-lhe de uma coisa que toda a gente percebe: vêem um espírito de progresso e isso é uma coisa muito importante. Dá uma diferença climática muito importante. Há, evidentemente razões mais técnicas, mas escuso de maçar os seus leitores com isso...

D.L. - Há mudanças nos fluxos turísticos em Portugal?

F.A. - Há. Menos ingleses, mais de outros mercados.

D.L. - O Algarve já não é o que era...

F.A. - Infelizmente. No que respeita a ordenamento têm-se cometido muitas asneiras, mas eu espero que a consciência da opinião pública impeça que se cometam mais.

D.L. - O seu ex-secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha afirmou ontem, ao «Diário de Notícias», que verbas do turismo terão sido desviadas para a indústria. É verdade?

F.A. - Não. De maneira nenhuma. Aliás, o anterior secretário de Estado não diz isso, o título da notícia é que diz. Ele diz que ouviu dizer e se ouviu dizer ouviu mal, porque isso até era impossível. São verbas de fundos diferentes.

D.L. - Portanto, não houve desvios para outros fins?

F.A. - Com certeza que não.

A.J.T.

meteorologia

Rosa de Cimarosa

Um encontro entre Cimarosa, o napolitano (*), e o público do S. Carlos: *Horácios e Cureácios*, uma das suas 60 óperas, estreou na semana passada e pode ainda ser vista e ouvida na quarta e sexta-feiras por esse público duplo: o público das óperas e o público do S. Carlos. Neste sentido, pouco mudou desde o Eça que consagrou ao S. Carlos belas e irónicas páginas. Estreia à la Eça? Procuo no camarote da direita um Ega, na frisa entreaberta à linda M.^{me} Cohen, um leque vago, o brilho de um binóculo (que ainda há).

Cantores nacionais, só no papel de Orazia, Anna Caterina Antonacci. Flores para ela! Infelizmente embrulhadas no celofane de agora: soprano dramático, atriz de corpo inteiro. É raro, mas acontece.

Aliás, isto e mais, é com Nuno Barreiros, crítico da especialidade, habituado a descalças botas, a decifrar os sinais das novas encenações, eventualmente apaixonadas mas sem gramática. Entendamo-nos: a ópera, na sua forma artística, nasceu como loucura da burguesia, como fantasia, como festa absurda, como *forum* de classe que sobe. Mas exactamente por isso, e pela sua italianidade de origem, pelo enredo heróico ou mitológico que o renascimento redescobriu, pela ordem formal, musical e de acção, prepara grandes dificuldades para as encenações de hoje, quando não querem ser, e eventualmente são, gratuitas, arbitrarias e musicais. Como dar a ver o insensato sem ser insensato? Como sacralizar sem cair na arqueologia, na nostalgia de pacotilha?

Ópera - prazer e desespero.

No entanto, o S. Carlos é também o *rendez-vous* de públicos específicos, ainda com frias abas dos casacos antes do início, durante o(s) intervalo(s) que se prolonga(m) e tece(m) uma manta de palavras, de tabaco e de café, e depois o adeus do fim, noite fechada, pelo Chiado da última tipóia que já não existe.

Jorge Listopad



(*)Dele se dizia: pequeno Mozart. Abriu-se a Leste: Viena, Praga, Rússia.

Dele se sabia: exilado de Nápoles, torceu pela Revolução Francesa. Morte em Veneza (1801).

Cimarosa, Domenico - nasceu num domingo (1749).

Para saber mais, consultar os dicionários e o excelente programa devido a Maria João Brilhante.

A.M.A. Auto Monumental do Aveiro

CONCESSIONÁRIOS  

AUTOMÓVEIS - PEÇAS - SERVIÇOS - OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

Diário de Lisboa

RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELÉF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX 73 54 17 — 1600 LISBOA

ECONOMIA

Berlaymont: renovação ou demolição?

Amianto vai desalojar funcionários da CEE

Bruxelas, do nosso correspondente

A Comissão Europeia reconheceu a necessidade de proceder a uma renovação geral do edifício do Berlaymont, em Bruxelas, devido à concentração de amianto que ameaça a saúde de milhares de funcionários de doze nacionalidades. As obras iniciam-se em 1991 e, até lá, estão a ser feitas 445 análises anuais para controlo das percentagens de fibras de amianto na atmosfera.

Um estudo foi encomendado a uma empresa especializada dinamarquesa, mas há quem sustente que só a demolição resolverá o problema da elevada concentração de amianto no Berlaymont, um edifício em forma de estrela, autêntica «ex-libris» de Bruxelas. Entretanto, apenas estão autorizadas as obras estritamente necessárias ao funcionamento dos serviços.

O amianto, um produto utilizado na construção de

muitos edifícios, sobretudo na década de 60, é reconhecidamente responsável por cancro nas vias respiratórias. Em sua substituição está a ser utilizada a lã de pedra, pouco agradável à pele, podendo provocar irritações que, segundo especialistas, não devem ser confundidas com manifestações alérgicas.

O cientista René Essche considerou a lã de pedra muito menos perigosa que o amianto, reconhecendo, no entanto, não poder garantir a sua inoquidade. Citou, a propósito, a posição da Agência Internacional contra o Cancro, um organismo da Organização Mundial de Saúde, que classificou as lãs minerais no grupo «potencialmente cancerígeno para o homem».

A Comissão Económica Europeia referiu-se à existência do amianto em Berlaymont como «uma evidência».

Esclareceu que são efectuados controlos da qualidade do ar com regularidade, bem

como outros tipos de análises especializadas.

Um porta-voz da Comissão afirmou ao DL que nenhuma das análises efectuadas mostrou a presença de fibras de amianto no ar, pelo menos em percentagens superiores às previstas pela legislação europeia (uma fibra por centímetro cúbico) e nem sequer à que estipula a lei belga (0,25 por centímetro cúbico).

Mais de 85 por cento das análises registaram resultados inferiores ou iguais a 0,01 por centímetro cúbico, ou seja o nível previsto pela lei para um edifício onde o amianto tenha sido completamente retirado.

Condições de trabalho

Os serviços da Comissão decidiram-se pela opção de quaisquer trabalhos de construção civil no edifício, com excepção dos casos de absoluta necessidade para o bom funcionamento dos serviços.

No entanto, ainda recentemente foram inaugurados os novos refeitórios do pessoal, sacrificado durante muitos meses a optar por um provisório ou por instalações similares noutros edifícios, mas usufruindo agora de um ambiente que rivaliza com qualquer restaurante da cidade.

Entretanto, uma empresa dinamarquesa foi contratada para efectuar os estudos sobre as actuais condições de trabalho no Berlaymont. O resultado final será apreciado na Comissão. Mas a decisão está tomada: o edifício vai ser completamente desventrado, para se proceder à retirada do amianto. No decurso dos trabalhos os funcionários serão parcialmente desalojados e transferidos para outros prédios da Comunidade.

Uma outra versão do problema, que é sistematicamente levantado pelas organizações de trabalhadores, defende a impossibilidade da solução escolhida,



O edifício da CEE agora ameaçado de ser demolido

sobretudo porque será mais onerosa do que a construção de um novo edifício.

No Berlaymont, embora os funcionários disponham de garantias de que não estão

em perigo, paira uma certa psicose em relação às elevadíssimas quantidades de amianto em todo o edifício.

J.R.C.

B R E V E S

Promoção do azeite feita pela Latina

A Comissão das Comunidades Europeias está a efectuar diversas acções de promoção do consumo do azeite, com o objectivo de desenvolver a política de protecção do consumidor e inseridas no quadro dos equilíbrios de produção e relacionamento económico dos estados membros. Em Portugal essa campanha vai ser posta em acção pela Latina, que recentemente a apresentou numa recepção dada no castelo de São Jorge.

A campanha é articulada em torno dos temas que abordam as qualidades gastronómicas do azeite e as características nutricionais que tornam este produto recomendável para uma alimentação saudável e equilibrada.

Com o objectivo de sensibilizar as crianças para a importância do azeite na alimentação e para o papel histórico-cultural que desempenha em Portugal, vai ser feito, também, um concurso de desenho, a nível nacional, entre os alunos do segundo ciclo do Ensino Básico.

Gastronomia e alimentação são dois temas presentes na campanha. Mas tudo o que diz respeito a este produto será divulgado pelo Centro de Informação do Azeite, aberto a quantos queiram obter informações específicas.

Mercado nacional na mira da Enatur

A Enatur - Pousadas de Portugal, que está a apostar na recuperação do mercado nacional, em 1989 investiu, em desenvolvimento, mais 39 por cento que no ano anterior, o que representa mais de meio milhão de contos.

Cristiano de Freitas, presidente desta empresa pública que gere as pousadas portuguesas, disse recentemente que «é nítida a preferência dos portugueses pelas unidades situadas no Norte e Interior do país», sendo mais notória fora dos meses de Verão a ocupação por nacionais.

Conforme referiu, no capítulo da oferta, a Enatur mantém uma política de melhoria da qualidade das pousadas, com investimentos e renovação do equipamento, para responder às exigências de procura e dos seus padrões de comportamento.

Criadas oficialmente em 1941, as pousadas têm surgido onde tem sido mais difícil o desenvolvimento turístico, com a aproveitamento de edifícios de valor arquitectónico ou de interesse histórico.

Comunidade quer congelar preços agrícolas

Os prejuízos agrícolas motivados pelas recentes cheias ocorridas em Portugal e Espanha e o congelamento geral dos preços agrícolas propostos pela Comissão Europeia para a campanha de 1990/91 são os pontos principais da reunião do Conselho de Ministros da Agricultura da CEE que ontem teve início em Bruxelas e que se prolonga pelo dia de hoje.

A Comissão Europeia propôs, igualmente, uma ajuda de 5 Ecus, cerca de mil escudos por hectare a todos os pequenos produtores, estando previstas as descidas de preços dos citrinos, trigo duro e algumas variedades de tabaco com dificuldades de comercialização no mercado, no essencial, as fabricadas

pela Grécia.

Recorde-se que este é o último ano em que Portugal tem competência para fixar os preços de cerca de 85 por cento dos produtos portugueses, não sujeitos ainda a todas as regras comunitárias, mas a um regime especial de transição de etapas.

Os preços relativos aos 15 por cento da produção portuguesa vão ser estipulados apenas no mês de Março, por proposta daquela comissão. No caso de Portugal, a incidência das propostas equivale a aumentos de 0,7 por cento em Ecus e de 5,4 por cento em moeda nacional relativamente a 1989/90.

Tendo em conta a desvalorização do escudo de 5,4 por cento, em relação ao Ecu, em 1989, no próximo ano as esti-

mativas portuguesas prevêem uma cotação do Ecu verde no valor de 200 escudos.

O congelamento proposto por aquela comissão atinge os preços da beterraba, colza, girassol, soja, forragens secas, ervilhas, favas, tremoços, linho e carne ovina. No caso do açúcar branco, o aumento de preço de intervenção proposto é de 1 por cento, ou seja, 52,56 Ecus por toneladas, contra 51,68 em 1989/90.

O preço do azeite aumenta no que respeita ao preço de intervenção, (1 por cento), mantendo-se o preço indicativo à produção. A ajuda à produção recebe, por sua vez, uma subida de 25 por cento.

Banco Bilbao-Vizcaya já tem presidente

Terminou a crise de direcção do Banco Bilbao-Vizcaya despoletada pela morte de Pedro Toledo, um dos dois presidentes do BBV. Emilio Ybarra, o maior accionista privado do Banco, com um por cento, é o novo e, agora, único presidente.

Resultante da fusão do Banco Bilbao e do Banco Vizcaya, o BBV é o maior banco do Estado vizinho e está presente em Portugal através da Cofipsa, de uma sociedade de investimentos e de uma imobiliária, que comprou recentemente os

terrenos do antigo cinema Monumental.

Graças ao acordo de fusão, tinha dois presidentes: José Angel Sanchez, pelo Bilbao, e Pedro Toledo, pelo Vizcaya. Este último, que estava indicado para suceder àquele, então como presidente único, faleceu em Dezembro último.

Os homens do Bilbao, apoiados no Governo, decidiram jogar forte e impor Angel como presidente único, o que deparou com a resistência dos oriundos do Vizcaya.

Perante a impossibilidade de encontrar uma saída con-

sensual, os conselheiros de ambos os bancos recorreram à mediação arbitrária do governador do Banco de Espanha, Mariano Rubio, que propôs duas alternativas: a continuação de José Angel, a preferida pelo Governo como presidente do BBV, ou a nomeação de Emilio Ybarra, até agora vice-presidente.

Como José Angel manifestou a sua disposição de renunciar em favor de uma alternativa consensual, Emilio Ybarra, oriundo da aristocracia basca, ligado ao Bilbao e homem próximo de José

Angel, foi nomeado presidente, por reunir menos oposição dos «vizcainos».

Como primeiro vice-presidente, foi nomeado Alfredo Saenz Abad, do Vizcaya, enquanto Javier Gurrpide, do Bilbao, ocupa a segunda vice-presidência.

O Banco Central recomendou também a redução do número de membros do conselho de administração e a nomeação de cinco membros independentes, de modo que o número de conselheiros seja ímpar.

ECONOMIA

Eventual decisão de deixar de fabricar o R4 nada tem a ver com a venda da fábrica da Guarda, diz o porta-voz da empresa, que anuncia remodelação tecnológica de todas as gamas da marca

Novo modelo Renault produzido em Setúbal

Vai começar ser produzido, ainda este ano, na fábrica de Setúbal da Renault um novo modelo de automóvel daquela marca, revelou ao DL um porta-voz da empresa, que negou terminantemente que a venda e desmantelamento da unidade fabril da Guarda tenha a ver com uma eventual decisão de se deixar de produzir o R4.

Segundo João Ferraz Leal, o modelo a ser fabricado em Setúbal vai situar-se na gama intermédia entre o Renault 5 e o 19, tendo uma cilindrada que vai dos 1000 aos 1700 centímetros cúbicos. Não foi ainda «baptizado».

«Não se trata de uma viatura para substituir o Renault 5», afirmou, acrescentando: «Trata-se de um grande carro dentro do segmento pequeno da marca».

Revelou também que até 1992 toda a gama desta marca francesa vai ser remodelada no sentido de acompanhar a evolução tecnológica no sector automóvel. «Vamos ter automóveis mais evoluídos», acrescenta Ferraz Leal.

Renault 4

Entretanto, de França, vêm rumores de que Raymond Levy, presidente da Renault, se prepara para anunciar o lançamento de uma nova viatura (que neste momento



R4 - agora vem da Jugoslávia com especificações portuguesas

tem apenas o nome de código X-06) para, em 1992, substituir o R4. Oitenta por cento da produção desta viatura seria feita em França e a restante em Espanha.

A nossa fonte de informação da Renault Portuguesa negou que esta notícia tenha alguma coisa a ver com a recente venda da fábrica da Guarda, onde aquele modelo era montado, a uma sociedade formada pela Reinshagen (filial da Packard Electric) e a Cablesa.

«A decisão de vender e de desmantelar a unidade da Guarda foi tomada em Dezembro e foi

formalizada em princípios de Janeiro», afirma Ferraz Leal, para acrescentar que o R4 passou a ser importado da Jugoslávia, com especificações próprias para o mercado português.

Entretanto, referiu também que a linha de montagem do modelo Trafic foi mantida, embora passando para a sociedade que adquiriu as instalações da Guarda o contrato que a Renault Portuguesa detém, até 1991, para montagem daquele modelo (que passa a ter um novo design) para Portugal e Espanha.

A fábrica da Guarda, para além da montagem do Trafic, vai dedicar-se à produção de cablagens, tendo, para já, como principal cliente, o grupo Renault instalado em Portugal e em Espanha.

A venda daquela unidade foi determinada pela política de racionalização das unidades industriais implantadas na Europa. A nova sociedade comprometeu-se a manter o nível de emprego permanente, prevendo-se mesmo que dentro em breve o venha a aumentar.

Redacção DL

Suécia em Portugal

Desde ontem e durante seis dias está patente, em Lisboa, uma mostra de produtos da Suécia, numa acção levada a efeito pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sueca.

Para além da intervenção do embaixador sueco em Portugal sobre «A Suécia na Europa», segue de mesa-redonda com a participação de empresários e economistas, está, nesta semana Luso-Sueca, um seminário sobre a CEE e a EFTA - Associação Europeia de Comércio Livre.

No seminário vão ser debatidas as possibilidades criadas com o início, este trimestre, das negociações entre a Comunidade e a EFTA, com o objectivo de criação, no âmbito dos 18 países, do Espaço Económico Europeu (EEE).

Os promotores do seminário pretendem analisar o alargamento das relações entre Portugal e a Suécia e o que poderá ser feito para o intercâmbio económico entre os dois países e aumentar os investimentos produtivos dos dois lados.

Grã-Bretanha à frente em 1989

Investimento estrangeiro atingiu 360 milhões de contos

Foi a Grã-Bretanha e não a Espanha quem mais investiu em Portugal em 1989, ano em que o investimento directo estrangeiro atingiu, segundo números provisórios, cerca de 360 milhões de contos.

Segundo o ministro do Comércio, Ferreira do Amaral, este resultado significa um crescimento na ordem dos 233 por cento relativamente a 1988. Para este membro do Governo, estas cifras «demonstram a promoção que, nesta área, o Governo tem feito».

Foi nos sectores do imobiliário e do turismo que se verificaram maiores investimentos: 97 milhões de contos, correspondentes a 34 por cento do total. Banca e seguros aparecem em segundo lugar, com 60,6 milhões e as indústrias transformadoras em terceiro, com 57,7 milhões.

No sector dos serviços os estrangeiros investiram 33,5

milhões de contos, no do comércio 28 milhões, na agricultura e pescas 6,2 e nas indústrias extractivas 2,1 milhões de contos.

Por países, a Grã-Bretanha surge em primeiro lugar, seguida da França, da Espanha, dos Estados Unidos e do Japão, país este que, garante Ferreira do Amaral, «no futuro aumentará o seu peso».

Pedra de toque

O ministro do Comércio considera que o investimento estrangeiro tem um papel indispensável, pois assegura um desenvolvimento de Portugal em ritmos apreciáveis. «Hoje em dia é a pedra de toque de qualquer país», afirma.

Nesta perspectiva, diz que não faz sentido nem tem fundamento salientar a vertente de alienação da economia relacionando-a com o investimento estrangeiro. «Portugal, acolhendo esses investimentos, ganhará um peso

na economia mundial que não teria de outro modo», garante Ferreira do Amaral.

Por seu turno, Míria Amaral, ministra da Indústria, afirma que, para além de corrigir o défice da balança de transacções correntes, o investimento estrangeiro «é um sintoma da confiança dos investidores na economia e indústria portuguesas».

Míria Amaral considera que o investimento estrangeiro seria qualitativamente melhor se fosse efectuado através de «joint-ventures» com empresários portugueses. Mas não deixou de considerar os resultados atrás referidos como «muito bons».

Os dois membros do Governo sobravam na conferência sobre investimento estrangeiro industrial em Portugal, iniciativa da Associação dos Antigos Alunos do Mestrado em Gestão de Empresas.

DL/Lusa

B R E V E S

Taxa de desemprego na Europa

As economias europeias estão a crescer a uma «taxa saudável», afirmam, em Bruxelas, os responsáveis pelos assuntos económicos e financeiros da CEE. Esta afirmação leva em conta a taxa de desemprego que atingiu, na Comunidade, em Novembro de 1989, o valor de 8,9 por cento, menos 0,1 pontos percentuais que no mês anterior.

Portugal manteve a segunda taxa mais baixa da CEE com 5,6 por cento, a seguir ao Luxemburgo que não ultrapassou 1,9 por cento.

Em causa a venda de vinho a granel

Impedir a venda de vinho a granel nas regiões demarcadas com vista a garantir níveis de produção de vinho com qualidade, é a opção defendida por Leopoldo Mourão, presidente do IVP, Instituto do Vinho do Porto.

Ao falar nos Colóquios Vitivinícolas da Madeira que encerraram ontem no Funchal, Leopoldo Mourão salientou a necessidade de o Governo criar uma linha de crédito bonificada para as regiões produtoras de vinho.

Engil emite 340 mil acções

A Engil, Sociedade de Construção Civil, SA, vai aumentar de capital social de 1,36 para 1,7 milhões de contos, através da emissão de 340 mil acções preferenciais sem voto, o que assegurará um encaixe de 1,5 milhões de contos.

Este tipo de financiamento de uma empresa cotada na Bolsa de Valores, ocorre pela primeira vez em Portugal, afirma a Engil. Para Valadares Fernandes, presidente da Geril, a «holding» que detém a maioria do capital da Engil, a solução encontrada «constitui um bom exemplo do modo como uma empresa pode recorrer ao crédito barato sem pôr em causa a estabilidade de decisão e de eventuais maiorias».

Bancos subscrevem obrigações particulares

O Banco Português do Investimento vai subscrever 875 mil obrigações de acordo com um despacho do auditor geral do Mercado de Títulos, publicado no Diário da República de 16 do corrente.

O Banco do Fomento e Exterior, o Crédito Predial Português, o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e o Banco Totta e Açores subscrevem 150 mil obrigações cada um.

Reunião em Lisboa para definir apoios

Política comanda auxílio ao Leste

O debate do futuro relacionamento da Comunidade Europeia com os países do Leste vai decorrer em Lisboa, no próximo mês de Março, no decorrer de uma conferência extraordinária do Comité de Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho da Europa.

Fonte diplomática portuguesa, falando para a agência Lusa, pôs em destaque o papel do Conselho da Europa na integração dos países do Leste no concerto das nações democráticas, nomeadamente através da recém-criada Comissão para a Democracia através do Direito, tendo em vista a formação da chamada «casa comum europeia».

Frisou a mesma fonte que a Comunidade Europeia é uma organização eminentemente económica, exigindo uma igualdade de instituições muito profunda, «demasiado mesmo para essas nações no seu

actual estágio».

Desta forma, acrescentou, o Conselho da Europa, organização eminentemente política, pode e deve desempenhar cabalmente o papel de auxiliar a reconversão desses regimes na via da democratização.

Para tanto, disse, poderá dar, chegado o momento, como que «um carimbo de bom comportamento» no que concerne à instauração da democracia, que passa pelo multipartidarismo, direitos humanos, independência do poder judicial, livre direito de circulação e liberdade de associação.

O Conselho da Europa, afirmou, com as suas 140 convenções, «aceita níveis diferentes de colaboração, ao invés da CEE», o que se traduz, por exemplo, na hipótese de «adesão gradual», à medida que as transformações estruturais de cada regime o for possibilitando.

Projectos artísticos e científicos não sobrevivem sem o apoio directo das empresas. Prestígio e benefícios fiscais andam de braço dado

Empresários investem no Mecenato cultural

A atribuição do «Prémio Pessoa» é uma das intervenções empresariais mais importantes que se efectuam ao abrigo da Lei do Mecenato. Música, edições, festivais, exposições, obras patrimoniais, teatro e cinema, são áreas privilegiadas.

Mas a rotina instala-se, um vazio percorre a Secretaria de Estado da Cultura, e ninguém sabe, neste momento, a nível oficial, as linhas com que se cose uma lei que, à partida, dá vantagens a todas as partes: dá prestígio e diminui os impostos das empresas, permite a autores e entidades realizar obras de reconhecida qualidade.

«O balanço é eficaz. A nível fiscal deu vantagens às empresas, criando-se um ambiente muito empenhado da parte delas, motivando os empresários

que possuíam já um perfil humanístico, mas entrou-se numa rotina, privilegiando-se as grandes empresas, não se efectuando acções possíveis com as pequenas e médias empresas e outros projectos de âmbito regional», afirma ao DL Duarte Ivo Cruz, das relações internacionais da AIP, Associação Industrial Portuguesa, ligado a esta problemática desde o início da aprovação da Lei do Mecenato, em Agosto de 1986.

Empresas, artistas, grupos e associações culturais, e outras entidades ligadas ao trabalho científico e cultural, beneficiam desta lei. Os pedidos de patrocínio chegam às empresas às centenas, vindos de todos os pontos do país. A selecção torna-se cerrada e muitos projectos e boas vontades ficam pelo

caminho. Nem tudo são rosas e muitas empresas consideram que as vantagens fiscais não são tantas como se apregoa.

Boas vizinhanças

A tendência é, da parte das empresas, o grande patrocínio através de grandes projectos. Segundo a Unisys, um dos patrocinadores do «Prémio Pessoa», a aposta é pela qualidade das pro-

postas e não pela quantidade.

«O mecenato faz parte do estatuto da boa vizinhança, é um bom contributo para a sociedade a nível cultural e social, é uma prática diária que tem a ver com a vida de um povo. No caso particular do Prémio Pessoa, a importância foi a de trazer da relativa penumbra figuras prestigiadas da cultura portuguesa», diz ao DL Malato de Sousa,

director de Planeamento e das Comunicações de Marketing da Unisys.

Para Líbano Monteiro, chefe das relações públicas da Nestlé, «a Lei do Mecenato tem um interesse concreto. É o primeiro documento que define normas de apoio para uma actividade cultural orientada para a vida da comunidade, embora do ponto de vista fiscal não seja muito vantajoso».

Segundo Líbano Monteiro, os benefícios fiscais das empresas através do Mecenato «são reduzidos», as despesas aparecem como custos de empresa e são taxados como se fossem custos de publicidade.

A ligação da cultura e da economia é cada vez mais uma associação sem a qual nada se pode realizar. Os preconceitos dos artistas e outros criadores vão desaparecendo à medida que as realizações culturais necessitam de grandes investimentos para que as mensagens cheguem aos destinatários. É aí que entram as empresas.

Estas tornam-se agentes de desenvolvimento cultural, e aplicam através de patrocínios uma vertente social que lhes é inerente e que têm levado à prática, mesmo antes da existência da Lei do Mecenato, decreto-lei nº 258/86 de 28 de Agosto.

A responsabilidade das empresas, como afirmava a ex-secretária de Estado da

SEC: «Depois avisamos»

«O mecenato constitui um importante factor de dinamismo da vida cultural. A sua prática traduz a participação activa da sociedade nos processos de escolha, propicia contactos, sem intermediários, entre o público e os criadores, autonomiza estes últimos de uma dependência exclusiva dos dinheiros públicos, criando novas fontes de riqueza.

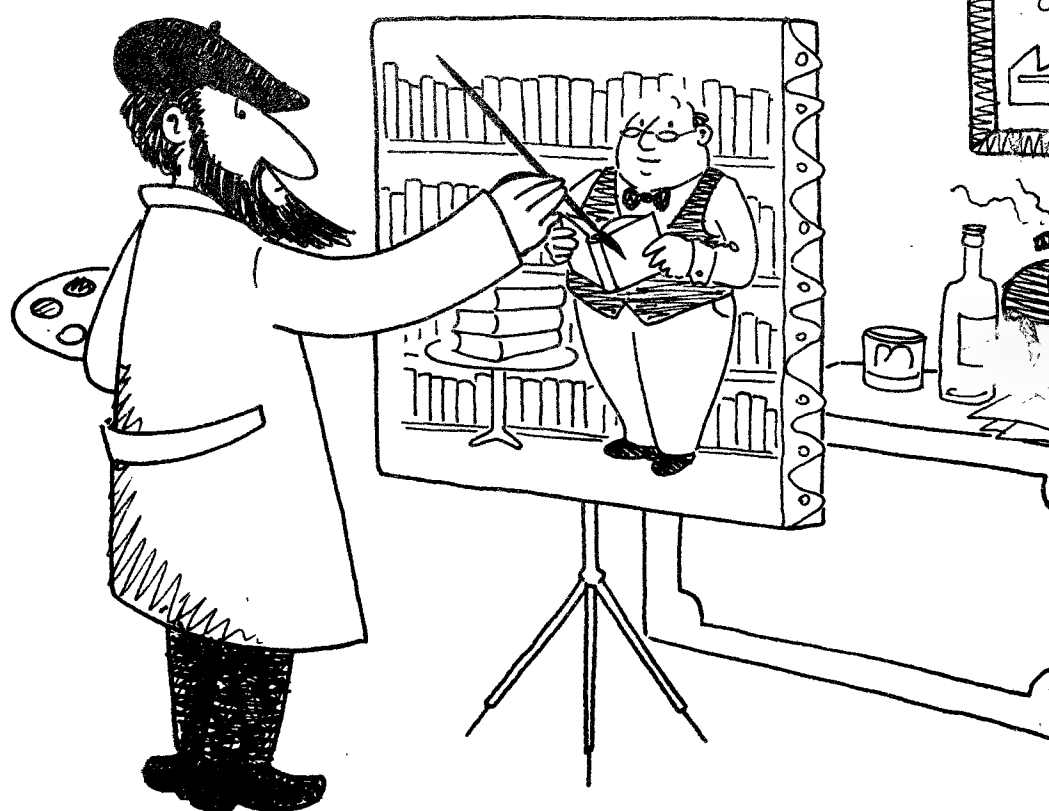
Alargando de forma solidária a responsabilidade dos cidadãos e das empresas na vida cultural da comunidade, poderá também constituir importante estímulo para o desenvolvimento local».

Palavras de Teresa Patrício Gouveia, ex-secretária de Estado da Cultura, após a aprovação da Lei do Mecenato, editadas numa brochura da SEC em Outubro de 1986.

Os cantos à casa

«Ainda não sabemos quem vai ficar responsável por essa questão, estamos cá há poucos dias e não conhecemos os cantos à casa. Era a própria dra. Teresa Patrício Gouveia quem tratava desse assunto directamente e a dra. Adelaide Rocha, mas esta encontra-se de férias e não sabemos se é ela que vai continuar com essa tarefa. Talvez para a semana já saibamos quem será o responsável por isso. Depois comunicamos a avisar».

Um «porta voz» da SEC remodelada, sob o mandato de Pedro Santana Lopes, em Janeiro de 1990.

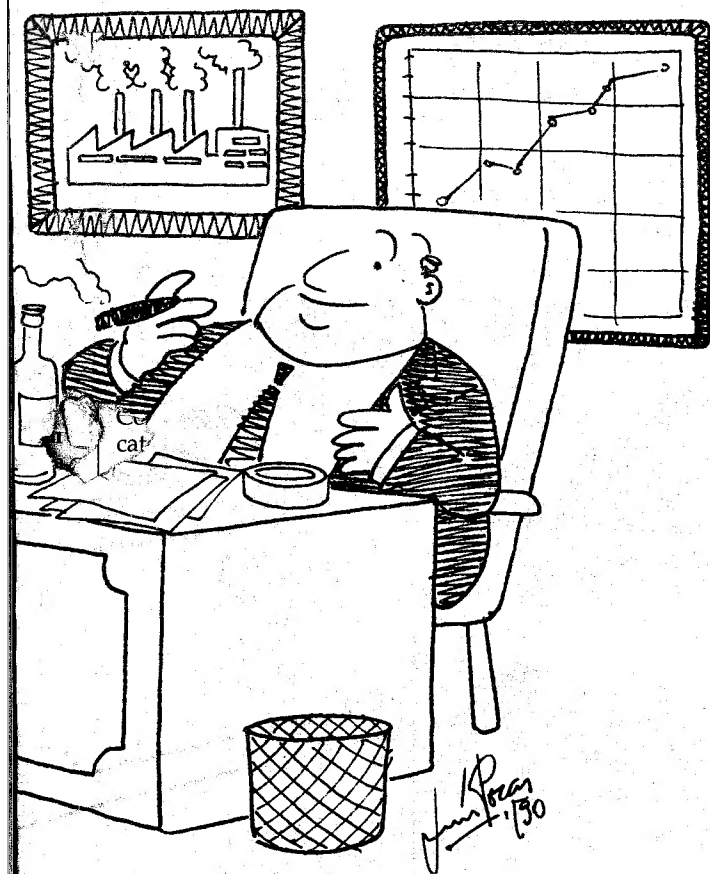


Maria João Pires, a conhecida pianista vencedora do «Prémio Pessoa»

Helena Vaz da Silva Uma te

O Mecenato - que começou por ser regulamentado pelo decreto-lei 258/86, recentemente substituído pelos artigos 56 do DL 442-A/88, de 30 de Novembro, e artigos 39 e 40 do DL 442-B/88, de 30 de Novembro - vale em Portugal, por agora, sobretudo, como atitude.

Embora os benefícios fiscais que resultam da lei não sejam grande estímulo para os empresários, o certo é que a publicação do referido Decreto-lei revelou as potencialidades para consolidação da sua imagem contidas num apoio público à cultura. Assiste-se, assim, desde 1986, a um crescente



Firmas gostam mais de edições e música

Patrocínios para restauros e investigação arqueológica é outra das vertentes

São diversas as firmas que aproveitaram as vantagens da Lei do Mecenato. As áreas de intervenção foram as edições, os equipamentos, os prémios, os espectáculos, o património e as exposições.

No balanço de dois anos, após a publicação desta lei, a Secretaria de Estado da Cultura divulga as empresas que financiaram projectos ali apresentados.

Nas edições salienta-se o fundo criado pela Marconi para uma série de publicações no âmbito das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Trata-se da reedição da *Portugaliae Monumenta Cartographica* e de uma série sobre as Grandes Viagens.

O Entrepósito Comercial, a Fisipe e a Portline financiaram o catálogo «Biom-bos Nanbam», iniciativa do Museu Nacional de Arte Antiga e o BCP investiu na edição comemorativa da Ponte D.Luis, obra organizada pelo Arquivo

Histórico Municipal do Porto. A Compta, o BESCL e a Macieira intervieram igualmente com patrocínios na área das edições.

Nos Equipamentos, registou-se o sistema informático oferecido pela Unisys à Torre do Tombo. A mesma empresa patrocina o «Prémio Pessoa», recebido nos últimos três anos por José Matoso, António Ramos Rosa e Maria João Pires, enquanto a Philae apoia os prémios AICA, iniciativa da Associação Internacional de Críticos de Arte.

Teatro e digressões

No sector dos espectáculos, a Tabaqueira financiou digressões da Ópera do Teatro Nacional de S. Carlos, enquanto a Fiat e a Olivetti patrocinaram espectáculos de teatro, nomeadamente a peça de Pirandello «Seis Personagens à Procura de Autor», encenada por Mário Feliciano.

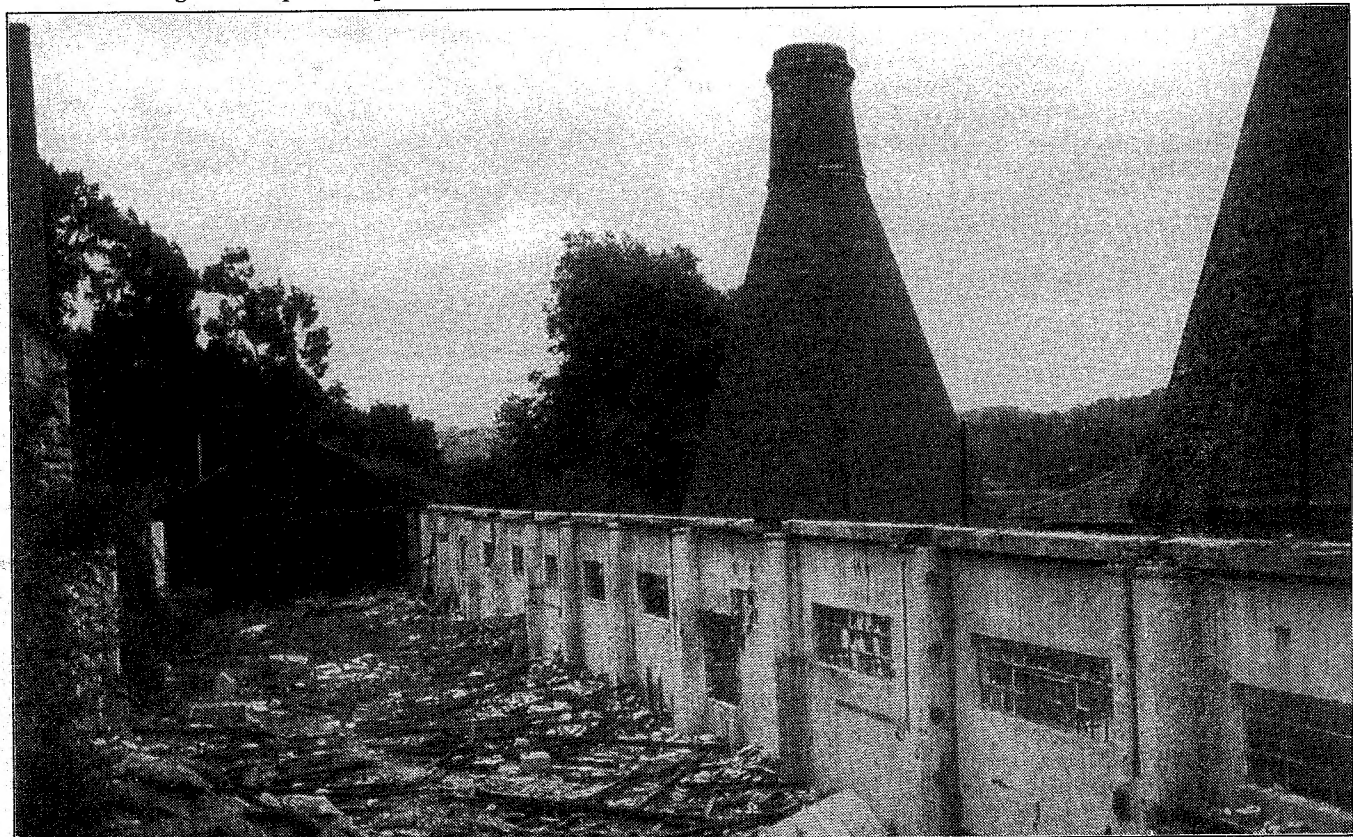
No sector do Património, diversas

empresas intervieram com ofertas de quadros valiosos a museus, financiamentos a obras de restauro de monumentos históricos e projectos de investigação arqueológica. A Secil, a Polimaia, a Finangeste, a CELBI, a Portucel e a Philips são alguns exemplos.

Patrocínio para exposições foram dados pela Emi-Valentim de Carvalho, Varig, Seguros Império, Aliança Seguradora, a Fundação Luso-Americana e a Anglo Portuguese Foundation.

São inúmeras as firmas dispostas a financiar projectos culturais. A lista é exhaustiva e compete à SEC divulgá-la. Para além das referenciadas atrás, citamos algumas que podem ser úteis aos leitores: Centrel, BTA, Cimpor, FNAC, Inapa, FOC, Inasset, Sagres, Sopete, CELCAT, Eurofato, Altamira, Lusotur e Cimianto.

R.F.S.



Fábrica de Louça de Massarelos, um exemplo da intervenção do Mecenato no domínio da Arqueologia Industrial

Cultura, Teresa Patrícia Gouveia, «não é apenas económica, mas social e cívica e o mero interesse privado ou o sucesso tecnocrático deverão hoje ser enquadrados, no interesse geral, no desenvolvimento global da sociedade».

As contrapartidas

É evidente que não há empresa que não queira uma contrapartida fiscal para o seu patrocínio. Segundo o artigo 39º da Lei do Mecenato «são considerados custos ou perdas do exercício os donativos concedidos pelos contribuintes até ao limite de 2 por mil do volume de vendas e ou do montante dos serviços prestados no exercício» se as entidades beneficiárias forem museus, bibliotecas, escolas, institutos e associações de ensino ou de educação, de investigação ou de cultura científica, literária ou artística.

O mesmo se processa com os beneficiários que desenvolvam acções no âmbito de actividades de produção

cinematográfica, audio-visual, literária, teatro, bailado, música, organização de festivais e de outras manifestações artísticas de manifesto interesse cultural.

A música é uma das áreas privilegiadas pela parte empresarial. Exemplos disso são os Festivais de Música dos Capuchos, patrocinados pela Unisys e os Encontros Musicais de Sintra, apoiados pela Nestlé.

A Unisys investiu, em 1989, no Mecenato, 60 mil contos, 20 mil dos quais na área científica, enquanto a Nestlé aplicou, no ano passado, 30 mil.

Com estas verbas e multiplicando por dezenas as das empresas disponíveis em Portugal para entrarem na corrida do Mecenato, muito se pode fazer na actividade cultural regional e nacional, uma área tão carenciada que vive normalmente à Fundação Calouste Gulbenkian.

Rui Ferreira e Sousa

da Silva

tendência que se acentua

empenhamento do sector empresarial na actividade cultural, com destaque para a recuperação do património - no caso de grandes empresas com dimensão para grandes actos simbólicos (como é o caso de S. Francisco no Porto) - e da música (veja-se o caso inédito da Orquestra Nova Filarmonia a sobreviver com o apoio mecenático) e/ou das artes plásticas (esperemos que a Fundação de Serralves o confirme). Também os prémios são populares entre os «mecenas», promovendo de maneira mais ou menos directa os seus produtos: prémios literários de uma empresa de papel,

prémios de design de uma empresa de aglomerado, prémios de escultura de uma empresa cimenteira ou prémios de jornalismo, que são uma outra forma para as empresas consolidar a imagem, junto da opinião pública.

Creio que esta nova tendência só poderá acentuar-se, no futuro, na medida em que a iniciativa cultural se multiplica na sociedade portuguesa - sintoma de vitalidade -, a arte e o mercado interpenetram-se - fenómeno típico dos anos 80 -, os empresários são mais sensíveis ao dever de contribuir para consolidação de uma

imagem de qualidade do seu país, dentro e fora de fronteiras.

Quando, por toda a parte, se encham os espaços públicos de rasgados actos de cultura - escultóricos, arquitectónicos ou, apenas, cenográficos - que vão pontuando grandes cidades como Paris ou Nova Iorque, em Portugal ainda se ousa pouco. Mas lá chegaremos.

A tendência geral de todos, incluindo os empresários, parece ser para começar a entender que o convívio diário com a arte, longe de ser um luxo, é uma necessidade: torna os cidadãos mais despertos, mais produtivos, mais felizes.

A lei que estabelece as facilidades fiscais irá, de certo, melhorar; os criadores artísticos irão ser mais profissionais; os empresários irão ser mais flexíveis... e antes de virar o milénio viveremos em Portugal num paraíso terrenal em que artistas, empresários e cidadãos de todas as idades circularão por entre ruas harmoniosas, de tráfego controlado, ambiente despoluído, memórias preservadas e convívio restaurado.

Isto não se fará sem os mecenas, nem sem todos os outros portugueses. Mas é preciso que se faça a partir de hoje.



Helena Vaz da Silva

Portugal vai pescar em terra

Em resultado da chacina das espécies, a aquacultura é a tendência da década de 90. O deputado António Vairinhos pensa que as pescas portuguesas estão a andar bem

País marítimo e com o maior consumo "per capita" de peixe da Comunidade Europeia (70 quilos/ano), Portugal tem um sector de pescas com realidades desiguais, como transparece das declarações que António Vairinhos, membro da subcomissão parlamentar das Pescas, prestou ao "DL".

Produzir pescado em cativeiro será a tendência desta década. A aquacultura (produção em terra), em particular a piscicultura, constitui a resposta ao sobre-esforço mundial de pesca, que roça a chacina das espécies, a que se juntam diversos tipos de poluição dos mares, que afectam a quantidade e a qualidade do pescado.

Defender recursos

Actualmente, os baixos níveis dos "stocks" constituem um problema mundial. Fruto do aumento exponencial das capturas, que pretendiam responder ao maior consumo decorrente do crescimento demográfico, este problema é generalizado e impôs uma gestão muito criteriosa dos recursos, com vista à sua preservação.

Com a detecção da regressão de "stocks" e a constatação de que não eram in-

findáveis, na Europa, no Japão e nos EUA começaram a ser afectados recursos financeiros muito significativos à aquacultura.

Portugal, que descobriu o bacalhau quando em 1580 foi para a Gronelândia à procura de peixe, está a avançar bem na aquacultura, afirma António Vairinhos, que faz depender, por outro lado, da sensibilização dos intervenientes do sector (Estado, pescadores, armadores,...) a preservação dos "stocks". A tradicional acção da frota de Espanha contribuiu grandemente para os problemas aqui existentes.

Entre as medidas tomadas pelas autoridades contam-se o aumento da malhagem das redes, a preservação das maternidades naturais (como a ria de Aveiro ou a Formosa), o agravamento das multas e o aumento da fiscalização (ver notícia noutro local), para impedir determinados tipos de pesca dentro das seis milhas (onde a costa é mais rica e as espécies se reproduzem), evitar a presença de frotas estrangeiras na Zona Económica Exclusiva e vigiar ainda a actividade dos barcos nacionais.

Dinheiro para o sector não tem faltado. Só no ano pas-

sado foram investidos 7,8 milhões de contos ao abrigo do regulamento comunitário 355/77 ("melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas e da pesca").

O próprio Governo tem um programa plurianual, incluído no PIDDAC, para apoiar a reconversão da pesca artesanal (substituição dos barcos e das redes), no montante de 700 mil contos, enquanto negocia com a Comunidade mais apoios.

António Vairinhos diz que a pesca artesanal suscita uma «preocupação correcta e legítima», devido às suas actuais funções económica («é fundamental no abastecimento dos mercados em peixe fresco») e social («há muita gente que depende dela»).

Contudo, o facto de haver variados apoios e substanciais apoios não resolve por si só os problemas. Como aponta Vairinhos, «isto não se resolve de um dia para o outro, mas podia ter-se feito mais. Estamos perante uma situação nova, que exige associativismo e capacidade de organização dos interessados».

O nosso interlocutor admite, porém, que a situação não é preocupante. «O sector das pescas está a dar passos

muito seguros», assevera.

Situações

Depois das escolas de Pesca terem passado por uma fase em que quase não tinham alunos por «falta de motivação», estão agora a formar centenas de pessoas que são colocadas em Portugal e no estrangeiro. Vairinhos explica: «A profissão de pescador foi dignificada e é encarada de outra forma, enquanto os meios disponíveis asseguram a grande qualidade dos cursos».

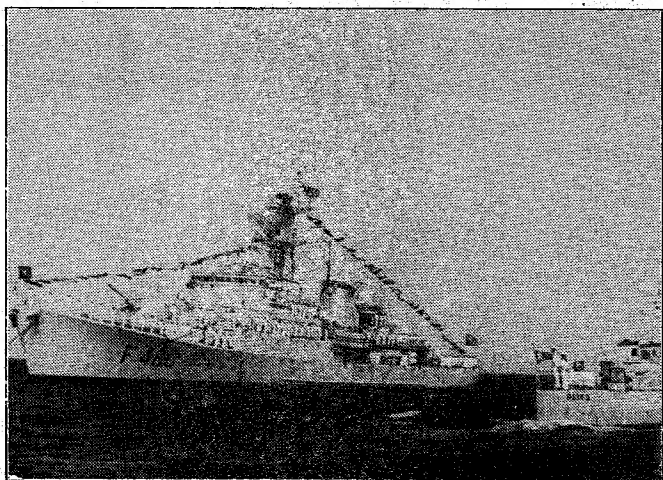
Já no que respeita à rede de frio, afirma que «há ainda um caminho longo a percorrer».

A mudança dos hábitos de consumo de peixe fresco e, em particular, a organização dos armadores e pescadores são as variáveis de cuja evolução faz depender a mudança neste ponto. «Hoje, os pescadores e os armadores não têm intervenção no preço formado nas lotas. Com a rede de frio tinham a possibilidade de trabalhar o seu pescado, aumentar-lhe o valor acrescentado e, inclusivé, retirá-lo da venda se os preços fossem demasiado baixos», explica. Sobre os portos, o nosso interlocutor considera que «há muito a fazer, apesar de muito ter sido feito nos últimos 10 anos».

Rui Nunes



António Vairinhos: «Esta é a década da aquacultura»



Marinha: muito trabalho poucos resultados

Barcos de pesca fogem ao controlo

Cerca de duas mil embarcações de pesca foram inspeccionadas pela Armada durante o ano passado, das quais dez por cento eram estrangeiras, disse ao "DL" uma fonte do Estado-Maior deste ramo das forças armadas, que precisou que os números referem-se ao Comando Naval do Continente. A grande maioria das inspecções ocorreram no mar territorial português (na faixa das 12 milhas). Só 30 por cento tiveram lugar na Zona Económica Exclusiva (ZEE). Embarcações estrangeiras infractoras foram 20. Do total das vistoriadas, 28 por cento foram autuadas.

De acordo com a mesma fonte, foram frequentes as fugas à acção dos navios portugueses (corvetas e "patrulhas"). Várias foram as situações em que a Marinha teve de interromper a perseguição para evitar incidentes diplomáticos, visto os barcos do Estado vizinho refugiarem-se nas suas águas.

Esta situação poderá ser alterada com a entrada em funcionamento das novas lanchas rápidas, porque a sua velocidade de 30 nós tornará a fiscalização muito mais eficaz.

Por outro lado, os navios da Armada, durante aquele período, realizaram 42 operações de salvamento de embarcações de pesca e recreio.

Lotas continentais numa só empresa

Uma única entidade, sob a figura de sociedade anónima, vai passar a explorar todas as lotas de Portugal continental. Com um capital de 1,5 milhões de contos (na fase inicial totalmente público), substitui, por fusão, a Doca Pesca e o Serviço de Lotas e Vendagens.

Trata-se da Doca Pesca Portos e Lotas, SA, criada no final da semana passada pelo Governo e que tem prevista, numa fase posterior, a entrada de capitais privados.

A primeira empresa agora fundida cabia a exploração dos entrepostos frigoríficos, enquanto que à segunda competia o controlo exclusivo de lotas.

Funcionavam autonomamente, embora as suas actividades se complementassem.

Alternativas

Entretanto, foi defendida a busca de soluções alternativas (por exemplo o turismo) para as comunidades piscatórias que se debatem com a falta de uma estrutura produtiva

capaz e com uma débil organização. Esta tese foi apresentada por Fernando Carvalho, técnico da Comissão de Coordenação da Região Norte, quando falava em Gaia num seminário internacional sobre «Comunidades piscatórias - 1992, economias em declínio».

Apontando casos concretos, aquele técnico disse que as comunidades piscatórias de Vila Real de Santo António e de Caminha debatem-se «com falta de apoio por parte da Administração Central, necessitando, por isso, de encontrar soluções alternativas».

Fernando Carvalho acrescentou que «as perspectivas não são muito acentuadas para o sector», referindo que tanto o Governo como as autarquias não têm dado orientações claras nem formulado medidas políticas que ajudem a resolver a situação destas comunidades.

Criticou ainda a exígua verba dada ao sector da pesca artesanal (300 mil contos), o qual representa, na prática, uma média de 22 contos por cada embarcação.

DL/Lusa



Pesca artesanal tem poucos apoios

Espanha "assoreia" Guadiana

A inconclusividade das negociações «difíceis» com as autoridades espanholas tem agravado a situação do assoreamento do Guadiana em Vila Real de Santo António, afirma António Vairinhos, para quem «o porto é vital para o desenvolvimento de Vila Real e de toda a sua área envolvente».

O assoreamento não pode ser resolvido com dragagens, mas apenas com o aumento do molhe do lado de Espanha, para que sejam as próprias águas a fazer o desassoreamento, explica.

Para este deputado, «sem a resolução deste problema, não poderão ser potenciados os recursos disponíveis, não só nas pescas, como também no turismo, porque fica estrangulada a utilização da autêntica marina natural que é ali o Guadiana».

As dificuldades existentes prendem-se com a argumentação, pelo Governo de Madrid, da existência do governo autónomo da Andaluzia, o que inibe uma acção total daquele. Da evolução deste problema, dependerá a continuação ou a inversão das dificuldades de desenvolvimento que Vila Real tem sofrido.

ECONOMIA

Alta tecnologia para vigiar o mar

Melhorar a vigilância das pescas nas águas territoriais portuguesas é o objectivo do Sistema de Fiscalização e Controlo da Actividade Piscatória (SIFICAP), que articula os barcos de pesca com a Marinha e a Força Aérea, através das telecomunicações com recurso a meios informáticos. Esta inovação permitirá recolher, armazenar e tratar toda a informação sobre pescas em Portugal.

Desenvolvido em Portugal, este sistema estará operacional no final do próximo ano e envolverá 27 unidades da Marinha e três aviões equipados com radar e terminais remotos do computador central do sistema de controlo, um satélite e uma estação terrestre de recolha e transmissão do sinal.

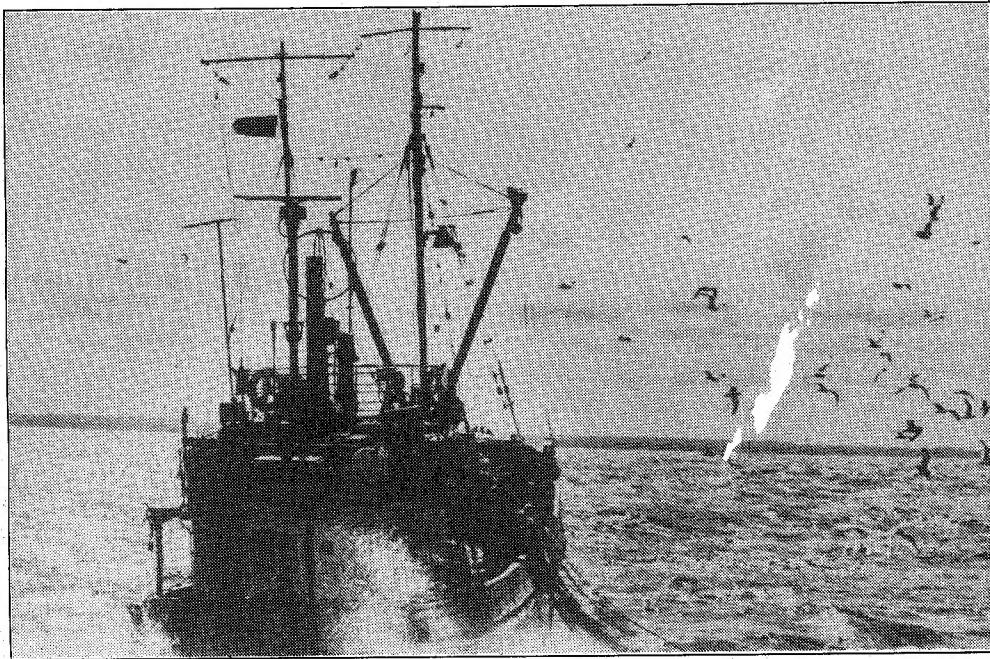
Os barcos e aviões envolvidos nas operações de vigilância têm determinado um conjunto de horas durante o qual só procederão a estas actividades. De qualquer modo, o equipamento a instalar serve apenas para tal, afirmou ao "DL" Jorge Rainha, subdirector do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas.

Neste momento, estão em construção os cascos de cinco lanchas rápidas, que atingem 30 nós, em Vila Real de Santo António, das quais duas serão montadas aí e três no Alentejo. O edifício do sistema de controlo central do sistema fica situado em Alentejo.

Financiado em 50 por cento pela Comunidade, o programa global do SIFICAP está avaliado em quatro milhões de contos e inclui, além da construção daquelas lanchas, a modernização dos meios navais e aéreos bem como do próprio sistema.

Importância

Com o SIFICAP, a secretaria de Estado das Pescas tem em vista a protecção dos recursos, para evitar que a sua exploração atinja níveis desproporcionados em re-



Meios sofisticados vão vigiar os barcos de pesca

lação às potencialidades naturais de renovação, dar cumprimento à regulamentação nacional e comunitária, que pretende orientar o esforço de pesca, e prevenir a actuação ilegal de frotas estrangeiras.

A importância deste instrumento decorre da reorientação do esforço de pesca de Portugal e das consequências inerentes à sua qualidade de Estado comunitário.

A decisão unilateral de estabelecimento de uma ZEE de 200 milhas - que ocupa 500 mil milhas quadradas e aumentou 41 vezes a área marítima adjacente - faz com que o caso português tenha uma particular acuidade, uma vez que cada Estado-membro é responsável pelas actividades de controlo e fiscalização no seu mar e no seu território.

As áreas principais da pesca, determinadas pela conjugação do valor das capturas com o tipo de pesqueiros e as características da plataforma, são a metade norte da costa ocidental, o triângulo Cabo da Roca/Setúbal/Sines e os mares algarvios.

A gradual expansão da actividade de pesca para zonas não tradicionais, como os pesqueiros mais distantes, a beirada e as zonas de maior profundidade - fora, pois, das habituais 20-30 milhas de largura -, junta-se a presença de embarcações de pesca de outros Estados-membros (que ultrapassam as 500), mais as que actuam ao abrigo de acordos de vizinhança nos rios Minho e Guadiana e de outros acordos específicos, como é o caso do Japão.

MONICAP

Localizar qualquer embarcação de forma rápida e precisa é o objectivo de um outro projecto, cujo desenvolvimento está mais avançado: o sistema de Monitorização Contínua das Actividades de Pesca (MONICAP).

Este sistema é composto por uma estação terrestre, com um microcomputador e equipamento tipo "telex" para transmissão via satélite, e por uma estação marítima, com equipamento de localização e comunicação também via satélite, além do respectivo

controlador.

Já com um protótipo existente, o MONICAP deverá ser montado em mais seis unidades durante este semestre, após o que será testado em barcos de pesca.

Depois de, numa primeira fase, possibilitar a localização em águas sob a soberania e jurisdição portuguesa, o sistema será alargado às águas sob soberania da totalidade dos Estados-membros e às águas internacionais utilizadas habitualmente pelos pesqueiros portugueses.

Segundo a Secretaria de Estado das Pescas, pretende-se que o sistema cumpra a dupla função de fiscalização e aumento de segurança dos pesqueiros nacionais.

Fonte do Estado-Maior da Armada manifestou as suas reservas ao "DL" quanto ao MONICAP por ser necessária a colaboração de aspectos da pesca. Acontece que estes «às vezes, são avessos a dizer onde estão, ou porque descobriram uma boa zona de pesca e querem conservar, ou porque estão a pescar fora da lei».

Redacção DL/Lusa
Documentação S.E.P.

Águas do Luso

Novo autarca quer diálogo

O conflito que se gerou entre a Sociedade das Águas do Luso e a Câmara Municipal da Mealhada deve ser resolvido pela «via do diálogo», defende Rui Marquero, actual presidente daquele município, posição esta que é apoiada pelo seu antecessor, Emídio Santos, que é criticado por ter levado o caso aos tribunais.

Em causa está a alegação do anterior executivo camarário de que a exploração das águas pela referida empresa «é ilegítima desde 1954». O respectivo contrato fixa em 50 escudos a mensalidade a pagar ao município. O recurso aos tribunais, segundo Marquero, «não é a melhor forma de resolver o assunto».

Ao mostrar-se convencido de que a acção judicial não irá por diante, este autarca afirmou que não se trata de uma posição pessoal, já que o colectivo camarário e a Assembleia Municipal ainda não se pronunciaram.

A verdade é que este último órgão, na sua anterior composição, havia apoiado o recurso ao tribunal para resolver a questão. Ao felicitar o novo presidente por preferir a via do diálogo («ele está a dar-me razão»), Emídio Santos diz-se na expectativa quanto à futura posição da Assembleia Municipal, para a qual transitaram anteriores membros daquela estrutura.

A nascente da chamada água do Luso é propriedade do município da Mealhada,

posse esta que Emídio Santos quis recuperar, assim como a respectiva exploração, com base num parecer jurídico de um catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra.

A Sociedade da Água do Luso tem como accionista maioritária a Centralcer, empresa que deverá ser privatizada no corrente ano, admitindo-se a hipótese de serem vendidas acções da sua participada antes da privatização.

Por seu turno, a Sociedade das Águas do Luso iniciou um processo de desinvestimento que é contrário aos interesses do concelho onde está instalada e no qual é o principal empregador. Despediu mesmo, em 1989, cerca de duas centenas de trabalhadores e interrompeu a realização de diversas obras e projectos em curso.

Como o DL já noticiou em anteriores edições, mesmo dentro desta empresa estalou forte polémica, que acabou na substituição do presidente do Conselho de Administração, José Navarro, nomeado pela Centralcer.

«Fui das poucas pessoas que sempre se preocuparam em defender os interesses da Sociedade das Águas do Luso, embora o presidente da Centralcer diga o contrário, pois tenho consciência da importância que ela tem para o município da Mealhada», diz agora Emídio Santos.

DL/Lusa

Empresas portuguesas investem em Moçambique

Empresas portuguesas estão a diversificar o seu campo de acção com investimentos em Moçambique, para o que têm estado a ser assinados «protocolos de intenção» nesse sentido, abrangendo os sectores da electrotécnica e construção civil.

A Cel-Cat assinou esta semana, em Maputo, um «acordo de intenções» ao abrigo do qual irá ser criada uma sociedade de capital misto luso-moçambicano para exportação de condutores eléctricos e cabos telefónicos. O acordo foi firmado com a Unidade de Direcção de Electrotécnica e estabelece que será feita a conversão da empresa moçambicana Celmoque em sociedade de capital misto.

A Celmoque, com sede na Beira, era propriedade da Cel-Cat, que detinha 98 por cento do capital, até à independência de Moçambique, altura em que foi intervenção.

No «acordo de intenções»

as duas partes comprometem-se a não atribuir dividendos durante cinco anos e a aplicar os lucros em investimentos e, só depois de certo prazo, a empresa portuguesa poderá repatriar lucros, conforme estabelece a legislação moçambicana do empreendimento estrangeiro.

Habitação

Também a Undil, empresa portuguesa com sede em Pero Pinheiro, assinou um «protocolo de intenções» com a sua congénere moçambicana L. Duarte Santos, para a criação de uma sociedade mista de construção de habitações pré-fabricadas.

Depois de um estudo de viabilidade para a reabilitação da empresa portuguesa, a Undil decidiu associar-se, ficando acordada a criação de uma empresa mista com 51 por cento de capital moçambicano e os restantes 49 por cento de capital português.

Eurodeputados criticam política de pescas

Prossegue no Parlamento Europeu a polémica sobre a forma como a Comunidade negociou as quotas de pesca em países terceiros. Após a Comissão ter feito uma declaração sobre o assunto, três deputados portugueses criticaram a actuação daquele órgão nesta matéria.

«A cooperação, a equidade e a solidariedade têm de se afirmar entre todos os países membros na negociação das quotas de pesca com países terceiros», disse

Carvalho Cardoso, do CDS. Para este euro-deputado, Portugal e Espanha «têm de exigir perfeita igualdade de direitos e deveres nos acordos negociados pela Comunidade».

Por seu turno, Miranda da Silva, do PCP, classificou de «inaceitável» a determinação das referidas quotas e criticou o facto de o Parlamento Europeu não ter sido informado nem consultado sobre o assunto. Concluiu a sua intervenção lembrando que os

pescadores portugueses vão perder, em consequência das últimas decisões do Conselho, 50 por cento das capturas e foram afastados do acordo com a Gronelândia.

Apoios

Na mesma sessão falou também o deputado Vasco Garcia, do PSD, que denunciou os escassos apoios da Comunidade à pesca costeira e à artesanal, o que, disse, constitui «uma política contrária

à defendida pelo Parlamento Europeu há um ano atrás».

Salientou, a propósito, que «este Parlamento definiu com clareza como necessidade prioritária o estabelecimento de apoios a esses tipos de pescas».

Finalmente, considerou «inquietante» todo o processo ligado às pescas e lembrou que o sector foi já «inexplicavelmente penalizado» por não beneficiar da duplicação dos fundos estruturais.

Lusa

Conselho Económico e Social já está a gerar controvérsia

Da oportunidade da sua existência à forma como deve ser constituído, tudo é posto em causa

Governo e AIP divergem quanto à composição do futuro Conselho Económico e Social (CES). Reveladas agora pelo "DL", as propostas consubstanciam intenções diferentes quanto a diluir ou não o peso dos representantes dos universos empresarial e laboral, o que, de resto, já levou a CIP a rejeitar liminarmente a criação do CES.

Este assunto tem estado a ser discutido com muita discussão entre o Governo e a AIP já há algum tempo. Foi, aliás, com surpresa que alguns dirigentes reagiram ao facto de as propostas serem do conhecimento do "DL".

Depois de uma primeira proposta da AIP não ter sido considerada no projecto governamental de decreto-lei, a associação apresentou outra, saída de uma reunião dos presidentes dos vários núcleos empresariais regionais, de forma a «agarrar na filosofia da legislação», uma vez que o poder político não quis a primeira, como disse Rocha de Matos ao "DL".

Propostas

Os projectos em confronto

são os seguintes: o do Governo considera um presidente, três vice-presidentes, seis representantes do Governo, seis dos trabalhadores, seis dos empresários, dois do sector cooperativo, dois das profissões liberais, dois das empresas do Estado, quatro das Regiões Autónomas, dez das Regiões-Plano, um das associações de defesa do ambiente, um das associações de defesa do consumidor e três personalidades, o que perfaz o total de 48 membros; o da AIP propõe um presidente, três vice-presidentes, três representantes do Governo, seis dos trabalhadores, seis dos empresários, dois do sector cooperativo, dois das profissões liberais, seis das Regiões Autónomas, 15 das Regiões-Plano, um das associações de defesa do ambiente, um das associações de defesa do consumidor e três personalidades, ou seja, 49 integrantes.

A proposta da AIP especifica que os seis representantes empresariais serão a CCP, a CIP, a CAP, a AIP, a AIPortuense e a ANJE e que as representações das Regiões

Autónomas e das Regiões-Plano terão uma base tripartida: Administração, empresários e trabalhadores.

Nestas propostas, entidades como a Associação Nacional de Municípios, Associações Humanitárias e Misericórdias não são consideradas como elementos do CES.

Posições

Assegurar as tarefas da concertação social e evitar a diluição dos representantes dos empresários e dos trabalhadores são as grandes preocupações destes agentes.

Quer João Proença (UGT), quer Manuel Lopes (CGTP), confirmaram ao "DL" não ter recebido cópia do projecto governamental. Enquanto o segundo afirmou que «só nos pronunciamos com dados concretos», João Proença considerou, perante as informações disponíveis sobre o projecto governamental, que «o CES, assim, não será um parceiro económico-social, mas político».

O dirigente da UGT realçou a necessidade de os parceiros sociais terem peso no futuro

CES, sob pena deste enfermar de uma «distorção clara», quando comparado com outros europeus, e fez depender do conhecimento das competências e atribuições do Conselho a qualificação da sua autonomia.

Rocha de Matos expressou, durante a fundação da COEP, o entendimento que o CES

deve ter secções para discutir assuntos particulares tais como a concertação social, o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento regional ou a análise do OGE. Na secção da concertação, especificou, «a AIP não tem que estar presente».

Os exemplos do CES francês, onde os empresários

têm uma representação de 40 por cento, ou do comunitário, onde as entidades patronais, os trabalhadores e os diferentes interesses económicos e sociais estão representados na mesma proporção, foram alguns casos avançados para reforçar a intenção de evitar a diluição referida.

Rui Nunes



Associativismo empresarial divide organizações

Depois das empresas, eis as organizações empresariais e patronais a protagonizarem o fenómeno da concertação, com o habitual cotejo de ataques e contra-ataques.

Criada há uma semana, a Confederação das Organizações Empresariais Portuguesas (COEP) já viu a sua morte anunciada pela Associação Industrial Portuense. Já na véspera, aquando da fundação do Conselho Nacional das Empresas Portuguesas (CNEP), aquela organização havia sido apelidada por Manuel Gamito (presidente da CCP) como a «confederação do senhor Rocha de Matos».

Em declarações posteriores ao DL afirmou não ter informação suficiente para se pronunciar sobre a intenção da COEP aderir ao CNEP. «Tenho lido notícias, mas não sei qual a composição da COEP, nem quais são os núcleos empresariais regionais que a constituem», afirmou Manuel Gamito.

Esta «guerra» leva algumas estruturas, como a União Empresarial do Distrito do Porto, a considerar «pouco dignificante» o relacionamento das duas associações



Criação, em Coimbra, da COEP. Rocha de Matos conciliador

industriais (AIPortuense e AIPortuense), bem como todo o ambiente que se está a gerar à volta do associativismo empresarial, num momento em que ele, dizem, é mais importante do que nunca.

Durante a cerimónia de constituição da COEP, Rocha de Matos, presidente da comissão instaladora, afirmou que o processo de criação desta confederação foi o fruto de um processo de dez anos

«largamente amadurecido, despojado de quaisquer oportunismos e sempre conduzido numa perspectiva de evitar rupturas com estruturas associativas já existentes».

Em documentos

distribuídos na altura, é afirmado que da «preocupação permanente de evitar clivagens inúteis no seio do movimento associativo, quer na perspectiva da sua representação sectorial, quer regional, explicou-se a saciedade a complementariedade deste processo, relativamente às confederações sectoriais/patronais já existentes».

Depois de revelar que a AIPortuense tinha sido convidada para participar, mas que decidiu filiar-se na CIP, este dirigente empresarial acrescentou que «respeitamos a sua posição, mas pensamos que não está certa. Só lhe pedimos que nos respeite».

Ao refutar as acusações de «divisionismo» («isso posso eu dizer da AIPortuense, porque sou sócio»). Rocha de Matos congratulou-se pela criação do CNEP e expressou a vontade de ver a COEP integrá-lo, porque esta «é complementar e não rival» daquele.

Aquele Conselho «só ficará completo se nele a COEP desempenhar o papel que lhe advém da complementariedade da sua base regional e técnica. Se for este também o entendimento dos promotores (CIP, CAP e CCP, lembre-se)

, como esperamos e desejamos, daqui saudamos mais essa manifestação de vitalidade do movimento associativo empresarial português».

O presidente da AIP afirmou que defende o reforço das estruturas associativas sectoriais representadas na CIP, CAP e CCP e que as empresas representadas pela COEP, estrutura que não aspira ao estatuto de «parceiro social», «são, de um modo geral, as mesmas que as confederações sectoriais, embora agrupadas segundo um critério territorial e não segundo o sector de actividade».

Divergências

Contudo, e apesar destas declarações apaziguadoras, não escamoteou a existência de divergências de perspectivas e de modos de actuação.

Exemplificou as primeiras com o comportamento das associações empresariais aquando das negociações da adesão à CEE («nós tínhamos razão»). Quanto às segundas, disse «quando o Governo toma medidas que causam problemas às empresas, fazemos estudos sobre as suas consequências e levamo-los ao seu conhecimento».